



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Catarina Sofia Ribeiro Marques

DA RUA DIREITA AO POÇO DO BISPO

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DOS ARMAZÉNS ABEL PEREIRA DA FONSECA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2021

DA RUA DIREITA AO POÇO DO BISPO

Proposta de reabilitação dos armazéns Abel Pereira da Fonseca

Catarina Sofia Ribeiro Marques

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Sob orientação do Professor Doutor Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande

Departamento de Arquitetura da FCTUC

Nota à edição

O documento segue o novo Acordo Ortográfico;

Utiliza-se para citações, por decisão do autor, a Norma de Chicago;

O símbolo “” indica que existe conteúdo na parte posterior da página;

Para uma melhor compreensão da dissertação, propõe-se uma leitura com o auxílio dos desenhos presentes em anexo;

Resumo

A partir do final do século XIX, a paisagem agrícola, sob domínio da aristocracia lisboeta, com os seus belos palácios barrocos, é substituída por instalações fabris, que se fixaram na zona ribeirinha, pela facilidade de escoamento de produtos, o que fez com que a população crescesse significativamente, em busca de emprego e de uma vida melhor.

Inúmeras indústrias foram sendo implantadas por toda a margem oriental, até que o ciclo de crescimento económico acabou por ruir, reflexo de um país marcado pela guerra colonial, primeiro, e pelo processo de desindustrialização que se seguiu à Revolução de Abril de 1974.

Algumas fábricas, continuaram a sua atividade num novo lugar, outras acabaram por entrar em declínio e fechar, permanecendo muitos dos edifícios, que outrora laboraram abandonados até aos dias de hoje.

O principal objetivo desta dissertação, centra-se na revisita e no reaproveitamento da memória industrial da zona oriental de Lisboa, em tempos esquecida, mas que é fundamental para o conhecimento global desta outrora capital industrial. Ao interpretar a sua história é possível conhecer, e dar a conhecer esse património da cidade, que não há muito tempo começou a patentear novas utilidades e a albergar outro tipo de atividades, maioritariamente, de cariz cultural. Assim, pretende-se dar uma nova utilidade aos armazéns vinícolas da firma Abel Pereira da Fonseca, que tal como o seu passado, necessitam de ser rememorados.

Palavras Chave: Marvila, Instalações fabris, Zona ribeirinha, Memória Industrial, Zona oriental, Armazéns Vinícolas, Abel Pereira da Fonseca

Abstract

From the end of the XIX century, the agricultural landscape, under domain of Lisbon aristocracy with their beautiful baroque palaces is replaced by factory facilities, fixed at the riverside for the facility of product flow. This fact leads to a significant increase of the population, searching for job and a better life.

Countless industries were being established all over the oriental bank of the river, until the economical growth cycle end up collapsing, as reflex of a country marked by colonial war and de-industrialization, following to the April 25th Revolution.

Some factories continued their activity in a new place, others ended up declining and closed doors. Many of these buildings remained abandoned until today.

The main propose of this dissertation is focused in the review and reuse of the industrial memory of the oriental zone of Lisbon, which, despite having been forgotten in the past, is in fact crucial for the global knowledge of this former industrial capital.

When interpreting its history it became possible to acknowledge and to show the cultural heritage of the city of Lisbon, which, not long ago started to patent new utilities and hosting a new kind of activities, mainly cultural.

In this context, the intention is to give a new opportunity to the winery warehouses of the firm Abel Pereira da Fonseca, which, together with their past, require to be remembered.

Key words: Marvila, Factory facilities, Riverside, Industrial memory, Oriental zone, Winery warehouses, Abel Pereira da Fonseca

Agradeço,

Ao professor Nuno Grande, meu orientador, pela disponibilidade, exigência e partilha de conhecimentos ao longo da elaboração desta dissertação,

Ao professor António Bettencourt, que sem hesitar se dispôs a ajudar-me na evolução construtiva do meu projeto, pelos ensinamentos, que me permitiram chegar mais longe,

À Câmara Municipal de Lisboa, em particular ao Arquiteto José Espada, pela disponibilidade e a prontidão com que se dispôs a esclarecer todas as minhas dúvidas,

À Arquiteta Maria Alvarez e à Sara de Praetere, pela disponibilidade e pela amabilidade com que me abriram as portas do seu espaço,

A Carlos Pereira da Fonseca pelo entusiasmo com que partilhou comigo parte da história da sua família,

Aos meus pais, por todo o apoio e carinho.

Índice

| | |
|---|------------|
| 1. Introdução | 15 |
| 1.1. Metodologia | 17 |
| 2. Estado da arte e referências do projeto | 21 |
| 2.1. Património Industrial | 21 |
| 2.2. Arqueologia Industrial | 25 |
| 2.3. Museologia Industrial | 29 |
| 2.4. Casos de Estudo | 35 |
| 2.4.1. Arquipélago: Centro de Artes Contemporâneas | 37 |
| 2.4.2. Casa da Arquitetura | 41 |
| 2.4.3. Matadero | 45 |
| 2.4.4. World of Wine | 49 |
| 3. Objeto de Estudo | 51 |
| 3.1 Contextualização | 53 |
| 3.2. Marvila: História e Morfologia | 55 |
| 3.2.1. As Quintas Senhoriais | 55 |
| 3.2.2. Os grandes complexos industriais | 61 |
| 3.2.3. Os bairros sociais | 67 |
| 3.2.4. O fenómeno de Gentrificação | 73 |
| 3.3. Análise territorial | 79 |
| 3.4. O mundo vinícola de Abel Pereira da Fonseca no contexto industrial | 87 |
| 4. A Proposta | 99 |
| 4.1. Estratégia Urbana: Repensar Marvila | 99 |
| 4.2. Caracterização da preexistência: Implantação e Composição espacial | 105 |
| 4.3. Patologias | 113 |
| 4.4. Proposta de reabilitação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca | 119 |
| 4.4.1. O Museu | 123 |
| 4.4.2. O Hotel | 129 |
| 4.4.3. A Escola Vinícola | 133 |
| 4.5. Definição material e construtiva | 135 |
| Considerações finais | 147 |
| Bibliografia | 153 |
| Fontes das imagens | 159 |

1. INTRODUÇÃO

A nossa capital, esconde uma história, que vai para além dos típicos bairros lisboetas que já todos tivemos o prazer de visitar. Esta história é muito mais do que isso, é o culminar de muitas outras áreas urbanas, até mesmo daquelas que foram desvalorizadas e marginalizadas.

A presente dissertação, surge no âmbito do Concurso Prémio Universidades, com o tema Redesenhar Marvila, programa da 5^a Trienal de Arquitetura de Lisboa. Este projeto, parte de uma reflexão acerca da zona oriental da cidade, desafio que nos foi proposto pelo Professor Nuno Grande, na disciplina de Atelier de Projeto II e que consistia no desenvolvimento de uma estratégia urbana, tendo como base a criação de um Centro Comunitário e Interpretativo, agregado às ruínas do antigo Palácio dos Alfinetes, herança de uma ocupação aristocrática, em que as quintas definiam a malha de Marvila.

Foi através do processo de análise e do interesse crescente acerca da história da cidade e da sua periferia, que nos foi possível perceber a fragmentação urbana que a envolvia, como resultado do crescimento desmesurado dos edifícios industriais que se foram instalando aqui e ali, a par com os bairros operários que cresceram em seu redor.

Neste sentido, identificam-se três realidades urbanas desagregadas entre si e com características distintas: a Marvila ribeirinha, marcada pelo porto comercial, a velha Marvila operária, na meia encosta, e a Marvila dos bairros sociais, à cota alta. Estas diferenças foram reforçadas pela implementação do caminho de ferro, o qual, se por um lado veio fomentar o desenvolvimento da zona, a nível industrial e social, por outro constitui, ainda hoje, uma barreira física, entre a Marvila ribeirinha, a velha Marvila e a Marvila dos bairros sociais ali implantados a partir da década de 1960.

A carência urbanística desta zona, fez com que, numa primeira fase, o nosso principal objetivo fosse unificar o território, alicerçando uma Marvila socialmente coesa.

1.1. Metodologia

O processo de desenvolvimento de cada projeto, exige uma série de passos, essenciais para que se atinjam os objetivos estipulados, desde o reconhecimento da sua área, às necessidades de quem vai “viver” o espaço em questão, seja ele de índole hospitalar, cultural, comercial ou habitacional. Como tal, repensar o território não é exceção.

Neste contexto e, tendo em conta que numa primeira fase se tratou de um projeto coletivo, realizado em grupo, o debate entre todos foi essencial, para identificar os principais problemas que a freguesia enfrenta e estipular um método de trabalho coerente. Este passou pela definição de três corredores urbanos a desenvolver, por cada um dos grupos definidos.

Para uma melhor compreensão da malha urbana e da problemática em questão, deslocamo-nos a Lisboa, acompanhados pelo professor Nuno Grande, para uma reunião com os responsáveis pela Divisão de Projetos e Estudos Urbanos da Câmara Municipal de Lisboa, que muito amavelmente nos receberam e, nos elucidaram acerca dos problemas de coesão existentes e estratégias desenvolvidas até ao momento, bem como se disponibilizaram para responder a todas as nossas dúvidas e questões. Seguiu-se uma visita à área em estudo, em que depressa nos apercebemos dos problemas ao nível da segregação social e a nível urbano, já que no local, cada grupo percorreu a sua área de trabalho, desde o Vale de Chelas até ao Tejo, com o intuito de perceber os desníveis existentes e as adversidades, que a população enfrenta para chegar à zona ribeirinha e assim, perceber qual a melhor estratégia a adotar.

Após este processo de reconhecimento do terreno, no qual também se procedeu ao levantamento do uso de cada edifício, bem como do seu estado de conservação, seguiu-se a elaboração de esquemas de análise, essenciais para uma melhor compreensão do terreno, também com auxílio do PDM em vigor. Foi também essencial, conhecer a margem oriental da cidade a nível histórico, um passo muito importante, para o projeto individual, que viria a desenvolver-se, posteriormente, com o apoio de alguns casos de estudo.

INTRODUÇÃO

Formada uma metodologia de trabalho, a proposta de cada um dos elementos do grupo foi posta em prática e testada em maquete. Assim, cada um dos três corredores urbanos passou a integrar a mesma, servindo de base para a apresentação do projeto aos representantes da Divisão de Projetos e Estudos urbanos da CML, os arquitetos, José Espada, José Ribeiro, Julieta Oliveira, Pedro Dinis e Vasco Martins.

Sendo que se tratava de um projeto para o Concurso Prémio Universidades, duas das propostas para o respetivo Centro Cívico, foram desenvolvidas e entregues no final do primeiro semestre. Este projeto coletivo serviu ainda de base para que, no segundo semestre fossem desenvolvidos temas complementares à estratégia urbana, por cada um dos elementos do grupo.

Desta forma, os armazéns Abel Pereira da Fonseca, hoje património industrial da cidade, surgem como objetos de estudo da presente dissertação. Nela, procurou-se conhecer a história que envolve este conjunto, de forma a entender o seu papel no território de Marvila, numa tentativa, de enaltecer e preservar a sua memória industrial. Nesse sentido, recorreremos ao apoio de bibliografia específica e adequada a este tema tão sensível.



Fig. 1 - *Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais*, de Inês Moreira

2. ESTADO DA ARTE E REFERÊNCIAS DO PROJETO

2.1. Património Industrial

Ao longo da presente dissertação, a temática abordada remete-nos para conceitos específicos, do ponto de vista científico, que importam referir e clarificar, para que se entenda de forma integral o que se pretende analisar.

Durante metade do século XX, verifica-se o abandono de áreas fortemente industrializadas e o desaparecimento de importantes unidades fabris e respetivos processos de produção. O panorama pós-industrial, que daí resultou, passou a marcar a paisagem de muitas cidades e despertou assim, *a consciência do sentimento de perda e, conseqüentemente, de privação de parte da identidade, que durante décadas tinha sido adquirida pelas sociedades, que desempenharam um papel pioneiro no processo de industrialização*¹.

Esta consciencialização, para a necessidade de proteger o legado industrial da degradação progressiva a que está exposto e, de salvaguardar e preservar os valores, que dele fazem parte, conduziu a que o fenómeno de patrimonialização adquirisse importância, sobretudo ao nível do que se passou a chamar de Património Industrial, o qual teve a sua génese em Inglaterra, com a destruição de um dos símbolos mais emblemáticos da Industrialização Inglesa (Euston Station) e com ele a deterioração de parte da história dos seus antepassados. Um momento que desencadeou o envolvimento da sociedade com o seu património recente, não só em Inglaterra, mas um pouco por todo o mundo.

No entanto, a emergência deste fenómeno, coloca *vários problemas relacionados com a sua efetivação, entre os quais a necessidade de se encontrar as soluções e formas mais adequadas para se preservar os variados elementos patrimoniais e também, sobre as melhores soluções que possam proporcionar a sua fruição pela sociedade*².

Fala-se numa variedade de elementos patrimoniais, pois como refere Jorge Custódio, “o Património Industrial, não é apenas arquitetura, mas algo mais”. Este engloba todos os registos materiais e imateriais, sejam eles palpáveis ou não, como é exemplo, a técnica de produção utilizada na época, a forma como as sociedades viviam

1 Cordeiro, José Manuel Lopes. “Museus e musealização de espaços industriais em Portugal”, em “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, Imprensa Nacional Casa da Moeda - Fundação da cidade de Guimarães, 2011, **51**

2 Cordeiro, José Manuel Lopes. “Museus e musealização de espaços industriais em Portugal”, em “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, Imprensa Nacional Casa da Moeda - Fundação da cidade de Guimarães, 2011, **51**

e se relacionavam entre si, as práticas culturais, os meios de transporte utilizados, entre outros símbolos da revolução industrial, que constituem um contributo para a formulação de uma narrativa que é transversal às sucessivas gerações.

Contudo, no caso em questão, dos armazéns Abel Pereira da Fonseca, o que se pretende é sobretudo tratar o Património arquitetónico imóvel, através da sua requalificação e reconversão funcional.



Fig. 2 - *Atas do colóquio de museologia industrial: Reversão e musealização de espaços industriais*, de Maria da Luz Sampaio

2.2. Arqueologia Industrial

Ao abordarmos a temática de Património Industrial, não podemos deixar de referir o conceito de Arqueologia Industrial com o qual este coincide, e que constitui uma ferramenta chave para a “narrativa perdida”, com a intenção de *compor o nosso imaginário, acerca dos processos de desindustrialização, memória e história e consequentemente, da forma como se constrói o sentido de cidade, indústria e vestígio*³.

A função do arqueólogo centra-se nos estudos efetuados por meio do trabalho de campo, através de escavações, que colocam em evidência os vestígios das antigas civilizações, soterradas no tempo e no espaço, em paralelo com o estudo comparativo de imagens e plantas cartográficas antigas, para que, seguidamente, se proceda à sua valorização e preservação in situ. A aplicação desta designação à indústria, surgiu com a necessidade de investigar os vestígios da revolução industrial e a própria sociedade industrializada, como forma de afirmação do Património Industrial. No entanto, a derivação da arqueologia no sentido industrial, nem sempre traz a necessidade de se recorrer ao método de escavação, pelo que são desenvolvidas as práticas de intervenção no terreno mais adequadas, de forma a cumprir o objetivo de inventariar o património em questão, de compreender as suas características e potencialidades, reveladoras das diversas possibilidades de intervenção sobre o edifício.

Segundo um dos pioneiros do conceito de arqueologia industrial, *“é conveniente e barato pretender que um registo adequado do passado pode ser mantido através de filmes, livros, imagens, plantas, desenhos ou fotografias, que a documentação histórica é uma questão de estantes, arquivos e computadores. Se isto fosse verdade, poderíamos demolir amanhã o coliseu de Roma e o Palácio de Versalhes. (...) Mas nós sabemos que tal não é verdade, que uma fotografia ou um modelo do Coliseu, não equivalem de forma alguma à oportunidade de entrar e andar dentro dele, admirando as suas dimensões e as suas técnicas de construção e imaginando a brutalidade e os gritos dos espetáculos de massas que um dia ali tiveram lugar. (...)”*

“(...) Uma das principais razões para se querer preservar um edifício original, é poder recuperar a relação entre as pessoas e o espaço no passado. (...) Dar às pessoas de hoje a oportunidade de experimentar os espaços de ontem é uma das principais razões para preservar edifícios antigos”⁴.

³ Moreira, Inês. “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, Imprensa Nacional Casa da Moeda - Fundação da cidade de Guimarães, 2011, **10**

⁴ Sampaio, Maria da Luz. “Atas do colóquio de museologia industrial: Reconversão e Musealização de Espaços

O que se preserva para o futuro, é aquilo que tem significado no presente e é a vontade dos homens ao longo dos tempos, que vai selecionando o que se mantém e o que é destruído, pelo que a integração dos testemunhos do passado na vida contemporânea é fundamental na perspetiva da sua salvaguarda. Essa integração passa por dar a esses vestígios um sentido, um destino útil através da sua valorização. Essa valorização pode revestir-se de várias formas, da simples conservação e restauro, à musealização e à reutilização para os mais variados fins⁵.

Industriais”. Porto, 2003, **27**

5 Sampaio, Maria da Luz. “Atas do colóquio de museologia industrial: Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”. Porto, 2003, **28**

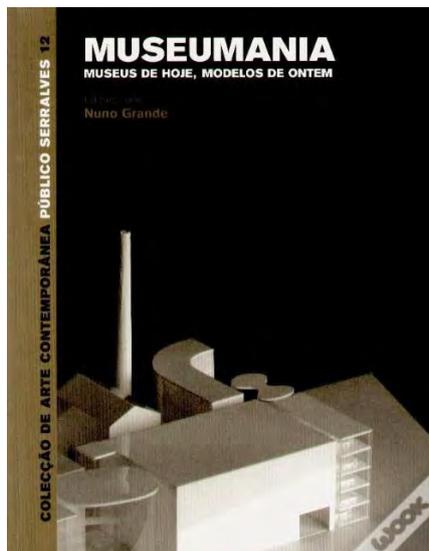


Fig. 3 - *Museumania: Museus de hoje, modelos de ontem*, de Nuno Grande

2.3. Museologia Industrial

Quando falamos do termo museologia, somos instantaneamente direcionados para a definição convencional, que temos de um museu, um espaço cultural, isolado do mundo exterior, de apelo à reflexão e introspectiva pessoal, onde somos guiados através de uma sucessão de espaços, onde está exposta a obra de arte. No entanto, paralelamente a esta tipologia de museu modernista, foram surgindo novas derivações da forma de expor e do próprio museu, que em alguns casos *se tornou num objeto de experimentação espacial e estética, por parte das vanguardas arquitetónicas e artísticas, que nele procuraram incutir a mesma depuração e abstração ensaiada em diversos campos do habitat da arte e do design*⁶, como é exemplo uma das referências escolhidas, como caso de estudo, a reconversão do antigo matadouro da cidade de Madrid. Neste caso, o património industrial associa-se a iniciativas museológicas não ligadas diretamente à área; contudo, quando nos referimos ao termo museologia industrial, este assume-se como uma componente de valorização do próprio património, em que se aposta na musealização de um espaço como forma de o reconverter e de preservar todos os seus componentes, uma vez que os *espaços pós-industriais, possuem uma carga (material e semiótica) e expor (n)esses espaços e ocupar esses espaços, é expor essa carga*⁷. Desta forma, os edifícios industriais que se encontravam em estado de abandono ou fechados, reconverteram-se, em alguns casos, em espaços culturais, onde os seus usos passados e as suas histórias são reveladas, em articulação com o presente.

*A sua preservação permite manter, com vantagem, o ambiente e a fisionomia, como a memória e a identidade sócio cultural, das zonas urbanas onde se localizam e das respetivas comunidades locais, para além, de que podem atuar como pólos de regeneração urbana, nomeadamente nos casos de reutilização para funções culturais e/ou turísticas*⁸.

Apesar da grande tendência que existe para a conversão de edifícios industriais em museus da indústria, como forma de preservar o legado de um povo, podem ser-lhe atribuídas outras finalidades, dada a versatilidade e características que estes espaços apresentam, capazes de despertar *intensas sensações espaciais, materiais e experienciais aos visitantes*⁹.

6 Grande, Nuno. “Museomania - Museus de Hoje, Modelos de Ontem”. Jornal Público, 2009, **7**

7 Moreira, Inês. “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, 2011. **32**

8 Cordeiro, José Manuel. “Museus e musealização de espaços industriais em Portugal”, In Moreira, Inês, “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, 2011, **55**

No caso em estudo, caracterizado por um lote industrial estreito e profundo, comum a outros edifícios desta tipologia ribeirinha, o estudo do edifício e das novas realidades que o envolvem, revelam-se propícios a novas possibilidades de intervenção, em outras áreas. Sendo que, a atividade industrial, na zona oriental foi extinta e, uma vez que o turismo apresenta uma estreita relação com o património cultural e com a sua vertente industrial, cujo interesse se tem intensificado ao longo dos anos, opta-se pela reconversão do edifício de maior qualidade arquitetónica, em espaço museológico como um museu vivo, no qual o próprio percurso pelo interior do edifício sugere ao visitante a narrativa de uma vida industrial, que ali se desenrolou, em tempos passados. No entanto, relativamente ao restante conjunto de extensos hangares, opta-se pela sua reconversão funcional dadas as necessidades e características que os novos programas impõem. No entanto, e apesar dos novos materiais e técnicas construtivas aplicadas na construção, o projeto proposto mantém a volumetria inicial, dada a sua importância no tecido urbano.

O conjunto de referências escolhidas para abordar estes temas tão complexos e que estão inevitavelmente associados, são transversais aos três pontos escolhidos. Isto conduz-nos a uma questão muito importante à qual a arquiteta Inês Moreira procura responder ao longo da sua obra *Edifícios e Vestígios*. “Como ler, registar e transformar o pós-industrial? O que fazer com esses espaços?”

Estas, são questões chave, para se iniciar um pensamento de valorização do pós-industrial, para o qual contribuem, as perspetivas e testemunhos multidisciplinares de curadores de diversas áreas do conhecimento e as suas metodologias presentes ao longo dos processos de investigação. Também, a leitura de *Atas do colóquio de Museologia Industrial*, se mostrou oportuna, pelo que para além de nos situar relativamente ao panorama pós-industrial português, apresenta quanto a esta situação, várias perspetivas e exemplos de espaços industriais, que foram convertidos em espaços museológicos e que constituem rotas de interesse turístico.

Apesar do caso de estudo em concreto, não estar relacionado diretamente com arte e manifestações artísticas, no geral, o livro *Museumania: Museus de hoje, Modelos de ontem*, tornou-se também, essencial para entender a evolução das

9 Cordeiro, José Manuel. “Museus e musealização de espaços industriais em Portugal”, In Moreira, Inês, “*Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais*”, 2011, 51

tipologias museológicas ao longo dos tempos e como o espaço industrial pode ser versátil e adaptável, ainda que a proposta, em questão, não se centre apenas na musealização como forma de reconversão patrimonial.

2.4. CASOS DE ESTUDO

Cada vez mais aponta-se para uma política de valorização daquilo a que chamamos Património Industrial, através da sua reconversão, um gesto de salvaguarda da história e da memória coletiva em que os edifícios industriais desempenharam um papel fundamental como geradores económicos e dos quais restam os seus vestígios materiais.

Para a realização de um projeto desta especificidade, como para qualquer outro, é imperativo avaliar metodologias de intervenção, em edifícios de carácter industrial, para nos ser possível compreender as potencialidades dos mesmos, a nível espacial, programático e construtivo e desta forma ser capaz de conjugar o passado com o presente.

Destacam-se a reconversão da antiga Fábrica de Tabaco e Álcool, por parte do arquiteto João Mendes Ribeiro em parceria com o atelier Menos é Mais, a antiga Real Companhia Vinícola que deu lugar à Casa da Arquitetura, em Matosinhos, um projeto do arquiteto Guilherme Machado Vaz, o antigo matadouro de Madrid, que hoje se assume como um espaço cénico, onde a arte e a cultura se apropriam do espaço, em que vários arquitetos se uniram na reabilitação das diferentes naves, e ainda o World of Wine, um projeto que nasceu de raiz, gerando um novo polo de atração turística, da autoria do atelier Broadway Malyan. Estas obras, escolhidas como casos de estudo para a presente dissertação, apesar de distintas entre si, pelos diferentes tipos de intervenção que apresentam, retomam o Património Industrial da cidade e do país onde se inserem.

Apesar dos novos programas que albergam serem de cariz cultural e fomentarem as relações entre a população e diferentes tipos de arte, todos eles serviram de base ao desenvolvimento do presente trabalho. Através da sua interpretação e das práticas de reabilitação, dão-nos uma visão contemporânea dos diferentes espaços, e permitem retirar conclusões para futuras ideias.



Fig. 4 - Ruínas da antiga fábrica

Fig. 5 - Praça central por onde é feito o acesso ao interior

2.4.1. Arquipélago: Centro de Artes Contemporâneas

No meio do Atlântico, destaca-se um novo polo cultural: a antiga Fábrica de Tabaco e Álcool, situada na Ribeira Grande, deu lugar ao novo Centro de Artes Contemporâneas, um espaço que tem por ambição a criação, a produção e a difusão da arte contemporânea¹⁰.

O projeto de reabilitação foi desenvolvido pelo arquiteto João Mendes Ribeiro, em parceria com o atelier Menos é Mais e, teve como objetivo central a conservação do conjunto preexistente, que passou a dialogar com um novo conjunto de edifícios, necessários ao desenvolvimento de um novo programa. Estes foram inseridos lado a lado com o complexo fabril, e resultam num preenchimento parcial da área, onde o conjunto se insere, em que os vazios restantes convergem num novo espaço público central. É aqui, que temos acesso ao interior do conjunto, onde, ao nível do piso térreo, se sucedem os espaços expositivos, conduzindo-nos a pequenas células, resultantes da reconversão das cubas de armazenamento da antiga fábrica, agora com novas funções. No seu interior, podem ser observadas obras relativas à exposição, tal como acontece nas salas abobadadas do piso da cave, que partilham o mesmo programa. Já no piso superior, existe um espaço destinado a servir o centro de documentação e biblioteca, outro com fins educativos, administrativos e uma cafetaria de apoio.

A forma como se procurou entender o espaço na sua globalidade e, o modo como cada um dos programas foi articulado com o edifício preexistente, tornou possível manter os amplos espaços, de que a fábrica era dotada e constituiu a base para serem criados novos volumes, destinados a receber outro tipo de programas mais incompatíveis com a conversão das preexistências: como a black-box que funciona como um espaço polivalente, bem como, laboratórios e oficinas.

As novas volumetrias, constituem uma simbiose entre o passado e o presente, e as construções conjugam-se por meio da materialidade, forma e escala do conjunto, prevalecendo a memória da antiga fábrica, em que as construções de origem se caracterizam pela alvenaria de pedra vulcânica e as mais recentes em betão aparente com inertes de basalto. A mesma tonalidade negra, reconhece-se no

¹⁰ Pereira, Maria. “Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas”, em *CulturAçores – Revista de Cultura*, Direção Regional da Cultura (Açores, 2015), **10**

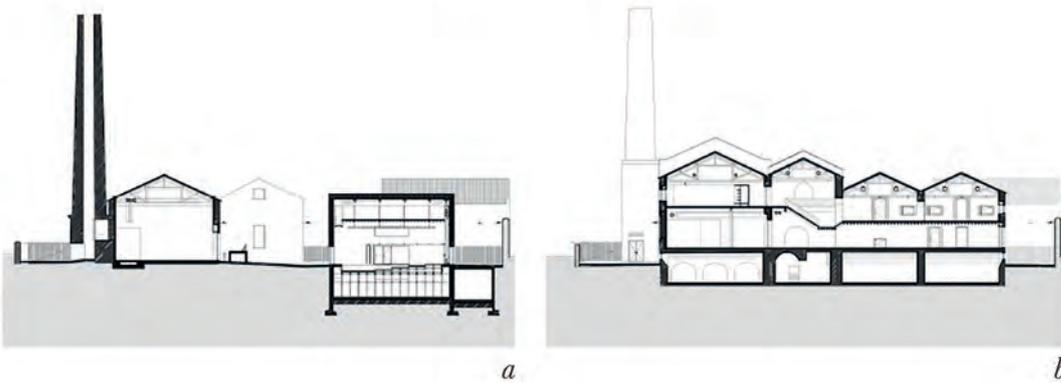
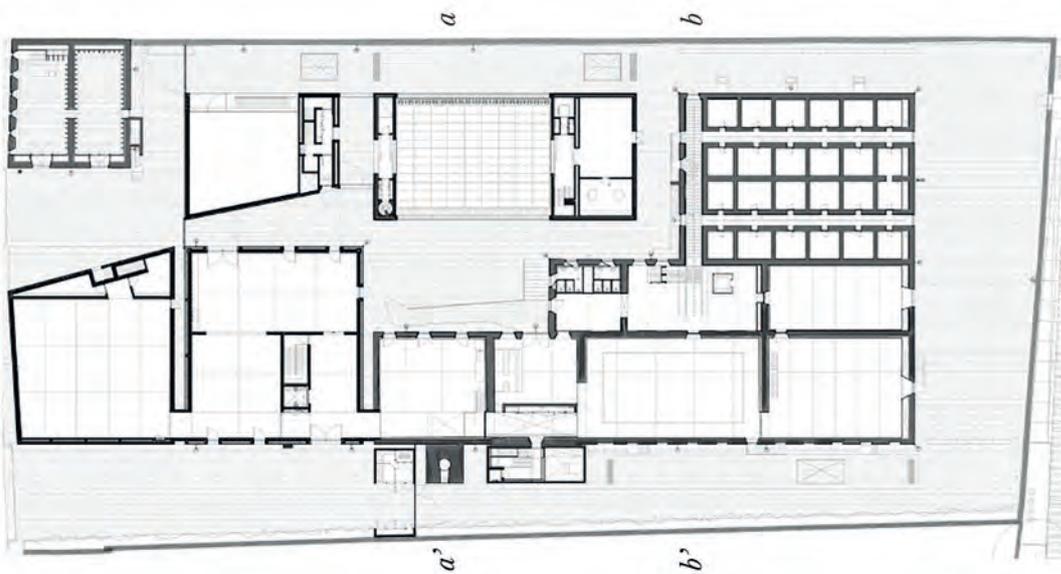


Fig 6 - Vista interior do núcleo museológico

Fig 7 - Planta do piso térreo

Fig 8 - Cortes A e B



pavimento, tornando-as parte integrante da paisagem Açoreana.

Ao longo de todo o percurso, pelo interior da antiga fábrica, deparamo-nos com alguns elementos independentes do edifício, de carácter multifacetado, aos quais foram atribuídas diversas funções. Estes são construídos em madeira e correspondem a contentores que albergam os espaços sanitários, a estantes de arquivo e ainda a acessos verticais, peças minimalistas, com capacidade de adaptação aos programas a receber, para que este se molde ao próprio edifício; em tudo semelhante ao espaço cénico, no qual os elementos ganham significado, através da relação com o espaço no qual são inseridos e da relação com os interpretes.



Fig. 9 - Ruína da antiga fábrica
Fig. 10 - Vista da praça

2.4.2. Casa da Arquitetura

As ruínas da Real Companhia Vinícola, edificadas pela Sociedade Menéres & Companhia entre 1897 e 1901, erguem-se novamente, para dar lugar à Casa da Arquitetura, situada em Matosinhos¹¹.

Construída numa zona denominada “Areal do Prado”, onde na época se criou uma divisão de quarteirões de malha octogonal, com o propósito de ali instalar as primeiras unidades fabris, próximas dos meios de transporte mais adequados à distribuição dos produtos, surge como o primeiro edifício desta tipologia, aqui instalado, destinado à rotulagem, embalamento e expedição de vinho, bem como a primeira tanoaria a vapor da zona, um bom exemplo da arquitetura fabril da época. Contrariamente à Sociedade Abel Pereira da Fonseca, a Real Vinícola acabou por falir, no ano de 1930. Assim ficou, mais uma vez o património industrial entregue à progressiva degradação, até que anos mais tarde é feito um projeto para a sua reabilitação, inaugurado em 2017. Este é da autoria do arquiteto Guilherme Machado Vaz, que o adaptou a novos usos.

O antigo complexo industrial, composto por vários blocos de implantação longitudinal interligados através de torreões nas suas extremidades e no centro desenvolve-se em redor de uma praça central, onde nos anos de funcionamento da firma terminava a linha de caminho de ferro, que fazia o escoamento da produção. É através desta praça, de uso coletivo, que temos acesso ao interior do conjunto, onde se desenvolve o novo programa de cariz cultural, composto por diversas áreas destinadas a exposições e apresentações de projetos, um auditório, uma rede de arquivos de arquitetura e respetivas áreas destinadas à conservação e manutenção do espólio arquitetónico, áreas de gestão e produção interna, uma biblioteca, e ainda uma loja. No centro da praça, também os dois edifícios, de apenas um piso, que outrora serviram de armazéns ou depósitos, deram lugar a novos espaços, sendo que um deles hoje em dia corresponde à cafetaria.

Houve uma preocupação do arquiteto, em manter o desenho original da volumetria, mesmo a nível das suas características estruturais. As asnas de madeira, que suportavam a cobertura foram substituídas por outras com o mesmo desenho,

¹¹ Para redigir este subcapítulo, tivemos por base informação retirada de casadaarquitetura.pt, patrimoniocultural.gov.pt e monumentos.gov.pt

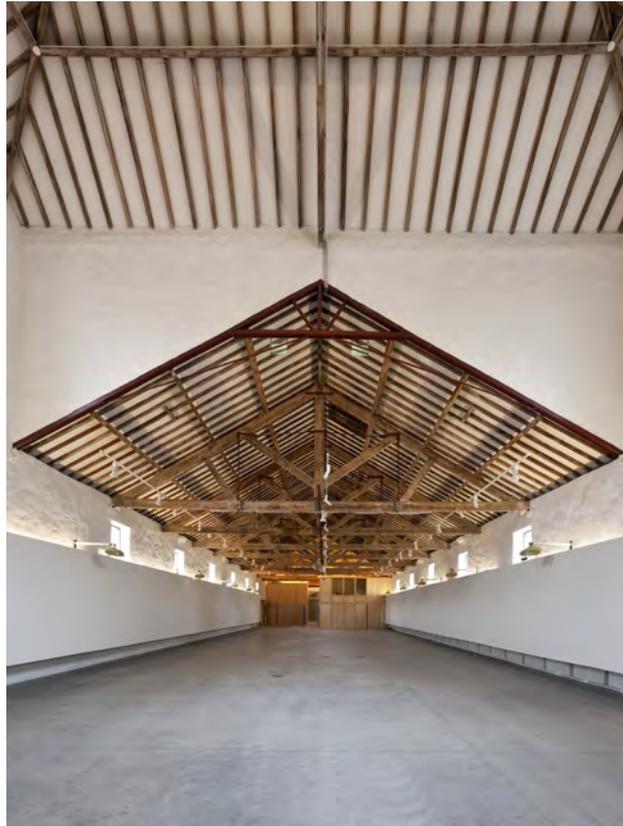


Fig. 11 - Interior de uma das naves

Fig. 12 - Planta do piso térreo

Fig. 13 - Corte A

pelo que renasceu um novo conjunto, com as mesmas características que outrora teve. Apenas os acessos verticais construídos em betão, deram lugar a um novo elemento no exterior, pelo impacto negativo que esta nova infraestrutura teria sobre a estrutura de aço da laje do novo edifício.

Um aspeto muito interessante é o facto de a natureza que ao longo dos anos em que o edifício esteve ao abandono se foi apropriando do espaço, ter sido respeitada, mantendo-se as árvores, que foram crescendo mesmo dentro do edifício a reconstruir. Nestes espaços, foram criados pátios externos, em que a cobertura foi retirada em prol do diálogo entre a natureza e o conjunto.

Desta forma, o arquiteto conseguiu manter o espírito industrial do conjunto em questão, o qual, apesar das suas funções iniciais, se apresenta como um espaço versátil e moldável a novos programas.



Fig. 14 - Antiga câmara frigorífica
Fig. 15 - Visão geral do conjunto

2.4.3. Matadero

No ano de 2006, Madrid passou a incorporar um novo polo cultural, nas instalações do antigo Matadouro da cidade, inaugurado no ano de 2007. Este, construído no início do século XX, nas margens do Rio Manzanares é composto por um conjunto de pavilhões, caracterizados pela sua funcionalidade e racionalidade construtiva, combinando elementos da arquitetura industrial da época, com elementos da arquitetura mudéjar, como o tijolo e a cerâmica, de influência islâmica¹².

O seu funcionamento como Matadouro e Mercado de gado da cidade, ocorreu desde o ano 1920 até ao seu encerramento em 1996, pelo que anos mais tarde, se decide transformá-lo num espaço de diálogo entre as diversas formas de arte. No entanto, a sua atividade vocacionada para a experiência sociocultural, ocorre anteriormente, no início dos anos 90, com a transformação de uma das naves, em espaço de ensaios da Companhia Nacional de Dança e sede do Ballet Nacional de Espanha.

Durante este período, até ao ano de 2003, as restantes naves encontravam-se sem uso definido, até que uma nova geração de arquitetos espanhóis, procede à sua transformação. Surgiram diversos projetos, para cada uma das naves, em que as fachadas com valor histórico foram preservadas, a partir da ideia iminente de intervenção mínima, visando a adequação do espaço ao seu novo propósito. Assim sendo, cada nave foi pensada de acordo com a programação, que viria a receber e que veio influenciar a escolha dos materiais em uso, presentes em cada uma delas. Estes estabelecem um diálogo entre o passado e o presente, entre a antiga construção, que foi respeitada para receber a nova intervenção e os novos usos posteriores.

Este carácter multifacetado veio reforçar o carácter experimental das instituições artísticas, que o espaço acolheu, desde as artes cénicas ou visuais, ao design, ou à literatura.

Mais uma vez, o conjunto estabelece relações entre os edifícios, que o compõe através de uma praça central, lugar onde neste caso, também a arte se

¹² Para redigir este subcapítulo, tivemos por base a dissertação Jemene, Rafaela de Moura. “Matadouro-Matadero: Camadas de tempos visíveis”, Universidade Estadual de Campinas, 2017

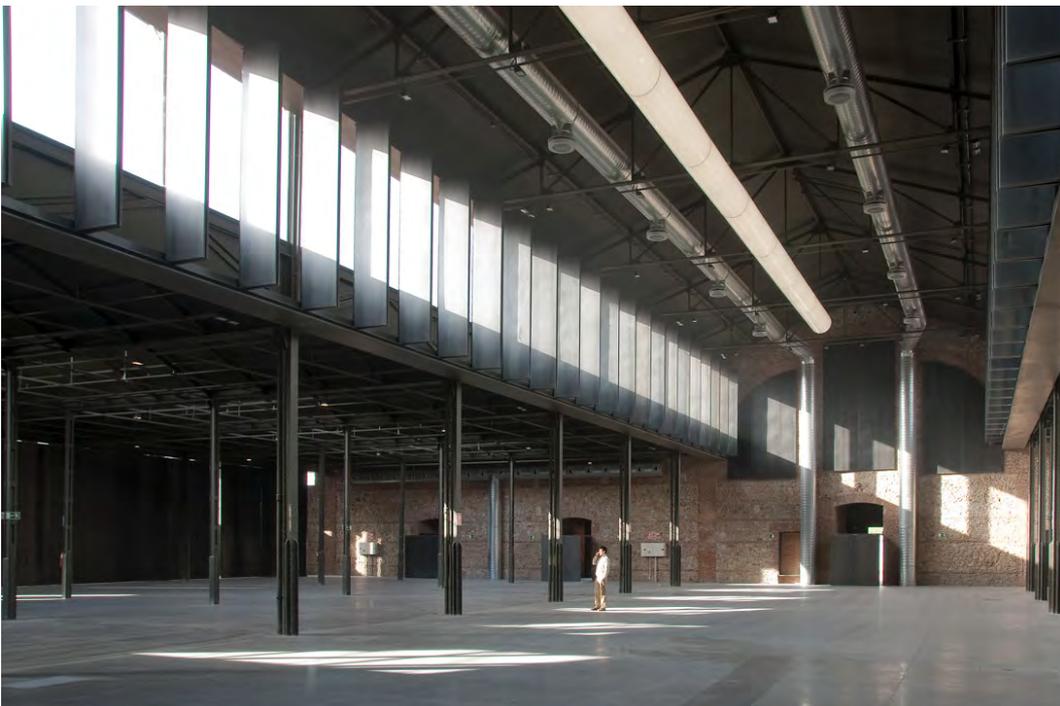


Fig. 16 - Reabilitação da nave 8, pelo arquiteto Arturo Franco
Fig. 17 - Reabilitação da Nave 16, por Virseda Vila e Iñáqui Carnicero arquitetos

destaca através da exibição de espetáculos ao ar livre e, que possibilitam a relação sociocultural, à semelhança do que ocorre no corredor urbano que propomos na nossa estratégia para Marvila.

Este grande complexo cultural é uma das “paisagens culturais” mais características de Madrid, não só pelo seu aspeto imponente, mas também pela relação, que estabelece com a área envolvente, e com a própria sociedade.

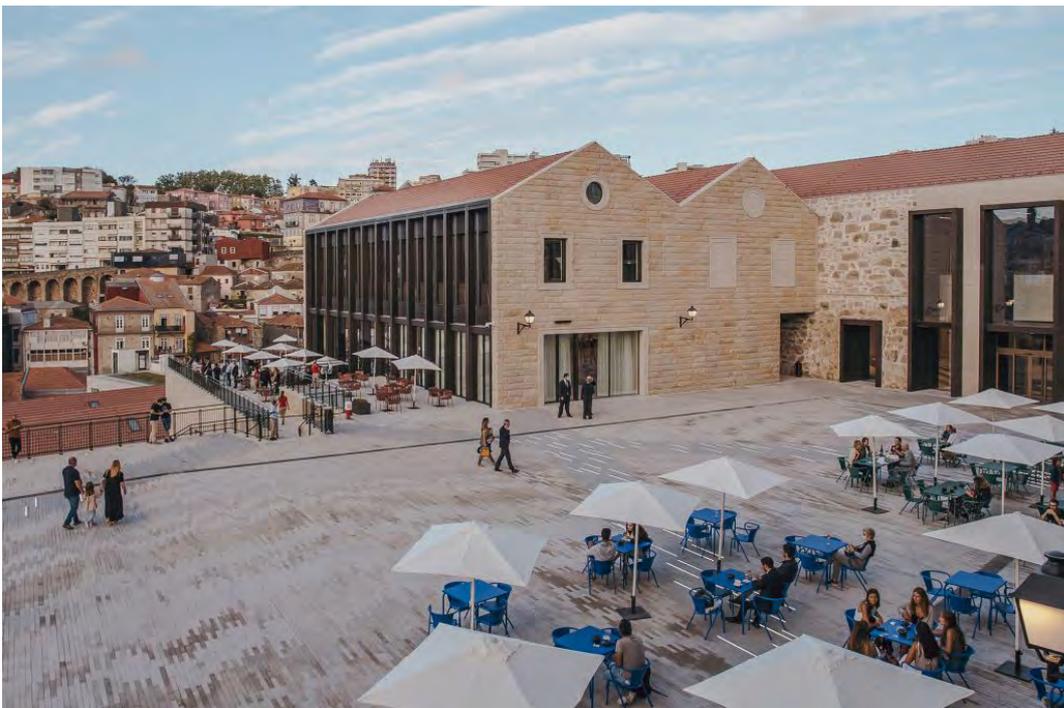


Fig. 18 - Vista da praça

2.4.4. World of Wine

O centro histórico de Gaia, acolheu recentemente o novo projeto do grupo The Fladgate Partnership para os antigos armazéns do vinho do porto da Taylor's, situados na encosta da margem sul do rio Douro, onde as caves ocupam um papel fulcral na vida turística da cidade e dão vida às ruas que as ladeiam.

O projeto da autoria do atelier Broadway Malyan, inaugurado em 2020, previa a demolição de dois dos armazéns do conjunto, que se encontravam vazios, aproveitando aqueles que apresentavam valor histórico, para a construção do novo centro cultural¹³.

A cidade, recebe todos os anos milhares de turistas, que se deslocam às caves de Gaia, com intuito de assimilar a cultura vinícola portuguesa. É neste ponto, que se centra a criação deste espaço, como novo destino turístico em benefício da cidade, proporcionando uma experiência dentro do mundo vinícola aos seus visitantes.

O programa é distribuído em torno de uma praça central, que teve lugar após a demolição dos referidos armazéns. Em seu redor, estão dispostos vários restaurantes e bares, com vista sobre o Douro, bem como os cinco novos museus relativos a novas experiências culturais, dedicados à cortiça, à história das regiões vinícolas de todo o país, à produção artística modal da região, aos monumentos e, por último à história dos recipientes para consumo de vinho. Estes são complementados por pequenas lojas de artesanato local, espaço para eventos, uma garrafeira e ainda uma Escola de Vinho.

Todos estes espaços culturais foram inseridos no conjunto existente, tendo em conta que outrora serviram funções muito distintas daquelas a que se propõem. Tenta-se tirar partido da espacialidade que compõe cada armazém, em que as vigas originais em madeira são substituídas e o seu interior restaurado. Mantêm-se as fachadas de grande parte dos edifícios, e outras ganham um carácter mais contemporâneo, que contrasta com a preexistência. Prevê-se também a construção de raiz de dois novos edifícios com a mesma linguagem.

13 Para redigir este subcapítulo, tivemos por base informação retirada de Broadwaymalyan.com

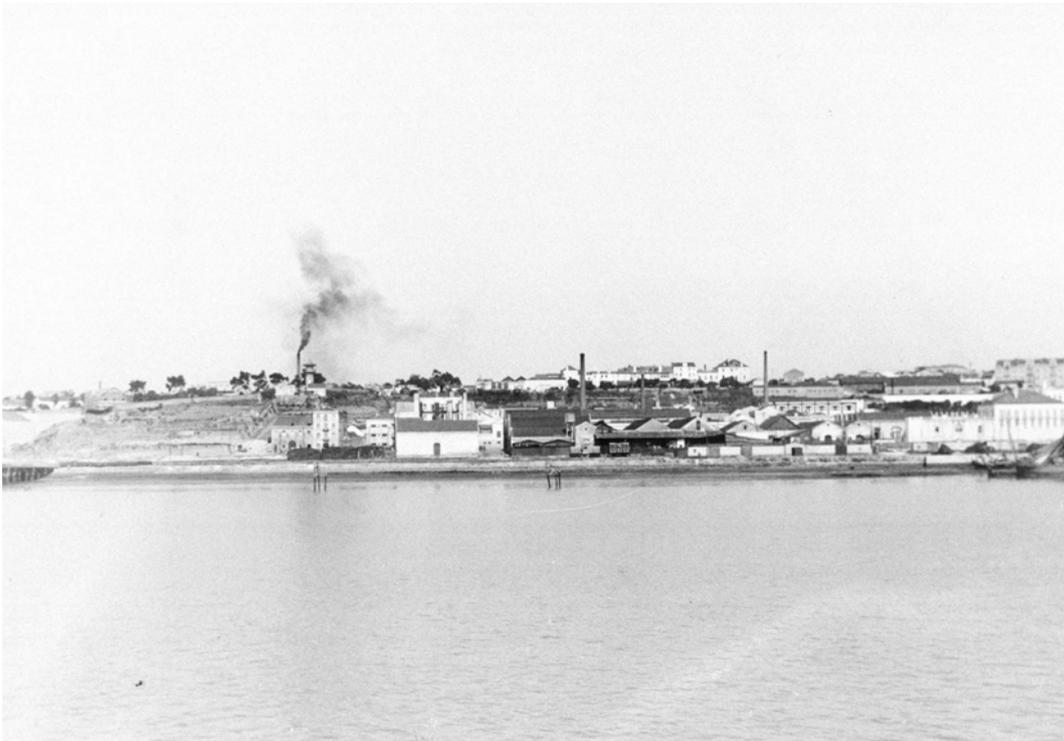


Fig. 19 - Lisboa oriental vista do Tejo, 1949

3. OBJETO DE ESTUDO

“Assim vamos de todo o nosso vagar contemplando este majestoso e pitoresco anfiteatro de Lisboa oriental, que é, vista de fora, a mais bela e grandiosa parte da cidade, a mais característica, e onde aqui e ali, algumas raras feições se percebem, ou mais exatamente se adivinham, da nossa velha e boa Lisboa das crónicas. Da fundição para baixo tudo é prosaico e burguês, chato, vulgar e sensabor como um período da dedução cronológica, aqui e ali assoprado numa tentativa ao grandioso do mau gosto como alguma oitava menos rasteira do Oriente.

Assim o povo, que tem sempre melhor gosto e mais puro do que essa escuma descorada que anda ao de cima das populações, e que se chama a si mesma por excelência a Sociedade, os seus passeios favoritos são a Madre de Deus e o Beato e Xabregas e Marvila e as hortas de Chelas. A um lado a imensa majestade do Tejo em sua maior extensão e poder, que ali mais parece um pequeno mar mediterrâneo; do outro a frescura das hortas e a sombra das árvores, palácios, mosteiros, sítios consagrados todos a recordações grandes ou queridas. Que outra saída tem Lisboa que se compare em beleza com esta?”¹⁴

14 Garret, João Baptista de Almeida. “Viagens na Minha Terra”. Lisboa: Typ. Gazeta dos Tribunais, 1846, **16-17**



Fig. 20 - Localização da freguesia no concelho de Lisboa

3.1 Contextualização

Marvila é uma freguesia do concelho de Lisboa, fundada no ano de 1959, sendo que anteriormente pertenceu ao concelho dos Olivais, com o qual integra parte da zona oriental da cidade, juntamente com a freguesia do Parque das Nações. Está delimitada a Norte por esta última, a Sul pela freguesia do Beato e Alto do Pina, a Oeste pelas freguesias de Alvalade e Areeiro e a Este por uma barreira física muito importante que é o Rio Tejo.

Dentro dos seus limites existem duas zonas distintas: a ribeirinha, que é formada pelo Poço do Bispo e Braço de Prata; e, aquela onde a topografia se eleva suavemente e dá lugar a vales e encostas, como o Vale de Chelas, composto pelos seus bairros de cariz social.

Nem sempre assim foi. Ao longo dos anos, a fisionomia do seu tecido urbano, onde anteriormente dominavam as áreas rurais, ladeadas pelas azinhagas, que moldavam a paisagem urbana, foi sofrendo sucessivas e profundas alterações, à medida que o país evoluía e se formavam novos costumes e novas formas de pensar, que potenciaram esta transformação, e que se refletem na atualidade.

No entanto, os passos dados em prol do seu desenvolvimento, nem sempre foram positivos e muitos tiveram graves consequências, que ainda hoje, constituem um problema a nível social, os quais se tenta resolver, através de ações incentivadas pelo município.



Fig. 21 - Quinta da Flamenga, Poço das Cortes e Quinta da Graça
Fig. 22 - Homens a ceifar

3.2. MARVILA: HISTÓRIA E MORFOLOGIA

3.2.1. As Quintas Senhoriais

Numa época, em que os mouros eram senhores de toda a Península Ibérica, a coroa portuguesa, sob o domínio de D. Afonso Henriques, conquista Lisboa.

Como forma de povoamento e proteção das suas conquistas, no ano de 1149, o rei doa à Mitra de Lisboa todos os bens patrimoniais, que abrangiam uma área entre o Convento do Beato e o Poço do Bispo. Esses bens representavam as rendas e as terras de Marvila, que possuíam mesquitas dos Mouros¹⁵, que também foram doadas como forma de agradecimento e reconhecimento pela serventia do bispo, que acompanhava o rei nas jornadas pela conquista de terras.

Um ano mais tarde, em 1150, o bispo, divide o território em 31 courelas que distribuiu pelos seus cónegos. Estas parcelas, correspondiam a metade de Marvila, sendo que a restante de maior dimensão, pertencente à mesa episcopal, serviu para instalar o cabido.

É esta organização parcelar do território, que faz com que se comece a definir o traçado das quintas, que aí se viriam a estabelecer posteriormente, a partir do século XV, sob domínio eclesiástico e mais tarde exploradas pela nobreza¹⁶. Desta forma, a paisagem rural passa a ser marcada pelo setor primário, pela mão dos camponeses, que sob o domínio dos nobres, para lá se deslocavam para cultivo das mesmas, constituindo estas a base de sustentação da estrutura eclesiástica de Lisboa.

No século XV, D. Manuel I, continua a política iniciada por D. João I, alargar Portugal e as suas fronteiras, descobrindo novos mundos e trazendo riqueza para o país e principalmente para as classes privilegiadas como a nobreza e o clero. Com a chegada de produtos, que seriam comercializados, transfere a residência real para um novo paço, construído na zona ribeirinha do Tejo. Este era o centro do comércio, ou seja, da intensa atividade marítima e mercantil, possibilitando um maior controle das transações comerciais existentes na altura, que proporcionaram o enriquecimento e desenvolvimentos arquitetónico.

¹⁵ Matos, José Sarmiento de; Paulo, Jorge Ferreira. “ Caminho do Oriente - guia histórico. Lisboa: Livros Horizonte”. 1999. vol.2, **101**

¹⁶ Consiglieri, Carlos. “Pelos freguesias de Lisboa oriental: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais”. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993, vol. 2. **101**



Fig. 23 - Azinhaga
Fig. 24 - Palácio da Mitra

Este primeiro contacto direto, com a orla ribeirinha, levou a que a nobreza e o clero ali vissem novas oportunidades, o que os levou a fixar-se por toda a extensão da zona oriental, desde Xabregas a Sacavém, também pela proximidade de Lisboa, processo ao qual se assiste a partir do século XVI.

Desta forma, a Quinta de Marvila, propriedade da mitra lisboeta, foi sendo aforada à nobreza, que se torna a nova proprietária das várias áreas arrabaldinas, agora denominadas quintas, onde mandam edificar os seus palácios, bem como o clero, que manda erguer os seus conventos e mosteiros, maioritariamente financiados por doações régias, num lugar dotado de tranquilidade, que a cidade não oferecia e que proporcionava momentos de reflexão e de lazer. Surgem assim, as quintas de recreio, com os seus ricos jardins, olivais, vinhas e pomares, à semelhança da Villa italiana, para onde a aristocracia lisboeta se retirava, quando queria mudar de ares ou, uma epidemia assolava a cidade¹⁷.

O primeiro aforamento da referida quinta, foi atribuído ao arcebispo de Lisboa, que lhe conferiu o nome de Quinta do Arcebispo ou da Mitra, uma das mais importantes quintas arrabaldinas, da qual ainda hoje é reflexo, o Palácio da Mitra, um edifício emblemático, cujo nome é um legado que permanece. Para além desta, são também exemplo, a Quinta do Marquês de Abrantes, a do Marquês de Marialva, a das Murtas, a do Convento de Marvila, a do Bettencourt, a dos Alfinetes, entre muitas outras que não referimos e que “foram sendo retalhadas por virtude de sucessões e casamentos”¹⁸.

Grande parte destas quintas, possuíam os seus próprios cais acostáveis, para transporte dos produtos agrícolas, “engrossando as correntes comerciais de bens para a alimentação de Lisboa”¹⁹, de onde provinha o sustento dos seus proprietários. Estes tinham serventia através das vias de comunicação rurais, que existiam na altura, as azinhagas, que delimitavam as diferentes propriedades e que faziam a ligação até à praia.

Para além destes pequenos arruamentos, no final do século XV, apenas existia um único eixo de ligação à cidade, ainda hoje conhecido como Estrada de Marvila e nenhuma referência a um percurso junto ao Tejo.

¹⁷ Caldas, João Vieira. “A casa rural nos arredores de Lisboa no século XVIII”. Porto, FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999, 34-35

¹⁸ Consiglieri, Carlos. & Abel, Marília. “O formoso sítio de Marvila”. Edição da Junta de Freguesia de Marvila, 2002, 24

¹⁹ Folgado, Deolinda. “Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial”. Livros Horizonte, 1999, 16



Fig. 25 - Rua do Açúcar, década de 60



Fig. 26 - Transformações urbanas sofridas durante a primeira e segunda metade do século XIX

É nesta altura, que o plano de aforamentos de toda a quinta é consolidado e passa a existir um caminho ribeirinho, que vai ganhando consistência ao longo do século XVI, a atual Rua do Açúcar, a qual, mais tarde, com a evolução das atividades associadas ao rio e com a sequente conquista de terrenos ao Tejo, na qual novas vias tomam lugar, ganha o nome de Caminho do Oriente²⁰.

20 Matos, José Sarmento de; Paulo, Jorge Ferreira. “ Caminho do Oriente - guia histórico”. Lisboa: Livros Horizonte. 1999. vol.2, **101**



Fig. 27 - Desarga de sal na doca do Poço do Bispo, 1962

3.2.2. Os grandes complexos industriais

O processo de transformação arrabaldina prolongou-se ao longo do século XVIII, até que com a revolução industrial, o verde dos campos deu lugar a um ambiente fabril.

Após o terramoto de 1755, muitas foram as quintas, que ficaram degradadas, o que resultou na conseqüente perda de capitais, de alguns dos seus proprietários, que acabaram por vender as terras à burguesia, que com a oportunidade de fazer fortuna com a instalação de unidades industriais, para ali transferiu as suas residências secundárias.

Também o clero foi afetado, com a extinção das ordens religiosas, em 1834²¹, resultante dos ideais impostos pelo liberalismo, sendo os bens eclesiásticos secularizados e apropriados pelo Estado. Os antigos Conventos na sua posse, que na altura se encontravam desocupados, são cedidos e aproveitados para a instalação de Asilos e também de Manufaturas, como é exemplo, na zona oriental, do Convento de São Francisco de Xabregas, que recebeu a nova função de Fábrica de fiação e tecidos de algodão e mais tarde Fábrica da Companhia de Tabacos. O mesmo, se verifica na área em estudo, com o Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila, que em tempos foi um Asilo e hoje destina-se ao acolhimento de pessoas idosas²².

Este interesse da burguesia, em ascensão, pela periferia deu início ao processo de industrialização, nesta zona da cidade ligada à atividade portuária, e que representava o principal interesse burguês em ali construir as primeiras unidades fabris.

À medida, que as unidades industriais iam sendo implantadas, começou a chegar à zona oriental da cidade, mão de obra operária vinda dos campos, de norte a sul do país, motivada pela possibilidade de trabalho e de uma vida melhor. Esta nova classe de proletariado, provocou um surto demográfico na grande região de Lisboa, intensificando o processo de urbanização inerente ao alojamento operário. Na impossibilidade de pagar uma habitação digna, “a classe operária viu-

²¹ Silva, Margarida Reis. “Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835”. Cadernos do arquivo Municipal, 2ª série, nº12, Julho- Dezembro 2019, **120**

²² Matos, José Sarmiento de; Paulo, Jorge Ferreira. “Caminho do Oriente - guia histórico”. Lisboa: Livros Horizonte. 1999. vol.2, **137**



Fig. 28 - Rua do Açúcar, 1967 - Solar da antiga Quinta do Bettencourt (posteriormente, ocupado pelos trabalhadores das fábricas, para habitação. À sua esquerda, a Vila Pereira)





Fig. 29 - Transformações urbanas sofridas durante a primeira e segunda metade do século XX

se obrigada a procurar alojamento em espaços desocupados”, onde eles próprios improvisariam precárias habitações, “sempre mediante do pagamento de uma renda ao proprietário”²³.

Assim surgem os pátios operários, como nova forma de habitar, através do aproveitamento de espaços pré-existent, degradados nas traseiras de prédios, conventos das recém-extintas ordens religiosas, palácios abandonados ou até mesmo, em caves sem as condições básicas de salubridade²⁴.

É neste panorama, tendo em conta a carência habitacional e social em que a população operária vivia, que muitas empresas financiaram a construção de habitações de baixo custo, destinadas a famílias de baixos rendimentos. Estas, apesar de construídas com fins lucrativos, nas quais se tentava albergar o maior número de trabalhadores possível e aproveitar ao máximo a área disponível para esse fim, apresentavam condições mínimas de salubridade. Estes pequenos núcleos habitacionais de edificação multifamiliar, surgiram no último quartel do século XIX e receberam a denominação de correntezas e de vilas operárias que foram sendo construídos ao longo da faixa marginal, em relação com as fábricas. Dentro desta tipologia, a Vila Pereira, é um exemplo muito peculiar de um espaço urbano com feição industrial, localizada no Poço do Bispo, que “desenvolveu um programa que associou as oficinas e os armazéns às habitações dos trabalhadores, integrando-se no grupo de vilas ligadas diretamente à produção”²⁵.

A concentração da população, junto da periferia, trouxe a necessidade de um aperfeiçoamento nas vias de comunicação, de forma a facilitar a mobilidade dos operários, que muitas vezes habitavam longe do local de trabalho, bem como a favorecer o escoamento de produtos oriundos da produção fabril, pelo país. Para além da atividade fluvial, possível pela proximidade com o Tejo, em que os pequenos cais acostáveis facilitavam a entrada e saída de produtos entre Lisboa e o sul de Portugal, surge o caminho de ferro, como novo meio complementar, determinante na implantação das fábricas, o qual veio permitir a “ligação da periferia industrial, com o centro urbano e comercial, entre a cidade e o espaço regional e nacional”²⁶.

23 Pereira, Nuno Teotónio. “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário” - *Análise social*. Lisboa, ICS, 1994. Vol. XXIX, **511**

24 Alcântara, Ana. “Lisboa operária no final do século XIX”, **27-28**

25 Folgado, Deolinda. “A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, **263**

26 Custódio, Jorge. “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, Em I. Moita, “O livro de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, **485**



Fig 30 - Frente ribeirinha em 1938 - à esquerda, os armazéns Abel Pereira da Fonseca

Paralelamente, ao desenvolvimento desta nova via, de extrema importância para o crescimento da freguesia, o melhoramento das acessibilidades, fez com que as unidades industriais se fossem multiplicando de forma exponencial e se prolongassem desde o Cabo Ruivo até à Póvoa de Santa Iria, abrangendo o concelho dos Olivais. Neste contexto, emergiram inúmeras indústrias dos mais diversos setores de atividade ligados à transformação de matérias primas, como as indústrias têxteis ou as de tabaco, dando vida aos antigos conventos arruinados. Estas eram bastante rentáveis, assim como outras que lhes estavam indiretamente ligadas, como as do monopólio dos Sabões e dos Fósforos. Existiam ainda armazéns vinícolas, que nasceram em conformidade com os antigos cais de cabotagem – que perduravam desde a existência das antigas quintas nobres –, bem como as indústrias de tanoaria e as destilarias, associadas aos vinhos, que chegavam por via marítima do Ribatejo e do Alentejo. As indústrias alimentícias, às quais a Rua do Açúcar deve o seu nome, até mesmo a indústria de cortiça ou a de material de guerra, também aí se instalaram²⁷.

A conceção desta nova Lisboa, de cariz industrial, veio alterar significativamente a ocupação da grande Quinta de Marvila, referida anteriormente, bem como a fisionomia ribeirinha, que era caracterizada pelas suas margens irregulares e pelas praias, onde os habitantes iam a banhos na altura, mas que com o sucessivo estabelecimento do setor secundário na zona, perderam o seu carácter lúdico para fomentar a construção de outras infraestruturas, em prol do desenvolvimento económico do país. Se já anteriormente, os pequenos cais acostáveis, improvisados, construídos em pedra ou em madeira, desempenhavam um papel fundamental de apoio à produção agrícola, a construção do Porto de Lisboa, entre o último quartel do século XIX e o segundo quartel do século XX, proporcionou a regularização de toda a margem, do qual resultou a construção de novos cais, como a doca do Poço do Bispo ou a dos Olivais, propícios ao comércio em maior escala²⁸. A ideia latente, de uma maior proximidade com o rio, imposta por esta nova infraestrutura, tornou-a na base para fixação de fábricas e de armazéns em seu redor, pela acessibilidade e pelo abastecimento de produtos manufacturados ou de matérias primas, que chegavam de toda a Europa, bem como das colónias.

²⁷ Custódio, Jorge. “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, Em I. Moita, “O livro de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, **469-471**

²⁸ Folgado, Deolinda. “Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial”. Livros Horizonte, 1999, **18**



Fig. 31 - Bairro Chinês na década de 50, junto ao campo oriental

3.2.3. Os bairros sociais

O processo de industrialização permanecia em constante desenvolvimento e com ele surgiram novas técnicas e conceitos de aperfeiçoamento da produção, que conduziram à modernização da indústria e ao aparecimento de novas técnicas, que levaram a repensar o lugar da fábrica na cidade.

Com a permanente procura de mão de obra, por parte do setor industrial, assiste-se à chegada de um novo fluxo de trabalhadores, para as quais não eram construídas estruturas habitacionais condignas. Consequentemente, as condições insalubres nos bairros clandestinos, nomeadamente no Bairro Chinês²⁹ agravam-se, fruto do crescimento exponencial do proletariado, que ali se instalava juntamente com a família, tornando-se imperativo, estabelecer condições, para a expansão ordenada da cidade, de forma a que com o sucessivo aparecimento de novos núcleos industriais esta assimetria social não se perpetue no tempo.

Durante o Estado Novo, deram-se os primeiros passos para vencer esta luta, que há muito tempo prejudicava a imagem da periferia oriental e consolidou-se a necessidade de integrar a habitação operária, no seio urbano, como resultado do Plano Diretor da Cidade de Lisboa, datado de 1948. Nele, tenta-se colmatar o rasto de segregação social e urbana, que resultou do crescimento desmesurado da indústria oitocentista e da ambição capitalista. A promiscuidade em que se vivia, constituía uma das principais preocupações herdadas, que o progresso industrial veio salientar e que era incompatível com o pensamento higienista que se impunha então à cidade³⁰.

O Plano de Urbanização de Lisboa, aprovado no final da década de 40, teve como um dos objetivos solucionar estas carências, pensando o setor secundário como meio estruturante de todo o tecido urbano, em paralelo com uma nova estrutura viária, na qual se destacaram artérias fundamentais, que irão definir e delinear a localização dos novos bairros residenciais.

Em resposta à problemática descrita, procedeu-se à expropriação dos terrenos das antigas quintas, existentes numa vasta área da cidade de Lisboa, da

²⁹ Silva, Margarida Reis. “Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835”. Cadernos do arquivo Municipal, 2ª série, nº12, Julho- Dezembro 2019, **135**

³⁰ Folgado, Deolinda. “A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, **258**



Fig. 32 - Visita do Presidente da Câmara de Lisboa às obras de urbanização de Chelas



Fig. 33 - Transformações urbanas sofridas no início do século XXI



Fig. 34 - Vista aérea do Bairro do Condado
Fig. 35 - Bairro do Condado

qual fazia parte Chelas e os Olivais³¹. Estes terrenos eram maioritariamente rurais e foram adquiridos em hasta pública, em prol de uma política de crescimento da cidade, para Oriente, defendida pelos planos em vigor na altura, dando continuidade à primeira experiência de bairro económico, que teve lugar na década de 40 com o Bairro de Alvalade³².

Apesar de se tentar fomentar a habitação social, esta ainda não se mostrava acessível a parte considerável da sociedade, que vivia com fracos recursos económicos, o que a tornava direcionada para a classe média, ignorando a população mais desfavorecida, que continuava a habitar em bairros de lata.

Os primeiros estudos, desenvolvidos para a urbanização da área em questão, tiveram lugar a partir de 1955 com os Olivais, subdivididos em duas zonas, Olivais Norte e Olivais Sul, pelo que o primeiro Plano de Urbanização iniciado, foi o da área norte, em 1959. No entanto, este plano assente nos princípios racionalistas preconizados pelos CIAM, que já na altura eram alvo de críticas por parte de arquitetos e urbanistas, acaba por ser posto em causa por se tratar de uma experiência tardia do modelo urbano. Já o plano para Olivais Sul, ainda que ligado ao racionalismo, acabou por lhe introduzir algumas alterações, adaptada aos conceitos relativos ao modelo das New Towns britânicas³³. Contudo, esta tentativa em compatibilizar princípios distintos, nem sempre se revelou consistente, apesar do seu avanço significativo em termos de organização do espaço coletivo.

Dando continuidade a esta política de planeamento urbano, que teve início com a urbanização dos Olivais, surge “o Plano de Urbanização para o Vale de Chelas, aprovado em 1964, cujo principal objetivo consistia em incrementar uma estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada, integrada no conjunto da cidade e articulada com a zona ribeirinha”³⁴.

Com base no conceito racionalista de zonamento, foram propostas várias zonas habitacionais, que englobam equipamentos de interesse para toda a comunidade oriental, como escolas, espaços comerciais e culturais, fomentando novos postos de trabalho, aliciantes à fixação da população, e desenvolvendo relações sociais entre

31 Folgado, Deolinda. “A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, **262**

32 Folgado, Deolinda. “A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, **132**

33 Folgado, Deolinda. “A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, **144**

34 Heitor, V. “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001



Fig. 36 - População operária e a sua família num dos bairros clandestinos da época, o Pátio do Prior

as comunidades. Estas encontram-se delineadas de acordo com a organização das estruturas secundárias, quer viárias, quer pedonais, estabelecendo a ligação entre diversas zonas envolvidas por uma manta verde de extensão significativa.

Comparativamente com os Olivais, a urbanização de Chelas, deu-se de forma faseada, uma vez que os arrabaldes pertenciam principalmente a entidades privadas, que se mostravam descontentes com o valor que lhes era atribuído pela expropriação dos terrenos. Assim, a construção dos novos bairros habitacionais prolongou-se até ao final da década de 90. Contudo, após a revolução de 1974, desencadeia-se uma política de realojamento da população, como forma de abolir os bairros clandestinos, assente em princípios de igualdade entre classes. Como resultado da migração das ex-colónias para o país, sacrificou-se o plano inicial, em prol da construção de um maior número de habitações, de carácter social, para alojar as classes mais desfavorecidas³⁵, dando origem a um tecido urbano onde habita um estrato social “monoclassista e estigmatizado”.

35 Nunes, João Pedro Silva; Sequeira, Ágata Dourado. “O fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa. N.º 21, 2ª série, 2011, **36**



Fig. 37 - Plano de urbanização para a Expo 98
Fig. 38 - Parque das Nações

3.2.4. O fenómeno de Gentrificação

No último quartel do século XX, com a independência das colónias, diminuem as exportações portuguesas de matérias-primas para outros países. Essas matérias primas alimentavam muitas fábricas, que conseqüentemente foram obrigadas a fechar portas, ou transferidas para outros lugares, fruto da instabilidade económica nacional e internacional. Aumenta a taxa de desemprego, e diminuem-se os salários da população operária, que em grande parte acaba por emigrar para outros países com falta de mão de obra e, com salários mais apetecíveis. Assim, inicia-se o processo de desindustrialização da periferia oriental de Lisboa, cujos testemunhos ainda hoje permanecem no local, deixados à mercê do futuro.

Assumia-se um território fragmentado, repleto de complexos industriais abandonados, infraestruturas portuárias, que deixaram de ter utilidade e zonas habitacionais degradadas e fechadas sobre si próprias, e com falta de planeamento dos espaços públicos em seu redor.

Começa-se a pensar, numa forma de reintegrar a zona oriental na cidade e é então que na década de 90, Lisboa é palco de um novo plano, que promete requalificar esta vasta área e devolver-lhe a sua identidade.

Com o rio Tejo a seu favor, a periferia oriental, foi a escolhida para a realização da Expo'98³⁶, que constituiu um bom motivo para dar a conhecer esta zona a quem não estava familiarizado com o seu passado e criar condições para a circulação de pessoas e para a sua possível fixação.

Depois da referida exposição, parte da zona oriental, passou a chamar-se Parque das Nações, um enorme assentamento urbano virado para o rio Tejo, onde outrora tinham sido construídos os pavilhões de apoio à realização do evento. Posteriormente, a zona foi sendo densificada, com a construção de áreas habitacionais em toda a sua extensão, zonas de comércio, de serviços e de escritórios, tornando-se numa das zonas mais atrativas da cidade e referência para a requalificação de outros espaços ribeirinhos.

Neste contexto, emergem novas políticas urbanas de interesse municipal, com o intuito de reordenar esta área da cidade desafetada de produção fabril,

³⁶ Para redigir este subcapítulo, baseámo-nos maioritariamente, na crítica a *Lisboa oriental* pelos arquitetos Luis Santiago Baptista e Paula Melâneo para o *Jornal Arquitectos*



Fig. 39 - Fábrica de cerveja artesanal Musa

na qual surgem novos planos e concursos. É disso exemplo, o concurso para o Parque Ribeirinho do Oriente, que se encontra em fase de execução, frente ao novo projeto habitacional de iniciativa privada, Prata Living Concept, da autoria do arquiteto Renzo Piano, construído nos terrenos onde em tempos laborou a Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Nesta área, entre o centro e o Parque das Nações, os investimentos feitos foram sobretudo privados, grande parte a nível do edificado com valor patrimonial, para o qual foram feitos projetos de reabilitação, destinados a transformar o uso destes espaços. Alguns deram lugar a luxosos complexos habitacionais junto ao rio, que inevitavelmente vieram acentuar as discrepâncias sociais existentes, outros a espaços onde a cultura prevalecia.

Algumas das unidades industriais abandonadas, encontraram aqui a sua sorte e deram lugar a novas atividades. É disso exemplo, a Fábrica Braço de Prata, que alberga diversas atividades de cariz cultural e constitui um dos primeiros exemplos de ocupação de espaços existentes, em que se valorizou, o seu carácter industrial e a sua história.

Aqui, é possível tirar partido dos amplos espaços, que estes edifícios ofereciam, a preços bastante apetecíveis e que não são praticados no centro, onde a especulação imobiliária, a favor da construção de alojamento turístico, temporário ou de luxo, expulsa os lisboetas da sua própria cidade. Desta forma, a periferia oriental, torna-se uma boa alternativa para acolher novas empresas, à beira rio. Artistas instalam ali as suas galerias de arte, arquitetos abrem os seus ateliers, surgem espaços de co-working, academias de crossfit, abrem-se novos restaurantes de chefes conceituados, fábricas de cervejaria artesanal, lojas de imobiliário vintage, salas de concertos ou de realização de eventos, que se apropriaram das velhas fábricas, trazendo algum dinamismo à zona, dando-a a conhecer também aos turistas, que a passaram a visitar este lugar frequentemente.

Ao mesmo tempo que este processo de regeneração urbana junto ao rio avança vorazmente, as habitações carenciadas, que tomam conta de todo o vale e a sua população permanecem esquecidas e isoladas e, ainda alvo de estigmas, apesar de terem surgido algumas iniciativas para integrar os seus habitantes na cidade, e possibilitar o contacto com a restante população da freguesia, como a construção de equipamentos públicos ao alcance de todos, uns culturais, outros ligados à saúde.



Fig. 40 - Vista aérea sobre os novos complexos habitacionais Prata Living Concept

À beira rio, onde esta transformação se fez sentir com maior intensidade, reside uma população envelhecida, em grande parte composta pelos antigos operários e pelas suas famílias, que hoje em dia veem a sua habitação ameaçada pelas empresas imobiliárias, que cobiçam estes terrenos para a construção de novos empreendimentos, fechando os olhos ao património industrial pré-existente e passando por cima da sua história.



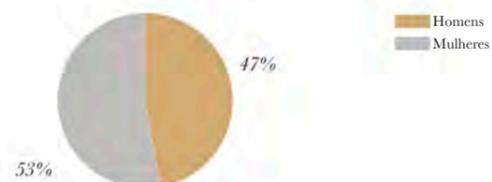
Fig. 41 - Vista sob o Vale de Chelas

3.3 Análise territorial

Através do conhecimento da história e assimilação da memória do lugar é possível ter a perceção do panorama social, que com o tempo se foi apoderando desta zona da periferia lisboeta. No entanto, quando se trata de analisar as transformações urbanas, que ocorreram e, os problemas que daí tiveram origem para a formulação de estratégias a adotar, o estudo morfológico é tido como uma necessidade.

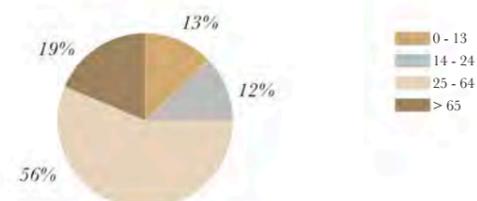
Tal como noutras freguesias, que lhe pertencem, em Marvila, a zona histórica, tornou-se envelhecida e obsoleta no tempo e no espaço e os edifícios devolutos passaram a dominar e a caracterizar a paisagem permanentemente, sejam eles antigas unidades fabris ou até mesmo os velhos edifícios de habitação. Até muito recentemente, o tecido urbano desta zona oriental deixara de ser chamativo, sobretudo pela escassa oferta de emprego e de atividades lúdicas, as quais passaram a concentrar-se sobretudo no centro da cidade. Neste momento, este processo está a ser contrariado pelo reaproveitamento das infraestruturas industriais pré-existentes, para a fixação de novas pequenas empresas e de espaços culturais, como já referido, devolvendo a esta zona o dinamismo outrora presente. As ruas da freguesia abrem-se à população mais jovem, que ali encontrou trabalho, e que em alguns casos, se fixou pela natureza do lugar, divergindo do centro da capital.

A par dos equipamentos industriais, como as fábricas e os armazéns, esta zona é composta por edifícios habitacionais com um a dois pisos de altura, em grande parte unifamiliares e que hoje em dia começam a ser reabilitados para servir novos habitantes e usos. Parte destes são pontuados por outras funções ao nível térreo, sejam elas serviços de apoio ou comércio, inicialmente destinadas a servir a comunidade marvilense, mas que com o tempo começaram também a ser frequentados, regularmente, pelos trabalhadores de empresas adjacentes, interagindo diariamente com os residentes ou visitantes. Em contraste com a zona histórica, mais compacta, no vale de Chelas, o sistema de edificado presente é caracterizado pela construção dispersa em altura, pontuada por equipamentos escolares, centros de saúde em paralelo com terrenos baldios e zonas verdes propícias à prática desportiva.



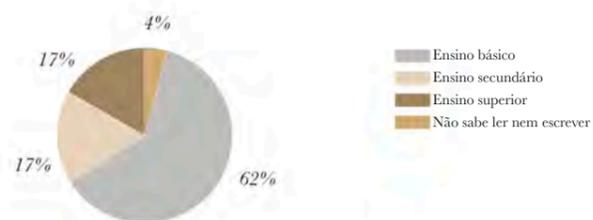
Percentagem da população residente segundo o sexo

No ano de 2011, a freguesia contabilizou um total de 37794 habitantes, dos quais 47% correspondem ao sexo masculino e 53% ao sexo feminino. A freguesia de Marvila é composta maioritariamente por habitantes do sexo feminino.



Percentagem da população residente segundo a faixa etária

Segundo o gráfico apresentado, podemos concluir que 25% da população marvilense se encontra em idade escolar. Apenas 19% corresponde à população idosa, que em grande parte habita na zona ribeirinha da freguesia, os antigos operários e seus familiares.

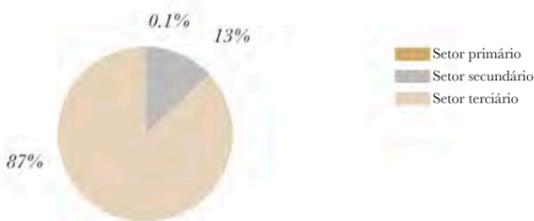


Percentagem da população residente segundo o nível de escolaridade

Grande parte da população da freguesia provém de classes menos favorecidas com fracos recursos económicos, consequentemente mais de metade dos habitantes apenas possui o ensino básico. Uma pequena percentagem corresponde a ilitrados, possivelmente a população mais idosa.



Percentagem da população residente segundo a situação laboral



Percentagem da população residente segundo o setor laboral

A análise efetuada demonstra que a atividade económica predominante se concentra no setor terciário (comércio e serviços), que de momento se encontram em pequena escala na freguesia, o que sugere que esta percentagem da população se desloca para fora da sua área de residência para exercer funções. No entanto, o setor primário (agricultura e pecuária) que em tempos constituiu a principal atividade exercida pelos habitantes é praticamente extinto.



A - Estado de conservação - Ao analisar o edificado procedeu-se à sua subdivisão em quatro categorias distintas, tendo em conta o seu estado de conservação. Concluiu-se que, no geral os edifícios que compõem a malha urbana se encontram razoavelmente bem conservados, contudo, parte destes carece de manutenção. Este aspeto verifica-se maioritariamente na zona mais antiga, que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser alvo de investimentos no ramo da construção e da reabilitação.

Em construção Bom Razoável Mau estado Ruína



C - Rede viária - A linha férrea delimita o território em três zonas distintas, que se refletem na descontinuidade da malha urbana e na problemática social que daí adveio. A encosta, a meia encosta e a frente ribeirinha, apresentam características viárias distintas. À beira rio a malha ortogonal faz a conexão com a Avenida Infante D. Henrique, porém, à meia encosta surge uma malha irregular em paralelo com as azinhagas difíceis de transportar

Vias estruturantes Vias Municipais Vias de acesso local Azinhagas



B - Usos - Na planta apresentada são evidentes as diferenças organizacionais da malha urbana. À cota mais alta, esta apresenta-se mais dispersa e homogênea a nível funcional, sendo que, a habitação plurifamiliar é predominante. Esta é pontuada por outras funções de serviço à comunidade, como escolas, centros de saúde ou espaços direcionados à prática desportiva. Em contraste, à cota mais baixa, há uma maior concentração do edificado e uma heterogeneidade de funções. Novas funções que têm vindo a beneficiar os residentes locais, mas também a população em geral.

Habitação unifamiliar Equipamentos desportivos Equipamentos culturais Serviços Armazéns
 Habitação plurifamiliar Equipamentos educacionais Equipamentos de saúde Comércio Sem uso
 Alojamento local Equipamentos religiosos Outros equipamentos Indústria



D - Vulnerabilidade a inundações - A margem ribeirinha está sujeita a ser alvo de intempéries, que fogem ao controle do homem. Este aspeto condiciona novas construções que sejam previstas em toda a sua extensão e consequentemente o processo de projeto, que deve ser ponderado tendo em conta a subida do nível do mar, fruto das alterações climáticas cada vez mais notórias.

Vulnerabilidade a inundações

Fig. 43 - Análise morfológica da freguesia

Apesar do interesse dos novos empresários, pela zona oriental, ter trazido benefícios para os seus residentes originais, o problema de segregação social persiste. O efeito barreira que a linha de comboio representa, divide a freguesia em três áreas desconectadas e com diferentes características morfológicas.

Tenta-se colmatar este tipo de fragilidades, através de medidas de planeamento territorial para o município, presentes no Plano Diretor Municipal, assente em objetivos a cumprir, para uma cidade mais eficiente. Aposta-se na requalificação urbana, como âncora de coesão social, de forma a fomentar o envolvimento dos habitantes na comunidade e torna-la uma população mais ativa. Este aspeto, levou-nos em primeiro plano, a analisar o PDM, bem como os dados estatísticos dos últimos Censos realizados no ano de 2011, que permitiram conhecer e caracterizar a população marvilense, a nível da sua faixa etária, a nível económico, escolar, e de empregabilidade e perceber quais as suas necessidades. Esta análise torna possível atuar naquela área, refletindo sobre o impacto que o desenvolvimento de um novo programa, para os antigos armazéns Abel Pereira da Fonseca, terá no seio da comunidade, como espaço cultural e turístico, fomentando novos postos de trabalho e promovendo o desenvolvimento económico e a interação social.

De facto, esta tipologia de edificado apresenta uma enorme potencialidade como fator de desenvolvimento social e urbano, pelo que se aposta na atuação sobre o património arquitetónico e no seu aproveitamento para este tipo de finalidades, mediante normas específicas impostas pelo PDM. Procura-se assim contrariar a tendência, que se tem verificado ao longo dos últimos anos, das funções e da população se transferirem para os novos centros urbanos. No entanto, há que ter em conta determinados fatores, que não devem constituir um entrave à realização da intervenção pretendida, como é o caso da elevada vulnerabilidade a inundações a que toda a extensão da frente ribeirinha está sujeita, por se tratar de uma zona topograficamente baixa e conseqüentemente, com o nível freático próximo da superfície. Nestas áreas, existe, por isso, necessidade de recorrer a estudos, que permitam tomar medidas cautelares na execução do projeto, e que comprovem que a intervenção não irá agravar o risco de inundações da zona envolvente. O mesmo é aplicável, quando nos referimos à vulnerabilidade sísmica a que Lisboa é suscetível, dada a sua situação geográfica, especialmente na zona ribeirinha. Nesta,

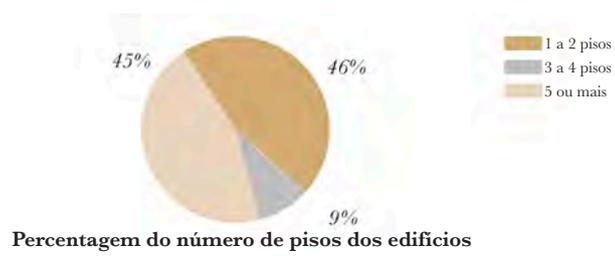
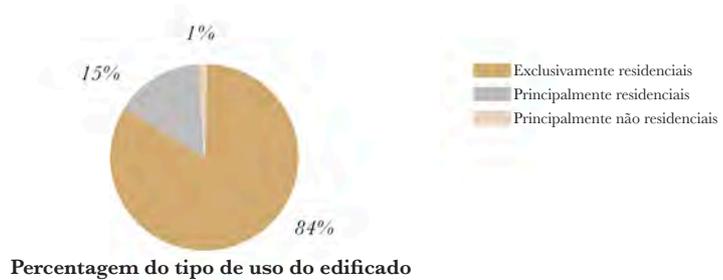


Fig. 44 - Dados relativos ao edificado que compõem a malha

a atividade sísmica faz-se sentir com maior intensidade, lembrando o modo como o Terramoto do século XVIII, deixou um rasto de devastação na cidade, pelo que se torna pertinente a aplicação de medidas preventivas e a ponderação consciente das escolhas construtivas a adotar para este tipo de ocorrências.

Apesar do foco da presente dissertação, se centrar num propósito de reabilitação e de preservação de edifícios, representativos de uma época, não quer dizer, que a sua reconversão num novo programa, venha a ser benéfica para a área em questão, pelo que existe a necessidade de refletir acerca das repercussões futuras. Com isto, se quer dizer, que todas as decisões em prol da evolução do lugar devem ser ponderadas, na sua relação com a sociedade que o envolve.





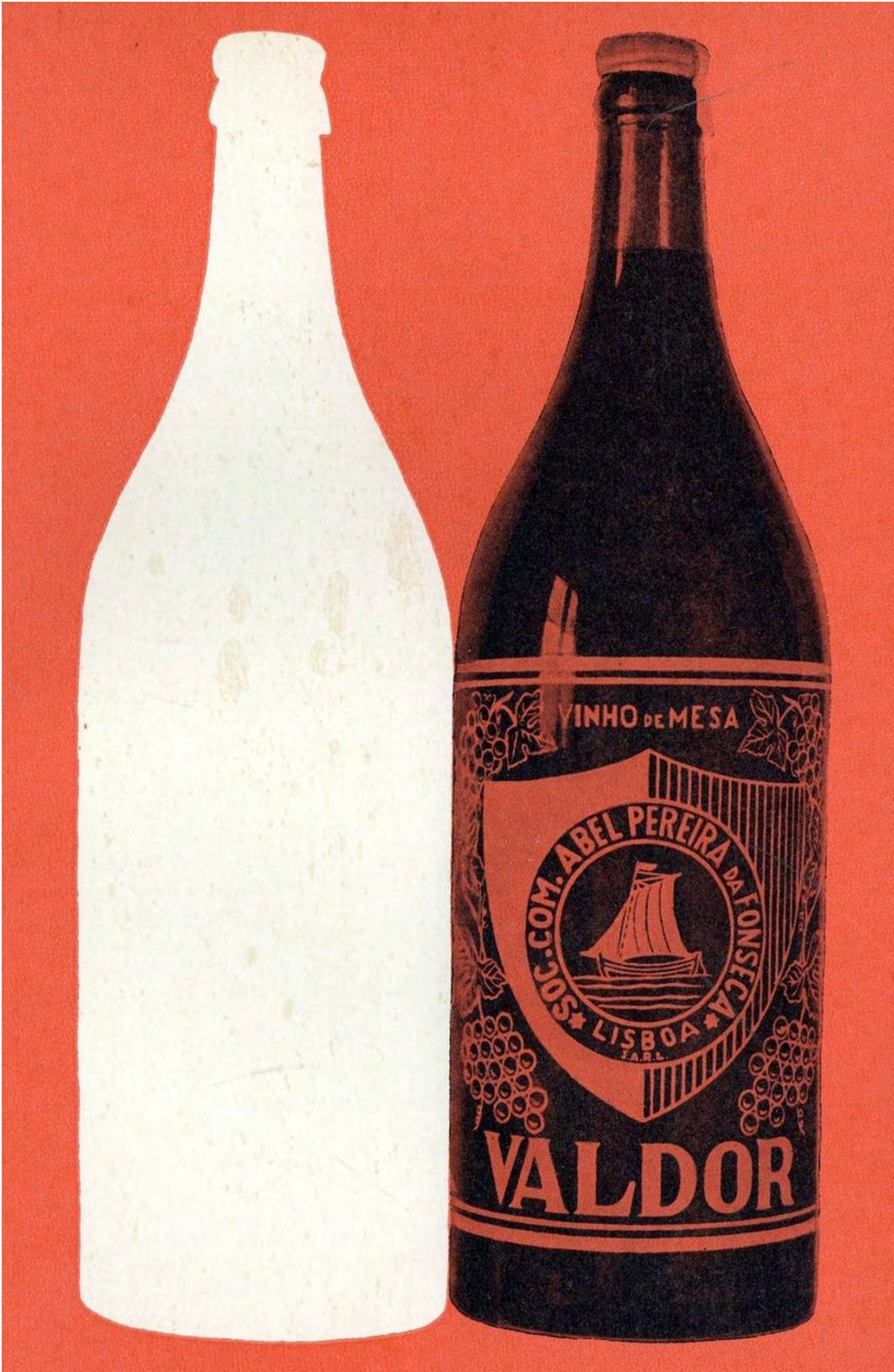


Fig. 46 - Cartaz publicitário de uma das marcas criadas pela empresa

3.4. O mundo vinícola de Abel Pereira da Fonseca no contexto industrial

No final do século XIX, a vida no campo era marcada pelo trabalho árduo e pela pobreza. Realidade esta, que levava os mais jovens a procurar uma vida melhor, como foi o caso de Abel Pereira da Fonseca, um beirão, nascido em Almeida, que decide partir para Lisboa, em busca de novas oportunidades.

Foi aqui, na capital, que o industrial e comerciante deu os primeiros passos dentro do setor secundário, na altura em franco crescimento. Começou por se empregar na área, nos armazéns vizinhos de José Domingos Barreiros, e mais tarde, no ano de 1906, com algumas economias criou a Abel Pereira da Fonseca & Companhia, juntamente com o seu sócio Francisco de Assis, ao qual se foram juntando novos sócios à medida que o negócio prosperava³⁷.

Esta, empresa, inicialmente dedicada à compra e venda de vinho e azeite diretamente ao produtor, para posteriormente proceder à comercialização a granel no mercado interno e externo, adquiriu uma rede de vinte e cinco lojas espalhadas por Lisboa, denominadas de Val do Rio, com o intuito de comercializar os seus produtos, que mais tarde, dado o seu sucesso e capacidade empreendedora dos membros da sociedade ultrapassou a centena.

Nos primeiros anos, a firma funcionava na Rua da Manutenção do Estado, em Xabregas, altura, em que o impacto do desenvolvimento industrial da zona oriental começa a fazer-se sentir. Foi nesta altura que, ao ver o Tejo como opção estratégica, “tendo em vista o descarregar de vinho, proveniente da margem esquerda, e o carregamento das embarcações, que o levavam para bordo dos navios exportadores”³⁸, Abel Pereira da Fonseca, adquiriu um espaço frente ao largo do Poço do Bispo para onde, no ano de 1910 se transferem as instalações da empresa, que passa a funcionar como edifício de gaveto³⁹.

O novo armazém, de linguagem simples, adquirido aos herdeiros de Manuel Costa Cabaço, na altura seus proprietários, depressa deixa de se adequar às necessidades espaciais impostas pelo crescimento contínuo da firma, o que tornou imprescindível a ampliação do armazém ao longo da Rua Amorim e, mais tarde,

³⁷ Barbosa, João. “Abel Pereira da Fonseca – O Rei revolucionário”, In J. Barbosa, “Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português”, Lisboa: Oficina do Livro, 2011, **27**

³⁸ Barbosa, João. “Abel Pereira da Fonseca – O Rei revolucionário”, In J. Barbosa, “Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português”, Lisboa: Oficina do Livro, 2011, **28**

³⁹ Folgado, Deolinda. “Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial”. Livros Horizonte, 1999, **158**

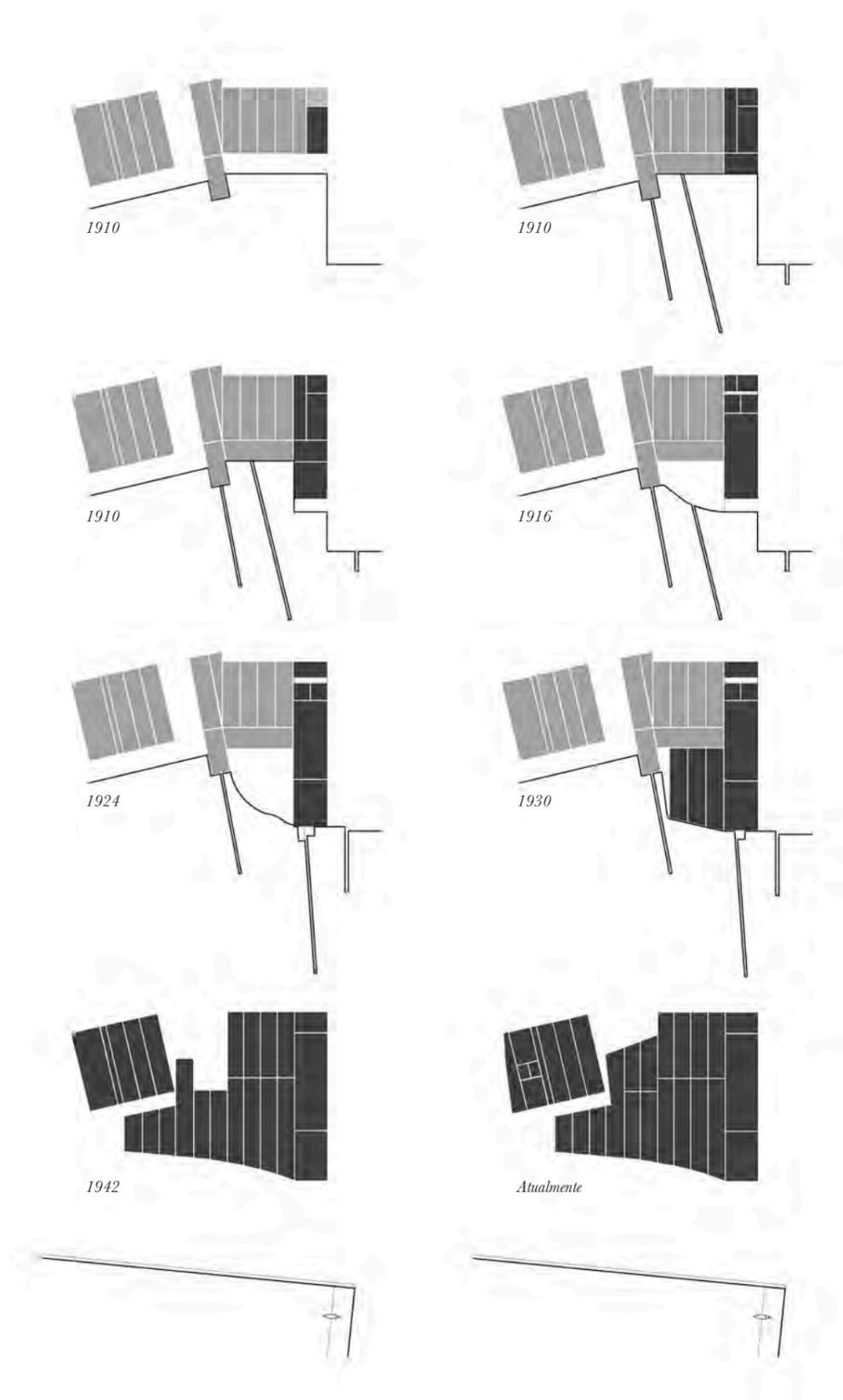


Fig. 47 - Evolução histórica do conjunto até à atualidade

Edifício de gaveto Pré-existência Acrescentos ao longo dos anos

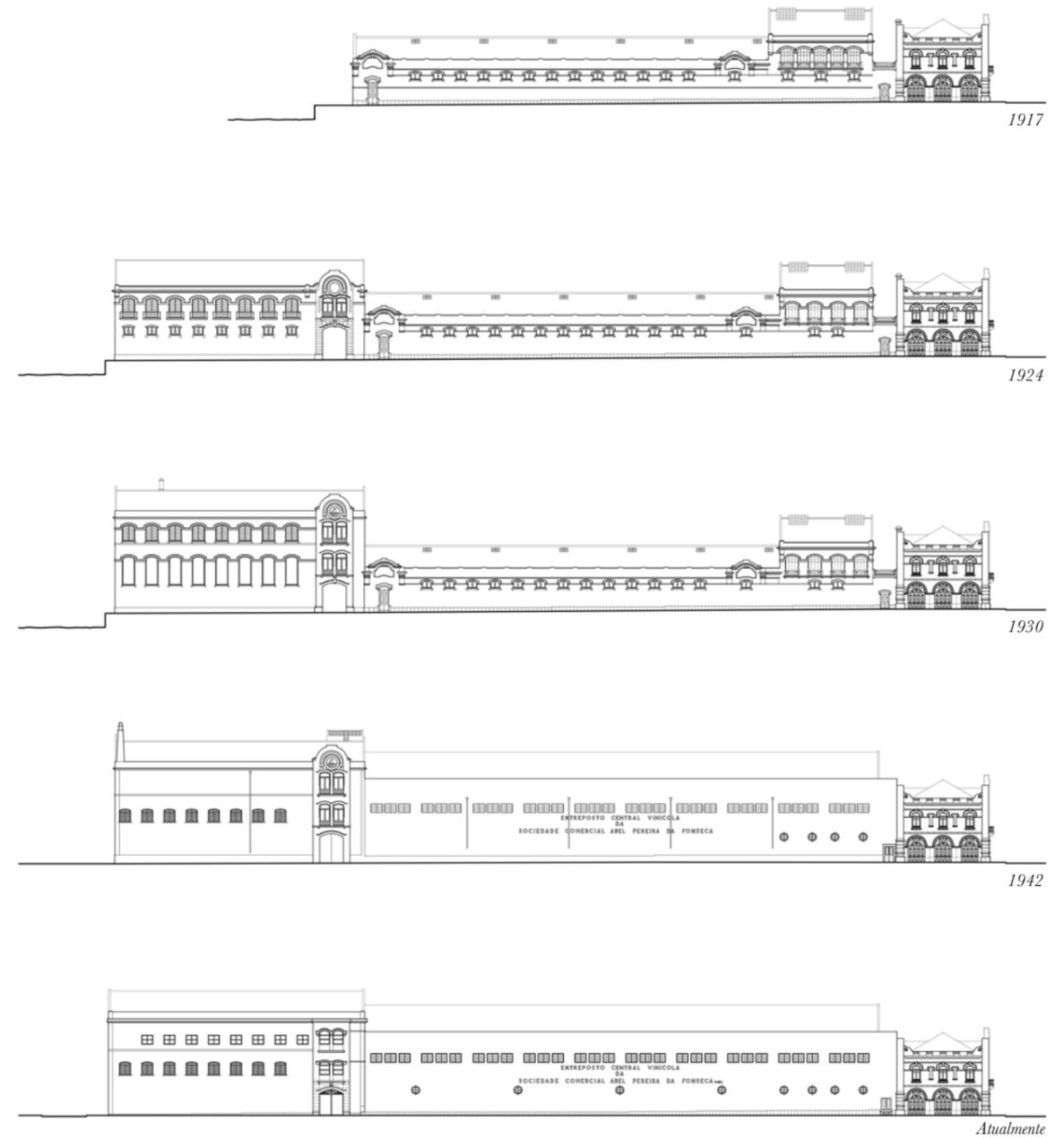
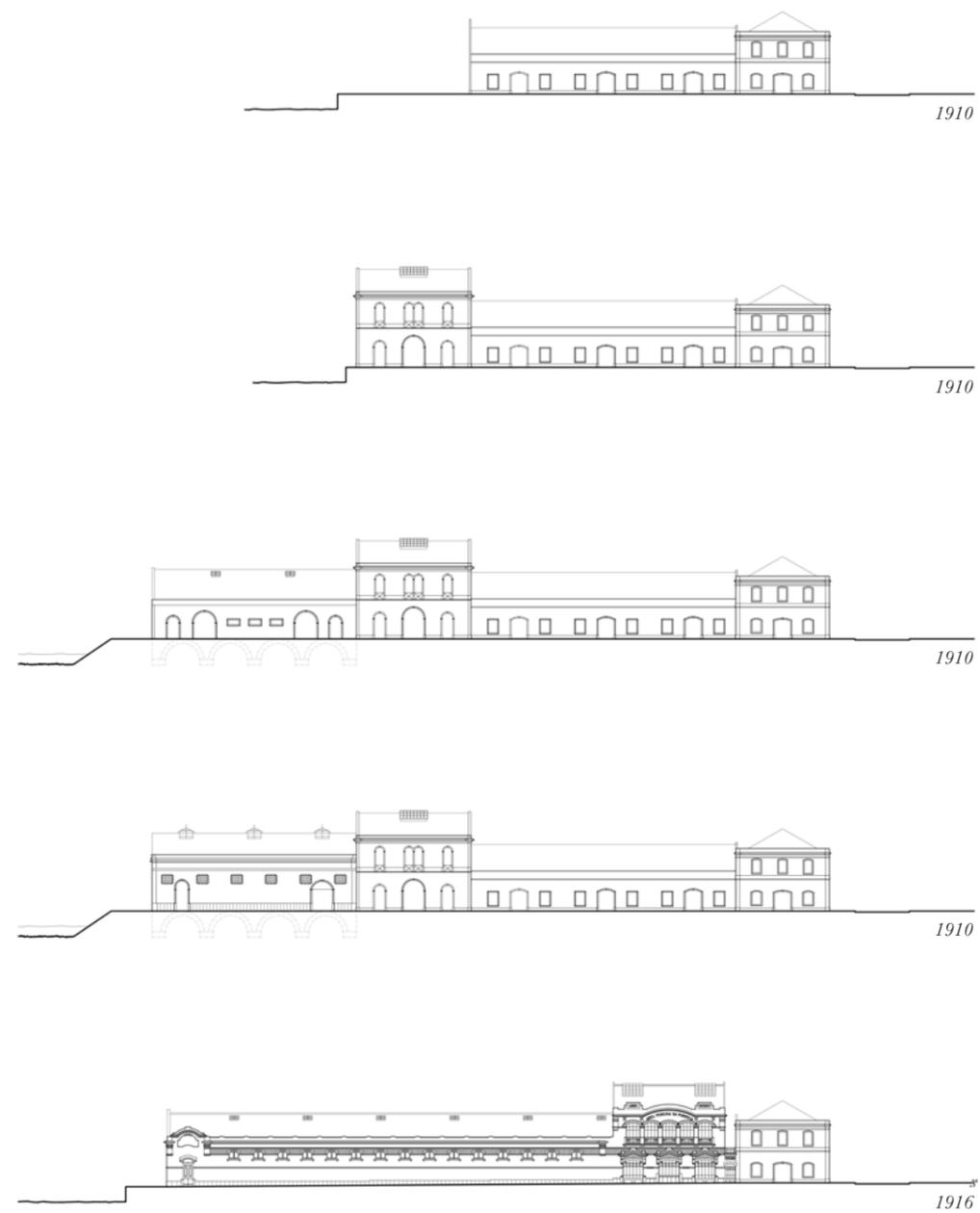


Fig. 48 - Evolução do conjunto ao longo da **Rua Amorim** desde que a firma se instalou no Poço do Bispo (desenhos feitos com auxílio de documentos e fotografias fornecidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa)

a sua extensão para sul até a Rua Pereira Henriques, fase em que Abel Pereira da Fonseca e os seus sócios já detêm todo o quarteirão.

No ano de 1910, realizam-se então as primeiras obras de ampliação do armazém preexistente, ao qual foram anexados dois novos volumes, interligados entre si por meio de pilares, que permitiam a circulação interior como um só⁴⁰. Esta primeira obra foi muito importante, uma vez que, a largura total do novo conjunto corresponde à largura dos dois armazéns que lhe são adjacentes e que fazem frente com a Praça David Leandro da Silva. A mesma largura, que passou a definir o edifício principal, como o conhecemos nos dias de hoje.

Ainda nesse mesmo ano, dá entrada na Câmara uma proposta de construção de um novo edifício sobre o Tejo, que foi possível nivelar à cota de rua através de uma infraestrutura em arco por onde a água do rio circulava, uma vez que até à data esta zona ainda não tinha sofrido quaisquer transformações consequentes da regularização da margem imposta pela construção do Porto de Lisboa.

Foi também nesta época, que Abel Pereira da Fonseca, adquiriu algumas quintas na região do Bombarral, compradas em hasta publica após a implantação da República, que veio afetar as classes mais abastadas, que ou por dificuldades económicas ou por preferirem a riqueza do que os bens imobiliários se queriam desfazer das propriedades.

Assim, em 1911⁴¹, procede à compra da Quinta das Cerejeiras, que ainda hoje se encontra na posse da família e, para onde mais tarde se mudou quando prescindiu de todos os negócios que tinha em Lisboa, para se dedicar à produção do seu próprio vinho no Bombarral, região que lhe despertou especial interesse, pela proximidade com o caminho de ferro e com Lisboa. Na mesma zona, adquiriu também, a Quinta do Sanguinhal e mais tarde expandiu-se para o Cadaval, Alenquer e Torres Vedras, onde adquiriu a Quinta de São Francisco, que faz parte da Companhia Agrícola do Sanguinhal, fundada mais tarde pelo próprio, no ano de 1926, com o intuito de administrar as suas propriedades na região do Bombarral e que ainda hoje perdura, na gerência do neto Carlos Pereira da Fonseca.

⁴⁰ Para redigir este subcapítulo, em que é descrito o processo evolutivo do edifício ao longo dos anos, tivemos maioritariamente por base o documento n.º 18813, do Arquivo Municipal de Lisboa referente a escrituras, recimentos e certidões da época. PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/14914. Vol. I, II. A dissertação Madeira, Bruno Manuel da Costa. “Novos destinos para edifícios industriais – Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca”, Lisboa, Universidade Lusófona, 2014

⁴¹ Barbosa, João. “Abel Pereira da Fonseca – O Rei revolucionário”, In J. Barbosa, “Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português”, Lisboa: Oficina do Livro, 2011, 28



Fig. 49 - Fachada principal sob a Praça David Leandro da Silva

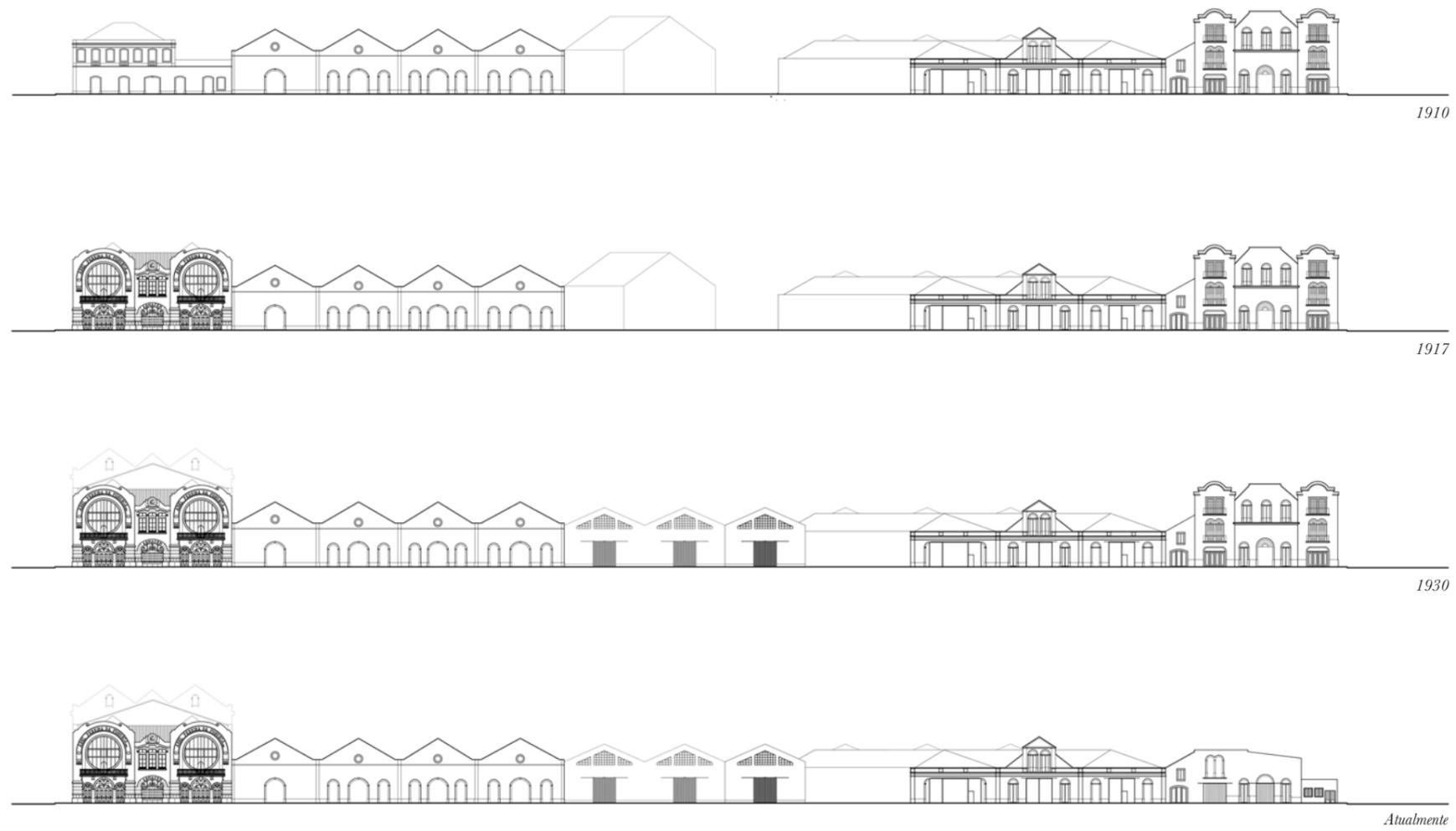


Fig. 50 - Evolução do conjunto ao longo da **Rua do Açúcar** desde que a firma se instalou no Poço do Bispo (desenhos feitos com auxílio de documentos e fotografias fornecidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa)

No ano de 1916, a margem ribeirinha já tinha sido alvo de obras com a construção de um novo aterro, o que permitiu, mais uma vez, a ampliação dos armazéns no prolongamento da Rua Amorim, sem que houvesse necessidade de recorrer às técnicas construtivas utilizadas anteriormente. Assim, surgiu um novo armazém de maiores dimensões, que posteriormente, voltou a sofrer alterações, com o novo projeto do arquiteto Manuel Joaquim Norte Júnior, datado do mesmo ano.

As sucessivas ampliações feitas anteriormente, foram então, substituídas pelo novo projeto da sua autoria. Ao edifício de gaveto, foi anexada uma nova construção em betão armado, também de dois pisos, em que um pequeno pátio passou a separar os dois edifícios. No seu prolongamento, foi construído um outro corpo ligado ao novo edifício referido anteriormente, por meio de uma estrutura de pilares centrais. Este, destinado ao armazenamento do vinho produzido, em cubas de betão, uma inovação para a época, que destacou a firma relativamente à empresa concorrente.

Nesta fase, os armazéns que desde sempre tinham sido construídos segundo as necessidades da firma, privilegiando a sua funcionalidade, passaram também a incorporar uma preocupação estética por parte do arquiteto, bem visível na fachada principal, que apesar de inicialmente sobranceira sobre o Rio Tejo, foi recolocada na praça David Leandro da Silva, sendo ainda hoje um elemento emblemático, um marco do estilo da época, a Arte Nova, juntamente com a fachada dos armazéns José Domingos Barreiros. A nova fachada, construída em 1917, “teve especial atenção do arquiteto em simbolizar a função do edifício, através de um cuidadoso desenho de fachadas, nas quais são representados motivos alusivos ao labor da firma, como os tonéis de vinho presentes nos grandes janelões circulares, os cachos de uvas, as folhas de parra, e ainda o destaque para a importância do rio, uma vez que era a partir deste, que chegavam os produtos que abasteciam a cidade, destinando o centro da fachada principal ao logotipo da empresa composto por uma fragata e pelo rio”⁴².

Paralelamente, também o alçado da Rua Amorim sofreu alterações pontuais. A janela e as duas portas, ao nível térreo da construção central, foram substituídas

⁴² Madeira, Bruno Manuel da Costa. “Novos destinos para edifícios industriais – Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca”. Lisboa, Universidade Lusófona, 2014, 81



Fig. 51 - Fachada sob o Tejo, década de 20

Fig. 52 - Instalações da firma na década de 30 - são visíveis indícios da construção da doca do Poço do Bispo



1910



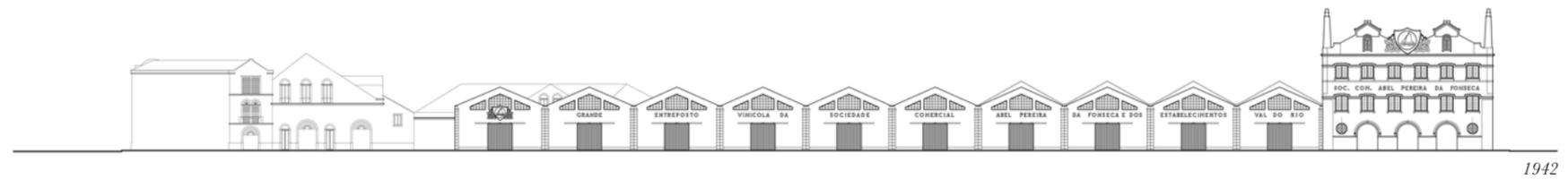
1924



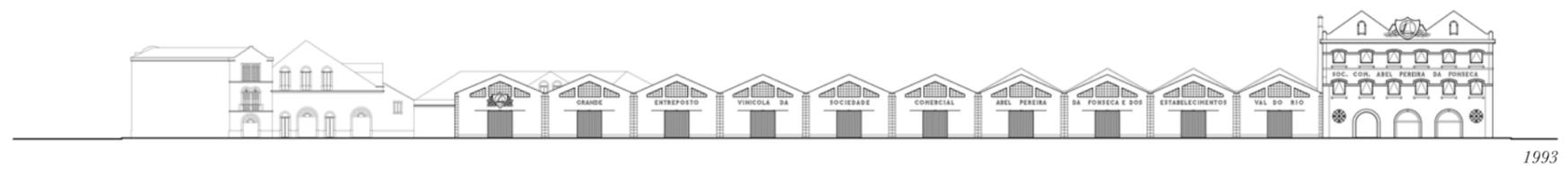
até à década de 30



1930



1942



1993

Fig. 53 - Evolução do conjunto ao longo da atual **Avenida Infante Dom Henrique** desde que a firma se instalou no Poço do Bispo (desenhos feitos com auxílio de documentos e fotografias fornecidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa)

por outras menores, bem como o frontão, que as acompanhava. Aumentou-se ligeiramente o pátio e, um novo frontão surge na nave, que alberga as cubas. No entanto, o aspeto da fachada não se manteve sempre assim, pelo que, ainda no final do mesmo ano, o arquiteto volta a intervir pela última vez, ficando assim concluídas as obras de ampliação.

Ao mesmo tempo que decorriam estes acontecimentos de extrema importância para a história da firma, novos sócios se foram juntando a Abel Pereira da Fonseca e Francisco de Assis, o que a tornou uma sociedade por cotas, com a nova designação de *Abel Pereira da Fonseca & Cia. Lda.* Um ano mais tarde, passa a *Abel Pereira da Fonseca, Lda*, com a entrada do novo sócio Marcelino Nunes Correia, que passa a gerir a firma juntamente com o fundador. A designação referida, volta a ser alterada na década de 30 para *Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L*, designação que se manteve durante os anos em que laborou⁴³.

Nesse mesmo ano, as referidas sucursais Val do Rio, que na altura eram tabernas, originalmente lugares destinados a venda de vinho e carvão, foram alvo de melhoramentos com o intuito de cativar também o público feminino. Passaram também a incorporar outros produtos embalados pela firma, para além dos que já dispunham, uma inovação na altura, que lhes conferiu a sua fama, pelo que chegaram a ultrapassar a centena de pontos de venda.

Com o crescimento sucessivo da empresa, houve necessidade de ampliar novamente os armazéns, que mais uma vez voltaram a crescer associados à frente ribeirinha. Assim, no ano de 1924, foi edificado um novo armazém de dois pisos, tendo em conta a métrica já existente, de forma a manter a mesma linguagem e características da obra anterior. Este, posteriormente, volta a sofrer alterações, desta vez a nível estrutural. A lage, entre os dois pisos existentes, foi removida e criada uma nova num outro nível, o que lhe conferiu um aumento de pé direito significativo, ao nível do piso térreo. A esta construção foi também adicionado um novo piso, que conseqüentemente elevou o edifício em altura.

Mais tarde, na década de 30, Abel Pereira da Fonseca, manda erguer três novos armazéns, construídos no prolongamento dos pré-existentes, que têm frente para o Largo do Poço do Bispo. Estes, foram construídos na lateral do edifício principal e têm a sua fachada inspirada nesse mesmo edifício.

⁴³ Folgado, Deolinda. "Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial". Livros Horizonte, 1999, 158



Fig. 54 - Instalações da firma no ano de 1942

Foi também nesta época, no ano de 1937⁴⁴, que Abel Pereira da Fonseca se retirou da sociedade, e partiu para o Bombarral para se dedicar à produção do seu próprio vinho e à gerência da Companhia Agrícola do Sanguinhal, que passou a ser uma sociedade por quotas, partilhadas com os seus filhos e, que acabou por passar de geração em geração até aos dias de hoje. Desta forma, a família Nunes Correia passou a ser detentora da totalidade das ações da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L. e sua única gerente.

Durante os anos que se seguiram, o negócio continuou a prosperar e existiu mais uma vez a necessidade de aumentar as instalações, que para além de englobarem diversas etapas de produção, filtragem e armazenamento de vinhos, azeites e licores, também passaram a armazenar produtos alimentares e seus derivados, para posterior comercialização. Como tal, o conjunto de três armazéns erguidos na década de 30, deu lugar a um total de 10 edifícios em correnteza, cuja única preocupação foi a funcionalidade. Para além desta intervenção, também o edifício principal sofreu alterações, sendo que o corpo central foi demolido para dar lugar a um novo edifício de dois pisos, compostos por cento e setenta cubas, destinadas ao armazenamento de vinho. O mesmo sucedeu com o edifício de gaveto com o rio, utilizado para o armazenamento de pipas de vinho e mais tarde transformado em zona administrativa. No entanto, este apenas sofreu alterações a nível ornamental.

Foi nesta época, que a firma atingiu o seu auge, sendo que, em 1942 já era considerada uma das empresas de maior relevo a nível nacional, à semelhança dos armazéns de retalho. Assiste-se ao crescimento da unidade fabril, com a construção de oficinas, depósitos, casas para o pessoal e, posteriormente, de uma vila operária, pelo que em 1961, a firma já contava com cerca de 1200 trabalhadores.

No ano de 1974, sofre as últimas alterações, a nível de desenho das fachadas, como as encontramos nos dias de hoje, apesar do seu estado de degradação. No mesmo ano, Manuel Rodrigues dos Santos e Alcino Rodrigues Pinhão, passam a ser os novos proprietários da firma e é com eles que esta entra em decadência, pelo que no ano de 1982, passa a ser a segunda maior empresa de comercialização de vinhos no país, até que em 1993, a sociedade fecha portas.

⁴⁴ Barbosa, João. “Abel Pereira da Fonseca – O Rei revolucionário”, In J. Barbosa, “Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português”, Lisboa: Oficina do Livro, 2011, **29**



Fig. 55 - Fachada do edifício e veículo de transporte, década de 40

Anos depois, com a realização da Expo98, o espaço é cedido à Câmara Municipal de Lisboa para atividades de cariz cultural no âmbito do projeto “Caminho do Oriente”.



Fig. 56 - Três eixos definidos
(Alfinetes - Beato, Alfinetes - Mitra e Alfinetes - Poço do Bispo)



Fig. 57 - Estratégia urbana (legenda no desenho em anexo)



4. A PROPOSTA

4.1. Estratégia Urbana: Repensar Marvila

A elaboração, no nosso projeto de grupo, de um novo polo cultural no terreno do antigo Palácio dos Alfinetes teve como objetivo reaproximar a comunidade do vale de Chelas, cuja população se encontra isolada da restante, não só pela sua condição social, mas também pela escassez de acessos pedonais. Estes são também afetados pela existência das vias ferroviárias difíceis de transpor. Desta forma, o novo edifício, apesar de se destinar a fomentar as relações sociais, não vem resolver o principal problema que a freguesia enfrenta, a sua segregação a nível urbano, o que nos levou a refletir acerca das infraestruturas que a compõem, para ser possível compreender de que forma se podia atenuar este problema e criar condições para unificar o território. Assim, o conceito de Corredores Urbanos passou a liderar a proposta de turma.

Foram definidos três eixos principais, sendo que cada um deles corresponde a um corredor, partindo do Palácio dos Alfinetes, onde o novo Centro Cívico tomaria lugar, sendo eles, Alfinetes – Beato, Alfinetes – Mitra e Alfinetes – Poço do Bispo.

Cada um destes eixos foi atribuído a um grupo, o qual desenvolveu uma estratégia urbana independente, entre os Alfinetes e a zona ribeirinha, com o objetivo de facilitar a deslocação dos habitantes dos bairros sociais até ao Tejo, mas também incentivar a população, que usufrui da frente ribeirinha, como os turistas, os seus habitantes e trabalhadores, a fazer o percurso contrário até ao Vale de Chelas. No entanto, concluiu-se que para esta ideia ser viável e ter o impacto desejado, estes elementos de coesão territorial, deveriam estar associados a diversos programas de cariz cultural, desportivo, social ou de lazer, de forma a incentivar o uso destes espaços.

A cada elemento do meu grupo, foi atribuída uma área dentro da extensão entre a Quinta dos Alfinetes e o Poço do Bispo, na qual cada membro deveria desenvolver uma estratégia em articulação com os restantes colegas, tendo como elo de ligação o próprio corredor urbano. Assim, partindo do Centro Cívico onde um vasto leque de atividades se desenvolve, desde uma biblioteca, a um lar de idosos, a uma cantina comunitária, entre outros, desenvolve-se um percurso lúdico, mas

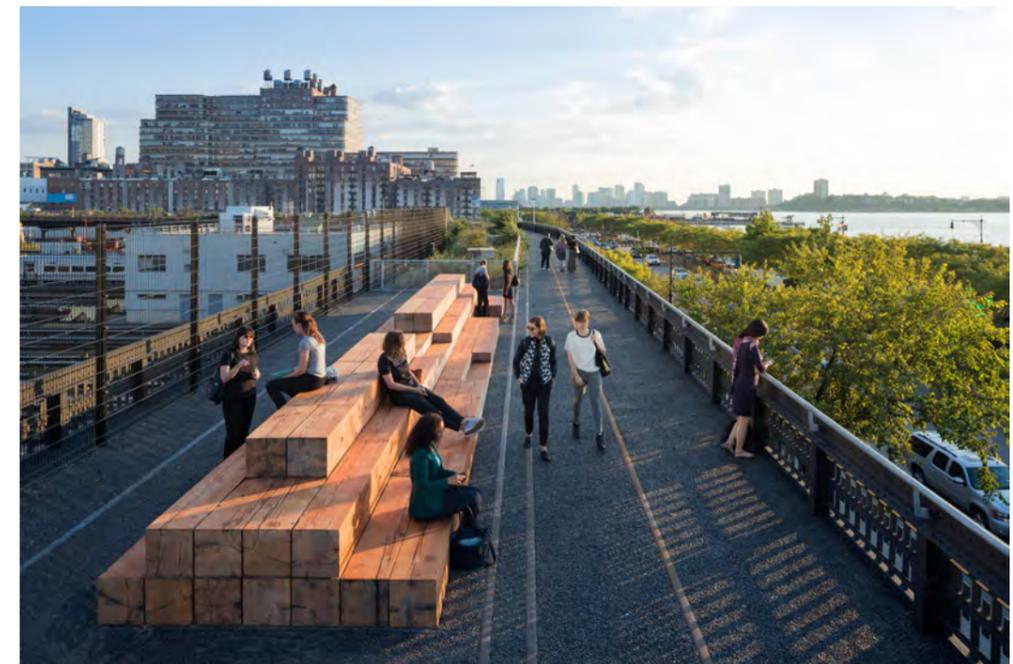
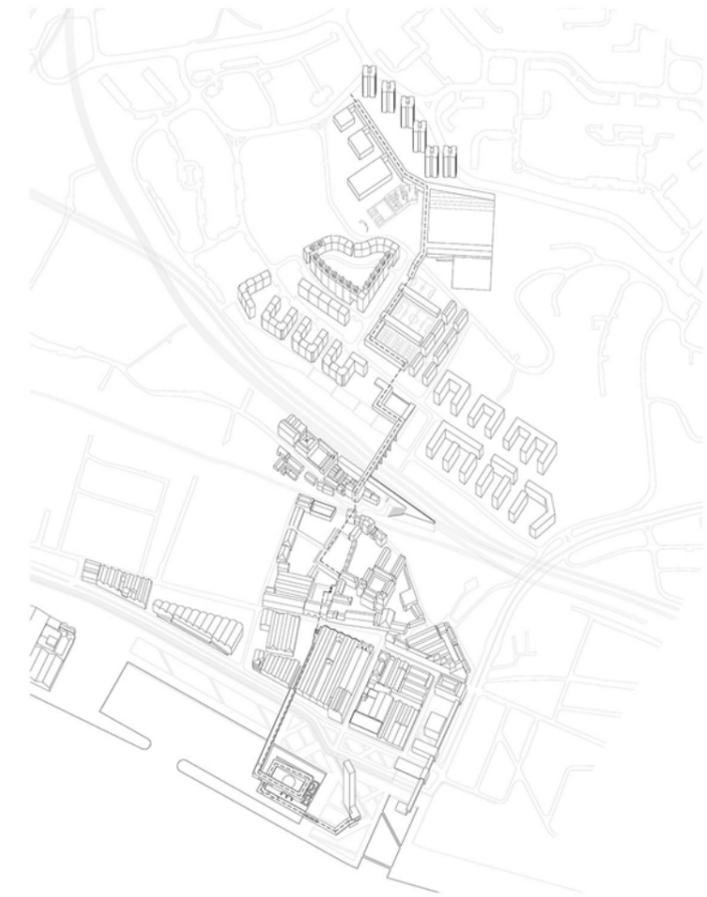


Fig. 58 - Axonometria do corredor urbano proposto (Alfinetes - Poço do Bispo)

Fig. 59 - High Line, Nova Iorque

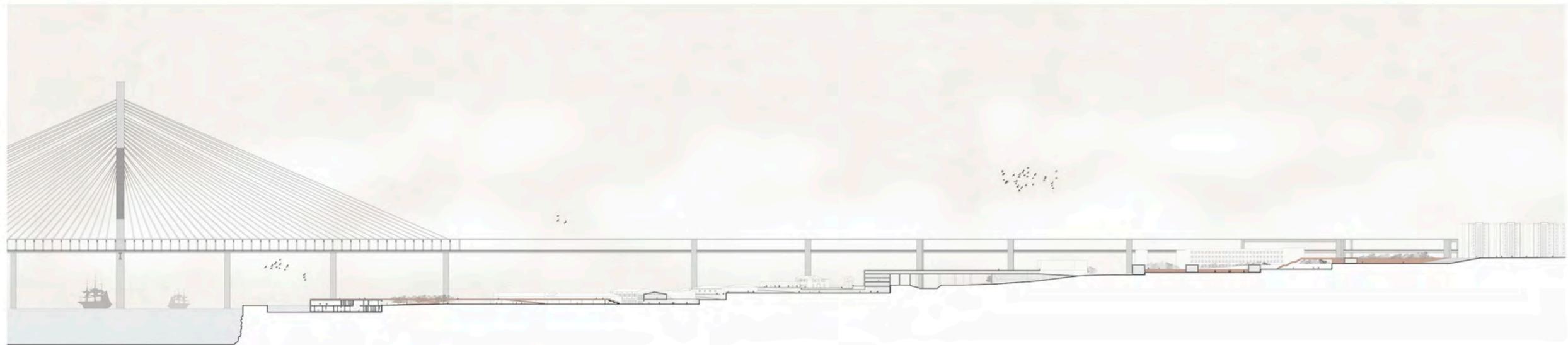


Fig. 60 - Corte pelo corredor urbano

também cultural, onde a partilha de experiências e de conhecimentos se sobrepõe aos estigmas sociais que marcam esta área.

A nova centralidade urbana criada integra as ruínas do Palácio dos Alfinetes, bem como a área do antigo campo oriental, que foi recuperado e articulado por novos campos de jogos, em toda a continuidade do percurso até à linha férrea, onde surge o novo edifício da AMI, desenhado com o objetivo de facilitar a transposição desta barreira física que há muito impede a coesão do território. Esta é feita de forma subterrânea pelo percurso que tem continuidade no interior do edifício, confluindo no interior do quarteirão com início na Rua Direita de Marvila. Aqui, o espaço que se encontrava em desuso e, onde outrora existiram hortas é requalificado e transformado numa sucessão de espaços de lazer associados ao jardim do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila. A requalificação deste quarteirão é apontada em toda a sua extensão interior e os desníveis vencidos através de uma sucessão de escadas e rampas. Estas ligam diversos patamares até ao piso térreo, onde a ligação à Rua do Açúcar é feita através da transposição do edifício que aqui se encontra, por uma abertura em arco pré-existente. Assim, chegamos à Praça do Açúcar, à velha Marvila, repleta do património industrial, que outrora laborou e deu vida às ruas. Aqui, somos arrebatados pelos imponentes Armazéns Abel Pereira da Fonseca, aos quais conferi, no meu projeto individual, uma nova utilidade de cariz cultural e de lazer. Associado aos armazéns, surge um novo elemento em altura – uma passarela metálica –, a qual, ao chegar à praça se distingue pela sua materialidade e que dá continuidade ao percurso, que teve início no Centro Cívico e que vai culminar à beira Rio, no Museu do Tejo.

Esta ideia de corredor saudável, no sentido em que as novas acessibilidades influenciam positivamente a qualidade de vida da população, que dele usufrui, é uma aposta cada vez maior pelas cidades de todo o mundo, associada à sustentabilidade e à mobilidade urbanas. Podemos referir o High Line em Nova Iorque, como um bom exemplo de um corredor cultural cujo impacto acabou por ser de tal forma positivo que se tornou um ícone e que hoje em dia serve de modelo para a transformação urbana de muitas cidades. Esse espaço multifuncional criou diversos acontecimentos e atividades, em associação com os espaços sociais envolvidos por vegetação, ao longo de todo o percurso contínuo entre a densidade de edifícios. Acontecimentos

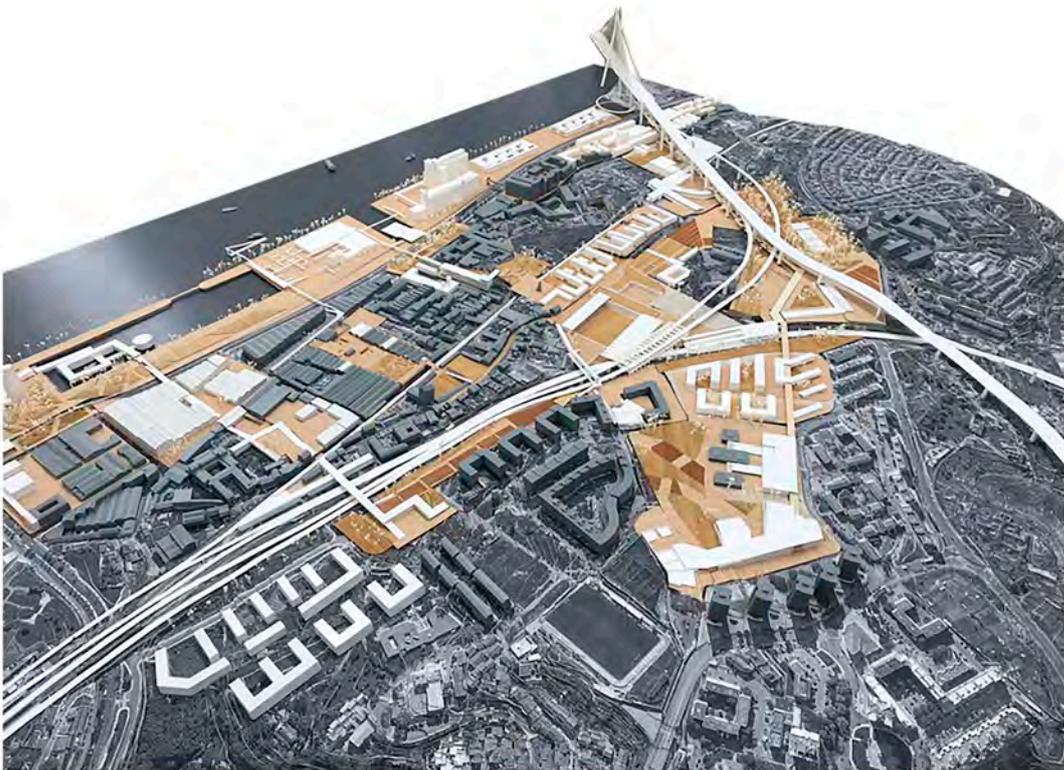


Fig. 61 - Maquete da estratégia urbana elaborada pela turma

estes que garantem a humanização do corredor, gerando investimentos em seu redor, como a abertura de bares, restaurantes e galerias de arte, permitindo a regeneração de um espaço público acessível a todos, e promovendo o desenvolvimento local.

À sua semelhança, pretendemos que o impacto do corredor urbano por nós estudado em Marvila, suscite o mesmo efeito, criando uma simbiose entre a população e o meio, e permitindo uma interação entre diferentes cidadãos.



4.2. Caracterização da preexistência: Implantação e Composição espacial

Ao percorrer a via ribeirinha oriental até Marvila, o nosso olhar é direcionado para os enormes conjuntos industriais na sua extensão, que não passam despercebidos à vista do transeunte.

Em tempos, o rio, às suas portas, foi o maior motivo de implantação desta tipologia arquitetónica, neste caso, construída sobre um aterro, que se prolongou para além da antiga via marginal. Porém, atualmente a marginal ribeirinha, ganhou o nome de Avenida Infante D. Henrique e prolonga-se até ao centro. Com vista desimpedida sobre a Doca do Poço do Bispo e sobre o próprio Tejo, o conjunto de armazéns vinícolas da firma Abel Pereira da Fonseca, marca presença no coração da freguesia, onde uma das suas frentes, a Praça David Leandro da Silva, que os viu nascer, detém o estatuto de ponto de encontro da comunidade. As suas proporções e expressividade chamam à atenção da nossa curiosidade e de todos os que com ele se cruzam, à parte da comunidade marvilense familiarizada com a história que envolve aquele misterioso conjunto. Ele está na génese da formação deste lugar o que nos leva a questionar a razão da sua existência e a querer escutar com atenção a narrativa que ecoa no seu interior, como diz a arquiteta Inês Moreira quando se refere às memórias camufladas nos edifícios deste cariz.

Num primeiro instante, procurou-se entender as transformações que o conjunto sofreu ao longo dos anos, desde o momento em que a firma se transferiu para a construção primordial de menores dimensões, até à visão que hoje temos da antiga unidade industrial, implantada a Este do Rio Tejo. Esta encontrou a sua forma em função da necessidade, neste caso, de maior capacidade de armazenamento da produção, levando à inclusão de novos corpos, inicialmente no prolongamento do edifício de gaveto pré-existente e só depois em direção à Rua Pereira Henriques, como é possível observar nas figuras previamente apresentadas, em que se percebe o momento em que as naves laterais foram acrescentadas sucessivamente.

O edifício principal, cujas características fazem com que sobressaia relativamente às restantes naves, que formam o conjunto, é composto por três volumes contíguos de planta retangular e com diferentes dimensões, onde na época



Fig. 63 - Implantação
Fig. 64 - Entre a Praça e a Rua Amorim

se distribuía diferentes programas, essenciais ao labor da firma.

O volume, que faz ligação com a praça, apresenta uma fachada ao estilo da Arte Nova, delimitada por pilastras. Esta é composta por três panos, sendo um deles central, relativamente mais baixo em comparação com os dois simétricos que o ladeiam, cada um deles marcado por um janelão circular de grandes dimensões, precedido de um varandim em ferro e, em seu redor, uma cartela semicircular com o nome da firma inscrito. Por baixo deste, surge um portão central em ferro e vidro, integrado num arco de volta inteira assente sobre pilastras, que o separam de outros de menores dimensões presentes em ambos os lados.

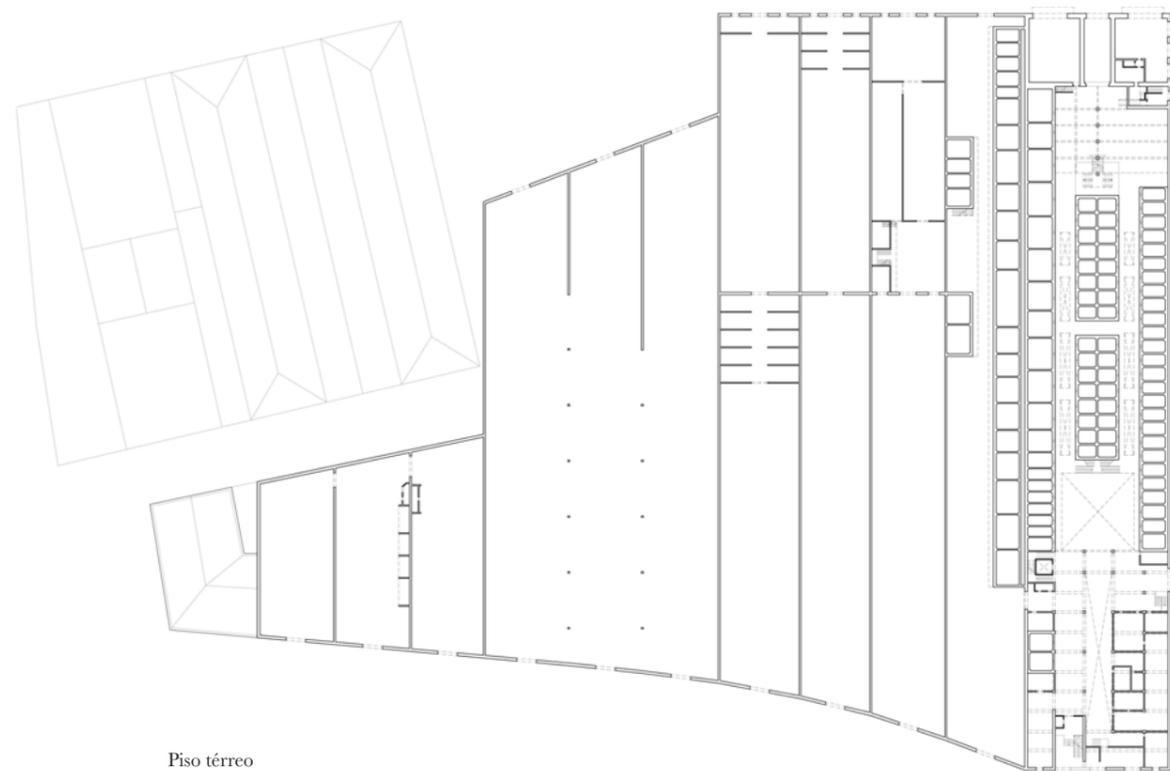
No centro da fachada, destaca-se um outro portão com a mesma materialidade, envolvido por uma moldura rusticada em arco rebaixado, com a inscrição de Armazém. Acima deste, no piso superior, três janelas com guarda de ferro, encimadas por um friso, também em arco rebaixado, são rematadas por um frontão circular com uma fragata inscrita. A frente para a Rua Amorim, apresenta as mesmas características, sendo composta por três portas, também em ferro e vidro e sobre estas, no piso superior, três janelas com guarda de ferro.

Este volume, composto por dois pisos e ainda por um sótão, serviu de base às habitações para o pessoal, ao longo do primeiro piso, sendo recentemente reconvertido num espaço de co-working – o *Workhub Lx*. Ao visitá-lo, foi possível entender o funcionamento do volume, sendo que o acesso ao Hub, realiza-se de forma independente, através de um vestíbulo desligado do restante edifício. Assim sendo, esta constitui a única ligação possível aos pisos superiores deste volume, funcionando de forma autónoma do restante conjunto. Ainda assim, o acesso ao volume central do edifício, que se estende ao longo da Rua Amorim, neste caso o Armazém, é feito através do portal em arco existente no centro da Fachada principal. No seu interior, o espaço é marcado por um conjunto de 160 cubas de betão destinadas ao armazenamento de vinho. Estas, são dispostas ao longo de duas plataformas que se prolongam por toda a extensão do edifício, rematadas pelos acessos verticais, que possibilitam a comunicação entre a entrada e o restante edifício.

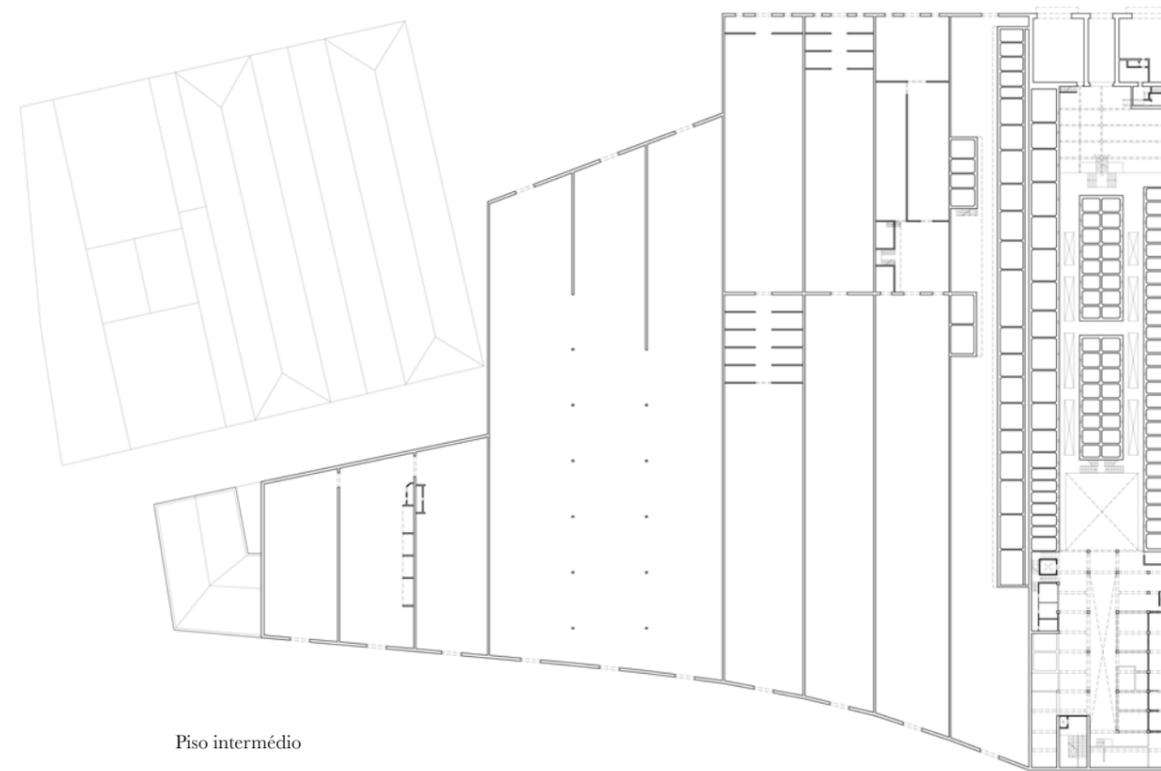
No topo da plataforma superior, surge um espaço amplo, cujas características nos parecem indicar, que na época, se tratava de uma área destinada ao tratamento



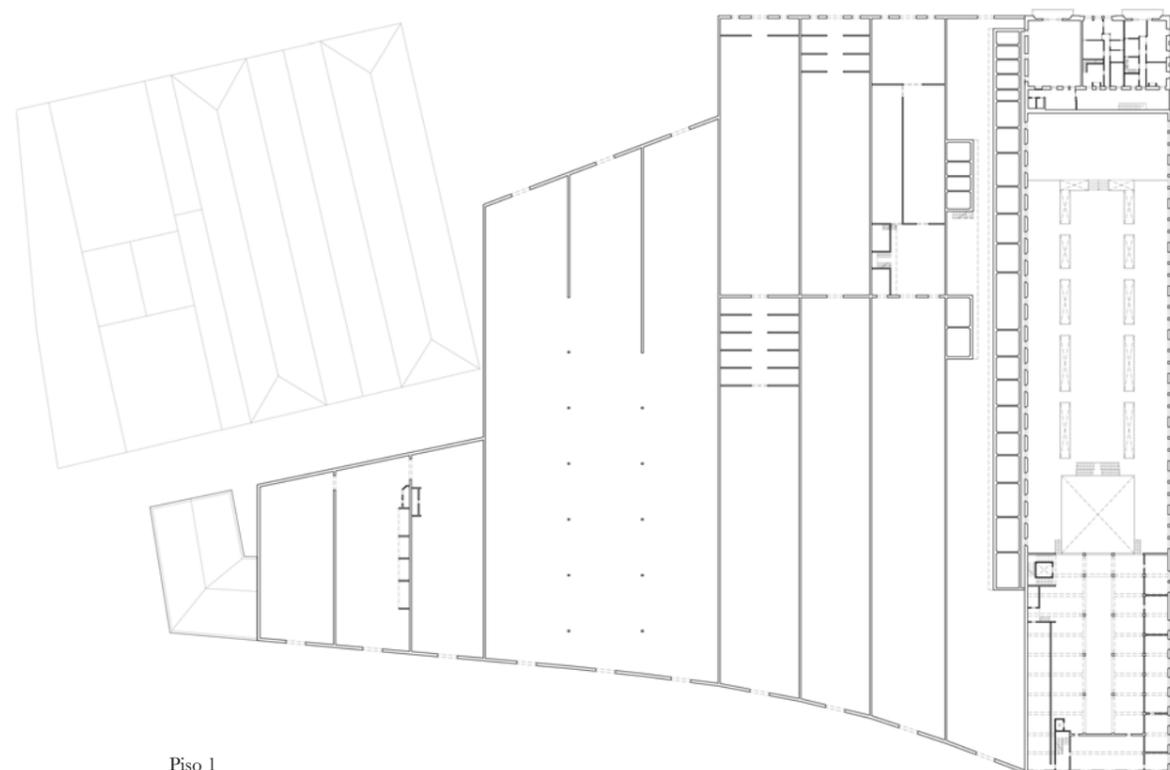
Fig. 65 - Galeria de betão onde estão dispostos os depósitos de armazenamento



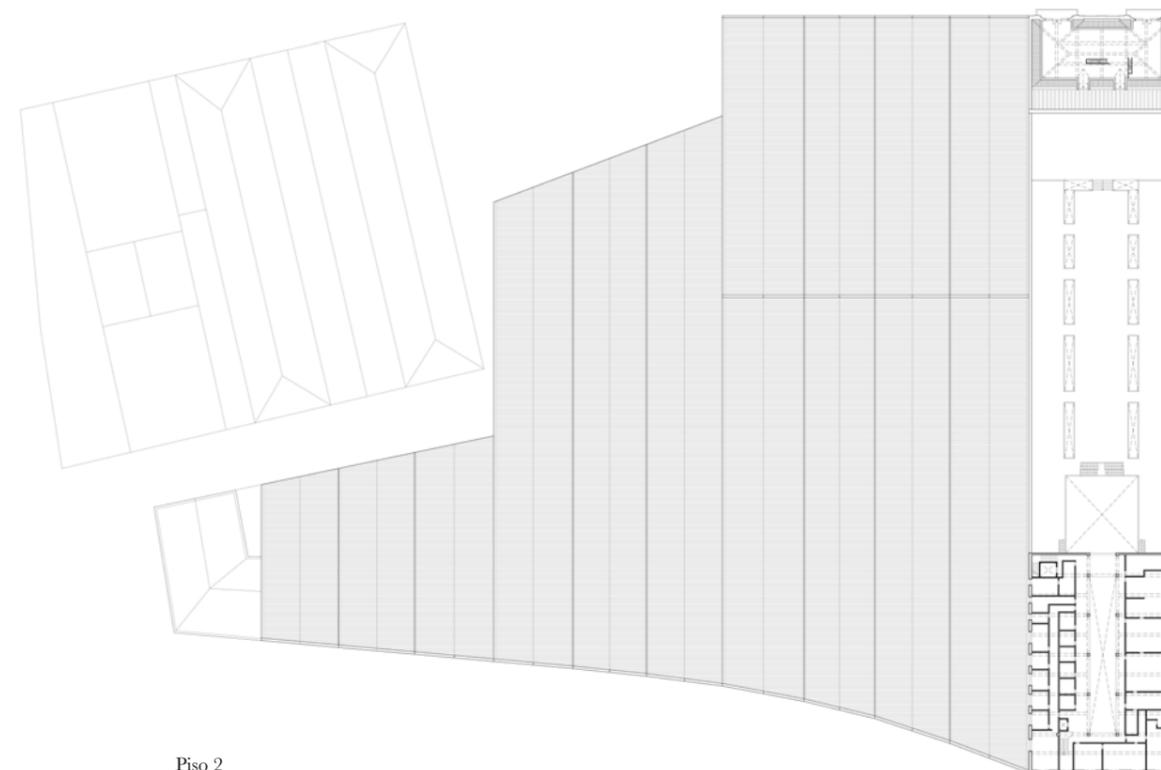
Piso térreo



Piso intermédio



Piso 1



Piso 2

Fig. 66 - Conjunto pré-existente

e enchimento das várias células de armazenamento, pautado pelas janelas dispostas de forma simétrica na sua lateral, que possibilitam a iluminação natural do espaço, em conjunto com as aberturas existentes na cobertura. A referida plataforma, alonga-se até ao terceiro volume, que compõe o edifício, com o qual comunica diretamente por meio de escadas, presentes na sua extremidade, possibilitando o acesso ao primeiro piso do novo volume.

É através deste, que o transeunte estabelece um primeiro contacto com o conjunto, na perspetiva da marginal ribeirinha, sendo este, o volume que apresenta maior altura. Este volume possui três pisos com um pé direito desigual, e no seu centro destaca-se uma galeria de betão armado, marcada pela presença dos elementos estruturais, que suportam os pisos superiores, inicialmente destinados ao depósito de pipas de vinho. No piso térreo, localizam-se a área administrativa, escritórios e laboratório, sendo as áreas em seu redor compartimentadas para esse fim. No centro da galeria, destaca-se o foyer, de pé direito triplo, através do qual, a luz proveniente da cobertura envidraçada se vai distribuindo.

O conjunto de dez armazéns adjacentes, que se prolongam por todo o quarteirão, é caracterizado pela típica nave longitudinal de porta central, muito comum dentro das tipologias industriais. A sua construção, deu-se posteriormente, de forma faseada, consoante as exigências do negócio, orientadas para diferentes tipos de atividades complementares, desde a lavagem ao engarrafamento de garrafas e barris. As primeiras três naves, foram construídas no prolongamento das quatro pré-existentes com frente para a Praça, caracterizadas pela repetição do vão tipo na fachada, que lhes confere unidade de conjunto. A comunicação destas com o edifício principal, era feita através de uma abertura, a sul, que o terceiro volume possui a nível térreo, sendo esta, na altura, a única ligação interior entre estes volumes.

Durante os anos em que a firma laborou, o interior destas naves, distinguiu-se como um espaço open space, pontuado pelos pilares de ferro de suporte à cobertura, que permitiam que a junção com a pré-existência sobressaísse, sendo que o limite desta, a antiga fachada, era visível no interior. No entanto, nos últimos anos, o interior destas naves, foi adaptado superficialmente, para poder ser novamente ocupado e, assim receber outras funções. Assim sendo, as características espaciais anteriormente referidas perderam-se. Ocultaram-se os pilares e foram construídas



Fig. 67 - Interior do volume sobranceiro ao Tejo, 1927 - piso térreo
Fig. 68 - Interior do volume sobranceiro ao Tejo, 1927 - primeiro piso da galeria

paredes como forma de marcar a separação entre cada uma das naves e originar espaços individualizados.

O conjunto caracteriza-se pelos seus amplos espaços, consolidados ao longo do tempo, e dos vários processos construtivos inerentes à evolução deste tipo de equipamento industrial. O espaço interior apresenta-se como uma sucessão de espaços, em que não há necessariamente uma sequência a cumprir. Ao entrar no edifício, surge um espaço rebaixado, mas amplo, marcado por uma malha de pilares e uma escada central que nos convida a explorar os corredores das imponentes galerias, onde as cubas se tornam protagonistas de uma história, elementos importantes a salvaguardar, que incorporam a identidade do edifício, juntamente com a maquinaria de apoio à produção que sabemos estar presente e esquecida no interior: os mecanismos de trasfega e de filtragem e ainda o painel de controle Daubron.

No entanto, apesar deste percurso quase induzido, o edifício apresenta outras opções ao transeunte, sendo o próprio que determina o percurso, tal como se processa ao longo da restante nave e do volume, que lhe sucede, onde as opções são variadas e nos permitem olhar o interior de diversas perspetivas.



Fig. 69 - Estado atual da fachada principal

Fig. 70 - Estado atual do edifício de gaveto com a Rua Amorim

4.3. Patologias

No geral, desde o início do seu funcionamento, qualquer construção está sujeita ao processo de degradação, resultado de fatores de origem natural, como a exposição contínua aos agentes climáticos, chuva, vento e mudanças de temperatura, ou ainda, fatores de origem humana, os quais geram a deterioração precoce. Porém, quando se trata de um edifício votado ao abandono, este processo, acompanha-o progressivamente ao longo do tempo. A falta de manutenção e em alguns casos, possíveis erros na sua conceção, originam insuficiências no próprio edifício, que aceleram o processo, caindo assim, progressivamente num estado de ruína.

Quando se pretende dar uma nova vida a uma antiga construção abandonada, torna-se imperativo identificar as anomalias presentes e os pontos susceptíveis a futuras falhas, capazes de comprometer o bom funcionamento do edifício intervencionado. Estas, podem ou não, ser a nível estrutural, pelo que se torna necessário avaliar o estado de conservação, dos vários elementos construtivos e determinar as causas que levaram à sua deterioração, para que a nova construção possa colmatar estas fragilidades, sendo que, todos os elementos que comprometem o seu desempenho devem ser removidos e substituídos. Por norma, este tipo de estudo é feito com recurso a técnicas e conhecimentos adquiridos, privilegiando-se a investigação *in situ*; no entanto, e no nosso caso, não existiu a possibilidade de explorar na totalidade o interior do edifício principal, por este estar agora na posse de uma entidade privada, sendo que, apenas foi possível visitar o volume onde se insere o Hub, que se encontra em bom estado, uma vez, que há relativamente pouco tempo, foi alvo de intervenções a nível interior. No entanto, a fachada principal, apresenta sinais de falta de manutenção, tal como sucede em relação às restantes ao longo da Rua do Açúcar.

Ainda assim, quanto ao restante invólucro do edifício, à primeira vista, pelo exterior é perceptível o progressivo estado de degradação que este apresenta, sendo que, o revestimento das fachadas laterais e da frente rio se encontra bastante deteriorado, evidenciando em algumas partes os materiais utilizados na sua construção, tijolo burro e argamassa. Em outras, é perceptível a presença de



Fig. 71 - Estado atual da fachada da Rua Amorim

fungos e manchas, que se crê sejam provenientes de infiltrações na cobertura, com possível origem em erros construtivos, acumulação de sujidade, o que dificulta o escoamento das águas, ou à deslocação de telhas devido à exposição contínua às ações climáticas, que também tiveram repercussões negativas na caixilharia, originalmente em madeira pintada na cor branca. A caixilharia possui peças em madeira apodrecida e os vidros encontram-se maioritariamente partidos, aliados a possíveis atos de vandalismo.

As cantarias, construídas em pedra, apresentam fissuras, como resultado da ação do tempo, bem como, alguma sujidade e escorrências na junção com a fachada, possivelmente provenientes, da ineficácia das pingadeiras existentes.

A degradação destes elementos manifesta-se na diminuição da capacidade de retenção das águas dos elementos de junta, o que gera humidades no interior.

Apesar da impossibilidade de analisar diretamente o interior, o seu involucro evidencia as principais patologias existentes, que se comprovam pela análise do levantamento fotográfico feito pelo autor da tese *Novos destinos para edifícios industriais: Reconversão dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca*, no ano de 2014, através do qual, foi possível visualizar o aspeto interior desta parte do edifício, até à referida data.

É perceptível, que os elementos estruturais em betão, no geral, se encontram razoavelmente bem conservados; porém, ao longo do primeiro piso os corredores das galerias centrais, onde estão dispostos os depósitos de armazenamento, observa-se que, em determinados pontos, a laje do piso superior apresenta graves infiltrações, que podem comprometer a estabilidade da estrutura, dada a acumulação de águas pluviais no topo da galeria, como resultado de problemas, a nível de impermeabilização da cobertura.

O evidente estado de deterioração dos revestimentos das paredes interiores, também sugere o mesmo problema, sendo que, ao longo da galeria em betão armado do terceiro volume, surgem alguns pontos críticos, que despoletaram mais uma vez o aparecimento de manchas e bolores nas paredes e tetos e, que em alguns casos, gerou a queda dos revestimentos do teto, em especial no último piso do volume, em que é visível a acumulação de entulhos e lixo no pavimento, provenientes destas situações.



Fig. 72 - Pormenor - estado de degradação exterior
Fig. 73 - Estado atual da fachada da Avenida Infante Dom Henrique

Este tipo de anomalias são comuns nos centros históricos das grandes cidades, marcados por edifícios abandonados, nos quais essa degradação deixa, por vezes, marcas irreversíveis.



Fig. 74 - Axonometria esplodida da proposta

4.4. Proposta de reabilitação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca

A revolução industrial surtiu efeitos notórios na evolução da sociedade e do seu quotidiano em inúmeros aspetos. Ela está na base do crescimento de Marvila e dos seus moradores, pelo que os inúmeros vestígios materiais deixados no local comprovam que esta atividade persistiu, por longos anos, como motor económico. Esses vestígios testemunham uma época da história da indústria portuguesa, as experiências realizadas, a evolução das técnicas de produção, os hábitos de vida da população, os costumes, e as capacidades construtivas, que evoluíram com o tempo e acompanharam o edifício ao longo das suas sucessivas ampliações.

A degradação do edificado inserido no seio patrimonial é decorrente e tem vindo a levantar questões e a despertar a preocupação de inúmeras entidades quanto à sua preservação. Esta questão, latente na sociedade atual, é na verdade alvo de debate por parte da comunidade de arquitetos e historiadores há muitos anos. Esse debate procura incentivar um compromisso rigoroso, na salvaguarda da cultura e dos valores de um povo, que em inúmeros casos, tende a cair no esquecimento e na indiferença. Porém, aos poucos, tem-se assistido ao despertar da consciência nacional, no que concerne ao vasto património arquitetónico.

Posto isto, o estado atual que caracteriza o edifício em estudo expõe a necessidade de o valorizar e o devolver à população marvilense, atribuindo-lhe novamente, um papel ativo no quotidiano da freguesia. Torna-se, por isso, imprescindível compreender o espaço e repensá-lo, para que seja possível a sua adaptação a uma nova realidade, e assim demonstrar que é possível, prolongar o tempo de vida útil da tipologia industrial, atribuindo-lhe novas funções.

A sua interpretação põe a descoberto inúmeros valores identitários do conjunto, com importância, a nível da sua arquitetura, e a nível histórico, latente desde o seu abandono. Como tal, cabe-nos a nós, perceber e refletir acerca dos elementos com importância para o passado do edifício e, portanto, para o seu presente, para a sua memória! Perceber, quais destes valores devem ou não ser preservados e, qual a razão que nos leva a excluí-los, uma vez, que nem todos os elementos presentes apresentam grande peso patrimonial, existindo por vezes, a possibilidade de efetuar algumas alterações ou demolições, desde que a identidade

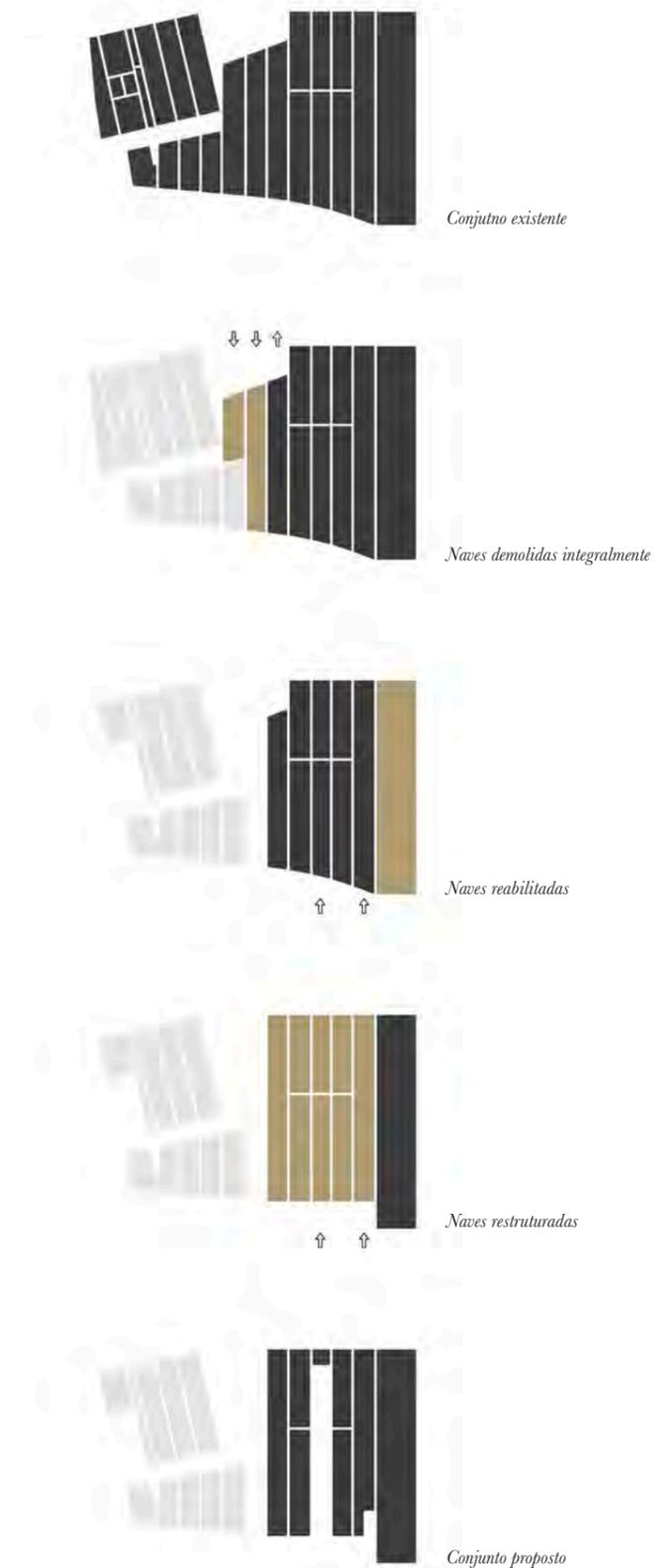
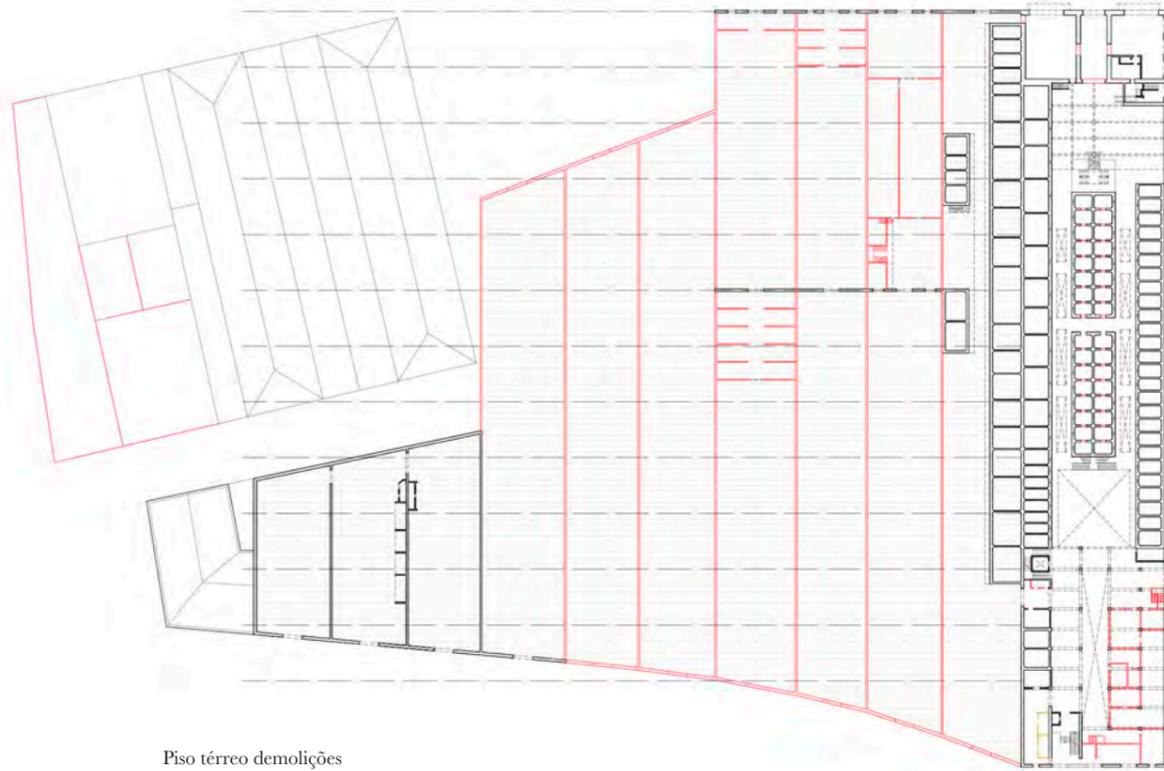
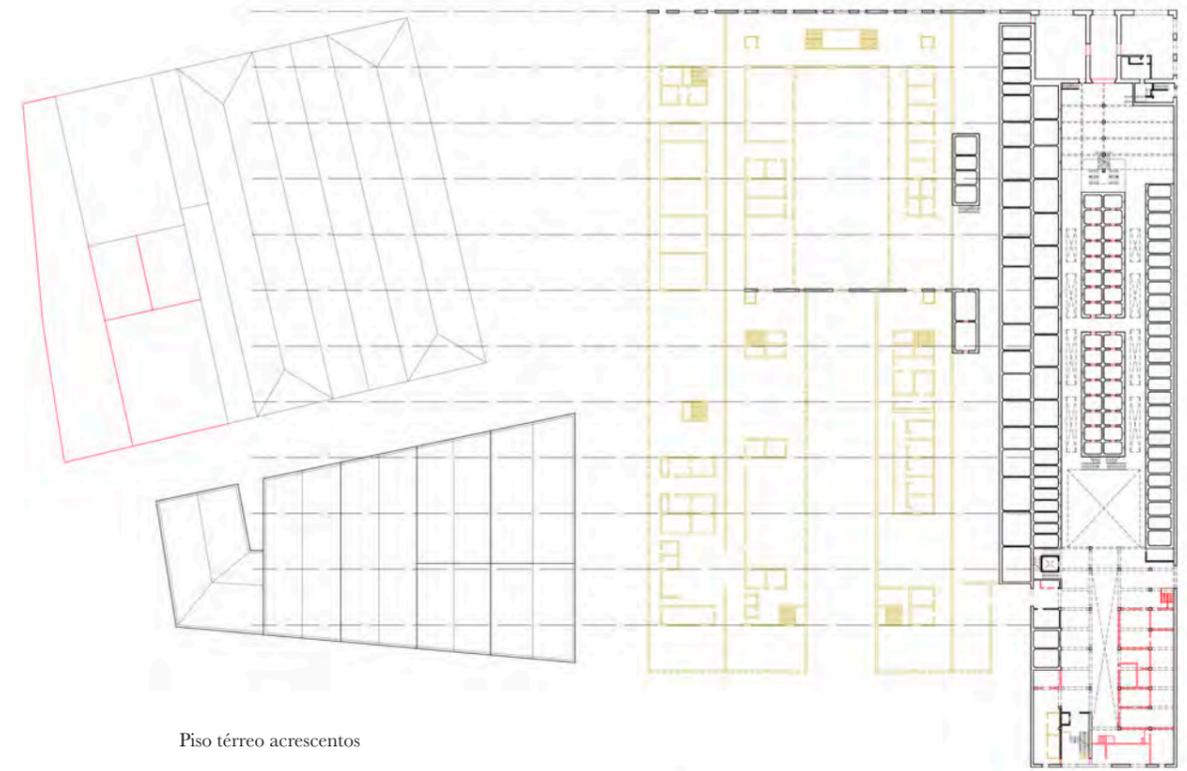


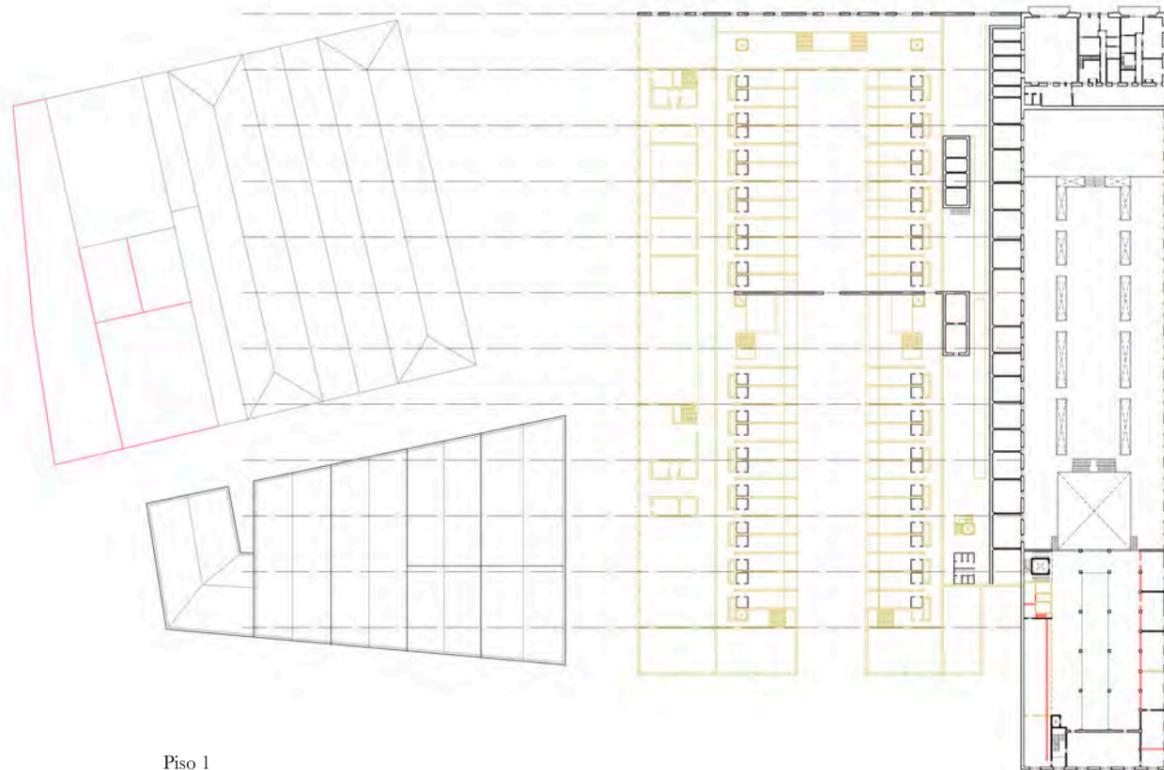
Fig. 75 - Esquema conceptual das modificações propostas
 Edifícios não intervencionados



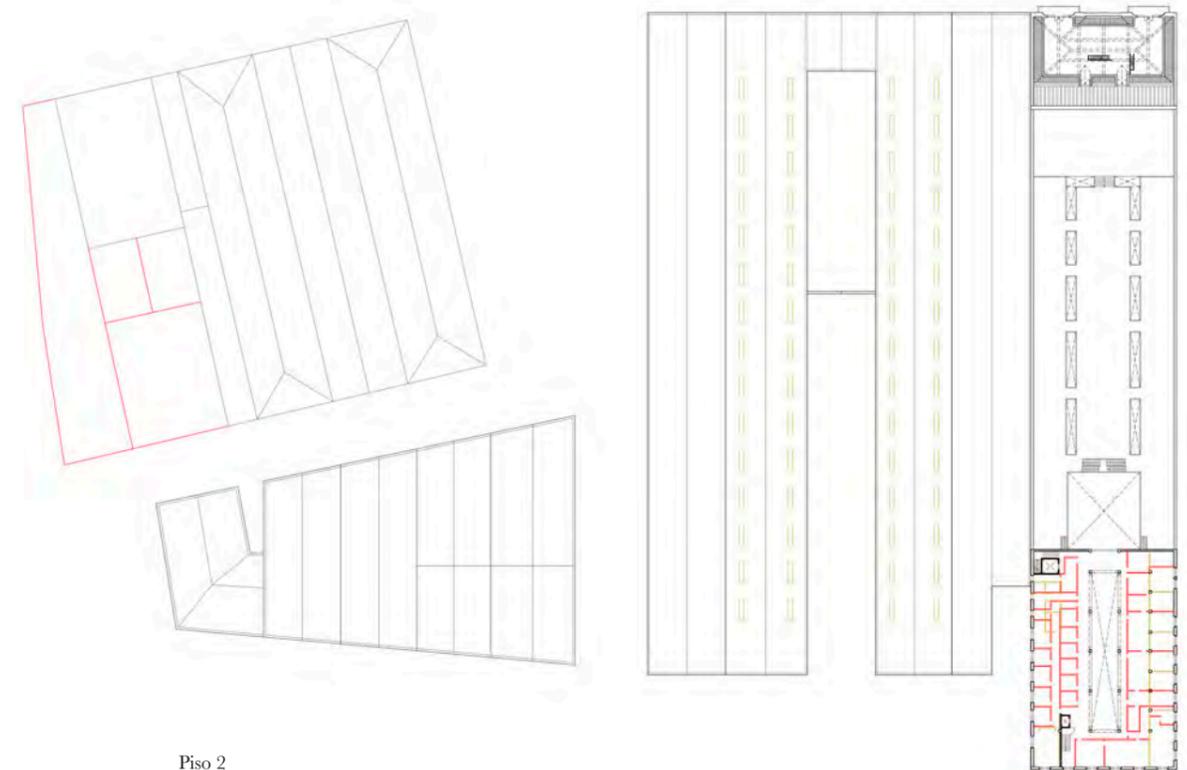
Piso térreo demolições



Piso térreo acrescentos



Piso 1



Piso 2

Fig. 76 - Demolições e acrescentos efetuados ao conjunto
■ Demolições ■ Acrescentos

não seja posta em causa.

No caso, em questão, opta-se pela preservação parcial do conjunto, na medida em que, os armazéns construídos após a década de 30 são totalmente reconvertidos, pelas seguintes razões: a incompatibilidade com o novo programa e o pouco interesse arquitetónico que estes apresentam, não pondo de parte, que esta tipologia se trate de um elo importante na evolução da arquitetura industrial, caracterizada pelos longos hangares e marcada estruturalmente, pela incorporação do ferro, como elemento construtivo, razão que nos leva a preservar a volumetria pré-existente e a substituí-la por uma nova construção com as mesmas dimensões e características, compatível com a proposta.

Já o edifício principal, da autoria do arquiteto Norte Júnior, distingue-se dentro da tipologia industrial, pela sua arquitetura e características construtivas únicas. É de salientar a nível exterior, os ornamentos, que marcam ambas as fachadas e a nível interior as galerias de betão armado, pontuadas no volume central, pela presença dos depósitos de armazenamento ao longo da nave, que constituem uma forte razão para que, neste caso, se preserve e respeite a autenticidade da pré-existência, por meio da reabilitação e do restauro.

Assim, a proposta centrada na preservação dos valores intrínsecos ao próprio edifício, procura conjugar de forma coerente e harmoniosa, o passado com o presente, um antigo edifício que é reabilitado e a nova construção, ambos com características estéticas e construtivas distintas, que, porém, não interferem na visão global que temos do conjunto, composto por um espaço museológico, um hotel e escola vinícola, associados à atividade desenvolvida pela firma, tendo em conta, as necessidades da freguesia em estudo.

É importante referir, que em relação ao edifício de gaveto com o largo do Poço do Bispo e a Rua Amorim, onde funciona de forma independente o Workhub Lx, este permanece com as mesmas funções, sendo que, as plantas utilizadas, foram fornecidas pela arquiteta Maria Alvarez, que foi responsável pela requalificação do espaço.



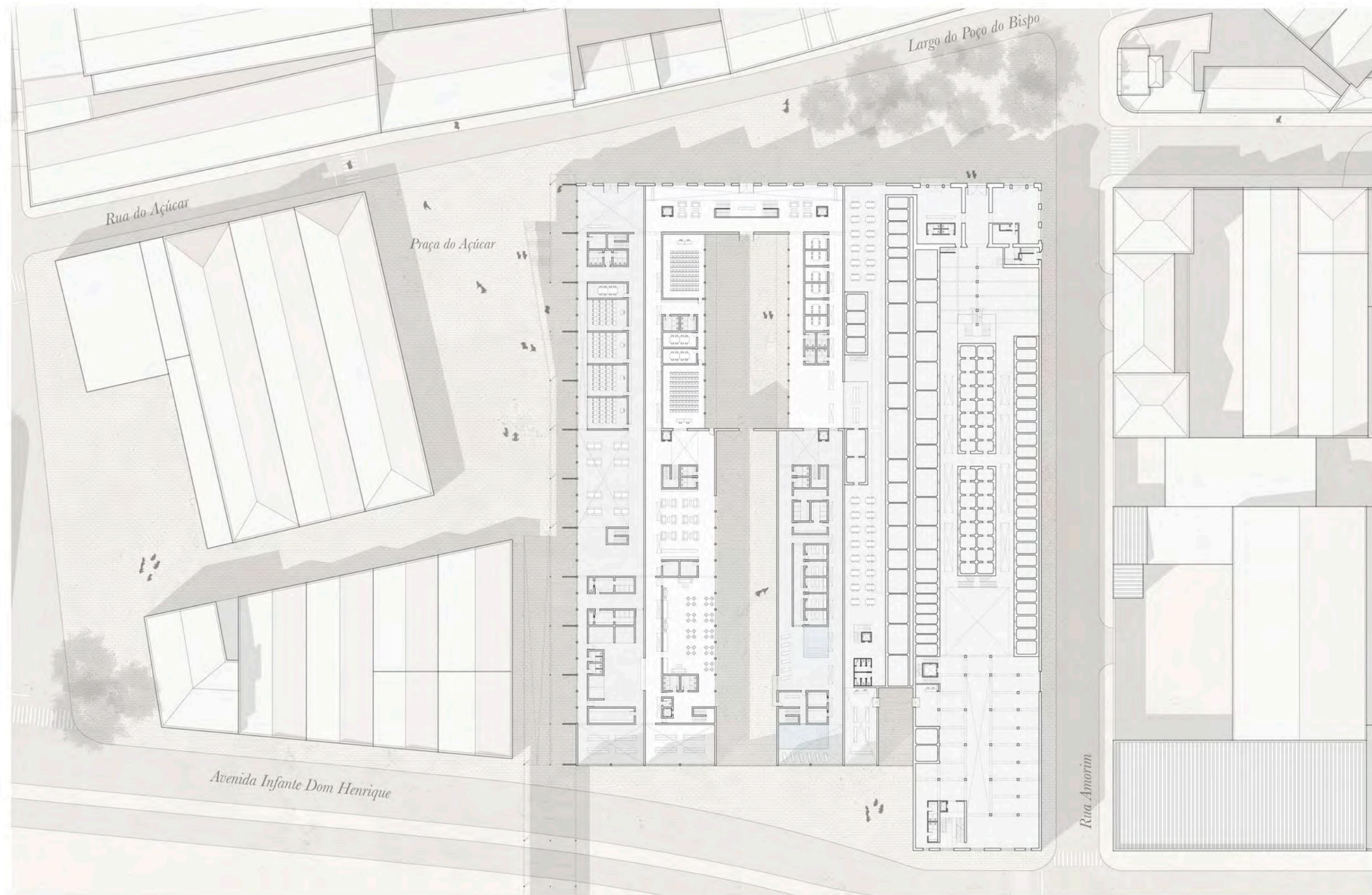


Fig 78 - Planta do piso térreo (legenda no desenho em anexo)

4.4.1. O Museu

São inúmeros os aspetos que caracterizam o principal edifício da casa Abel Pereira da Fonseca; entre eles, salientam-se a sua espacialidade interior, a qual tornamos um espaço museológico, acessível a todos. Deseja-se que este seja um museu muito vivenciado no sentido em que existe uma grande proximidade e interação, entre o visitante e o próprio espaço que o acolhe, que não se assume apenas como um espaço expositivo, mas também, como um vestígio arquitetónico único.

As “diferentes formas de vazio” que o compõem, passam a ter sentido pelo olhar do visitante, que ao percorre-las, quase que é levado a recuar no tempo, tornando-se espectador das memórias dissimuladas por detrás de cada espaço. Para uns, assim será a experiência de conhecer esta história, para outros, em particular, para a comunidade marvilense, ainda composta por alguns ex-trabalhadores da firma, proporcionar-lhes-á a revisitação dos momentos vividos.

A entrada para o museu passa a ser feita, novamente, através do portal existente no centro da fachada principal sobre o Largo do Poço do Bispo, uma vez que, era a partir desta que inicialmente os trabalhadores tinham acesso ao armazém. No entanto, em determinada altura, esta foi obstruída por blocos de vidro, de forma a otimizar o espaço, sendo que o corredor de acesso, passou a funcionar como uma cafetaria. Torna-se por isso, bastante clara e indiscutível, a necessidade de voltar a permitir a circulação através deste, até ao volume central. Assim sendo, este passa a fazer a distribuição para a receção, organizada em torno de um “contentor de madeira” e para o café, ambos, nas laterais do corredor.

Já no interior do volume central, onde se dá início à visita, este permanece na sua forma mais genuína. Torna-se por isso, pertinente que se proceda ao seu restauro, como forma de conservar a sua estética interior e de anular problemas estruturais causados pelas patologias anteriormente referidas, que requerem também, a substituição da cobertura e das caixilharias pré-existentes, a fim de precaver este tipo de situações. Em relação ao volume que lhe é contínuo, com frente para a Avenida Infante Dom Henrique, o mesmo se aplica. Como já se referiu, este é composto por uma galeria construída em betão armado, com a



Fig. 79 - Fotomontagem da nave lateral associada ao museu

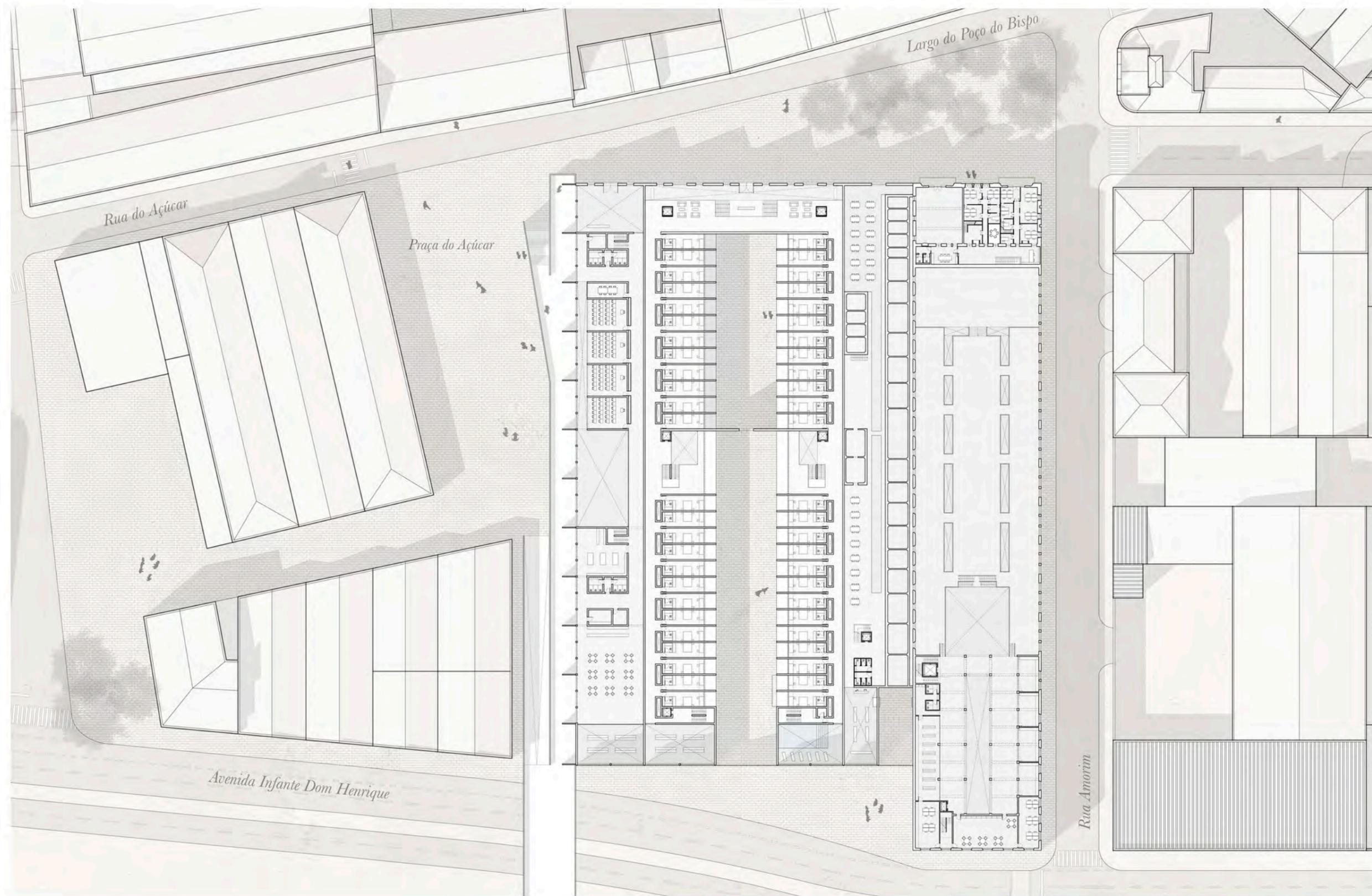


Fig 80 - Planta do 1º piso (legenda no desenho em anexo)

função de armazenar os barris de vinho provenientes da margem esquerda do Tejo, em redor do foyer no seu centro, pontuado pela métrica de pilares que sustenta o volume. Porém, com o tempo procedeu-se à sua compartimentação e conseqüente desvalorização espacial. Tornou-se por isso pertinente, para nós, proceder-se à demolição de grande parte destas paredes, de forma a devolver ao espaço a sua configuração inicial e amplitude perdida, principalmente a nível do piso térreo e do terceiro piso do volume. Assim, na transição do volume central, para este, chega-se a um amplo espaço expositivo, marcado pela permanência dos pilares, que voltam a estar descobertos e pelas estruturas em madeira, de apoio às exposições realizadas, onde finda a visita ao museu e onde o transeunte tem acesso ao exterior.

No primeiro piso, pensou-se em agir segundo a mesma premissa; no entanto, dada a necessidade de separar fisicamente o espaço público-privado. Optou-se por preservar parte das paredes, uma vez que, os acessos verticais, aqui existentes permitem ao visitante, ter acesso direto à referida galeria do terceiro volume, percorrendo parte do espaço de apoio ao museu, disposto em redor do foyer. Aqui, à semelhança do programa pré-existente, até ao fecho da firma, algumas funções são mantidas, agora com uma nova vertente. Os laboratórios de tratamento de artefactos e o arquivo são observáveis durante o percurso, através de um envidraçado, que faz a separação entre os dois domínios, público e privado, sendo que, a área que o visitante tem possibilidade de conhecer é comum, também, aos trabalhadores.

O piso superior, é praticamente o espelho deste. Mantém a função administrativa, embora com uma nova compartimentação, que respeita a métrica do edifício, ao qual se juntou uma cafetaria, acessível a todos os que fazem uso do espaço. Relativamente à cobertura, a estrutura e todos os elementos que a compõem são substituídos, uma vez que, como se verificou, especialmente, no terceiro piso do volume existem patologias ao nível do telhado. Contudo, em relação à cobertura central construída em ferro e vidro, esta é restaurada, sendo que, se trata de um elemento com valor simbólico.

Associada ao museu, propõe-se uma das novas naves construídas no lugar, no prolongamento da fachada pré-existente, e em continuidade com a sua entrada. Esta é rematada por um pátio de domínio semipúblico, pertencente ao próprio museu, sendo demarcada por dois elementos em aço a demarcar o acesso ao

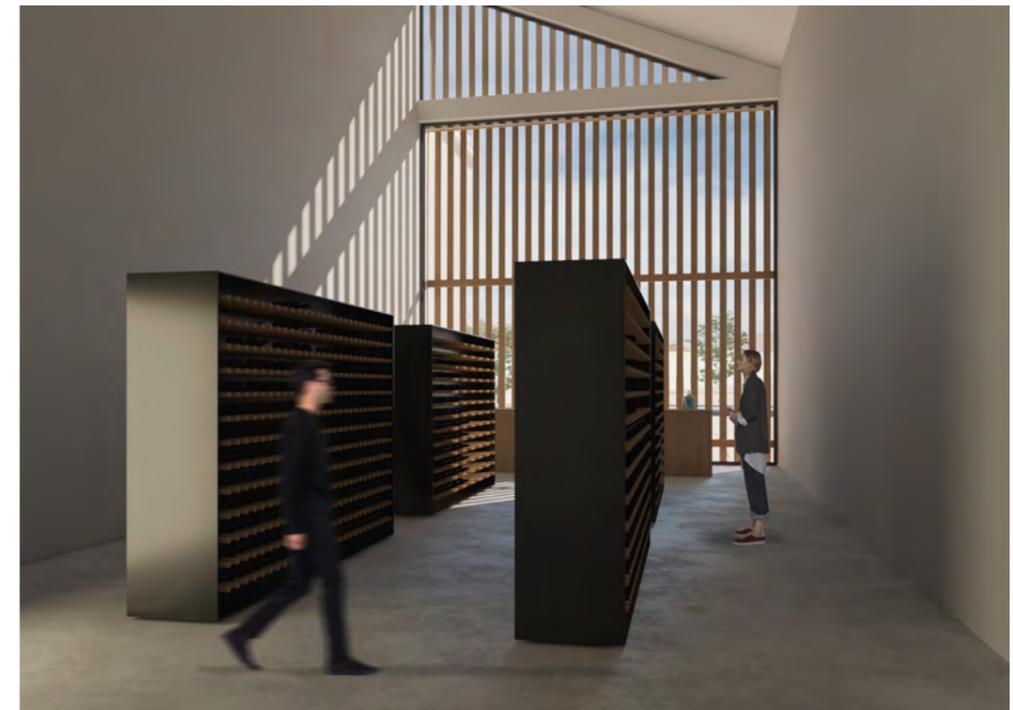




Fig. 82 - Cortes longitudinais pelo museu

interior. Ali situa-se a loja do museu e um espaço de provas de vinho em toda a sua extensão, também pontuado por cubas de betão armado que foram preservadas, à semelhança do que ocorre no armazém principal.



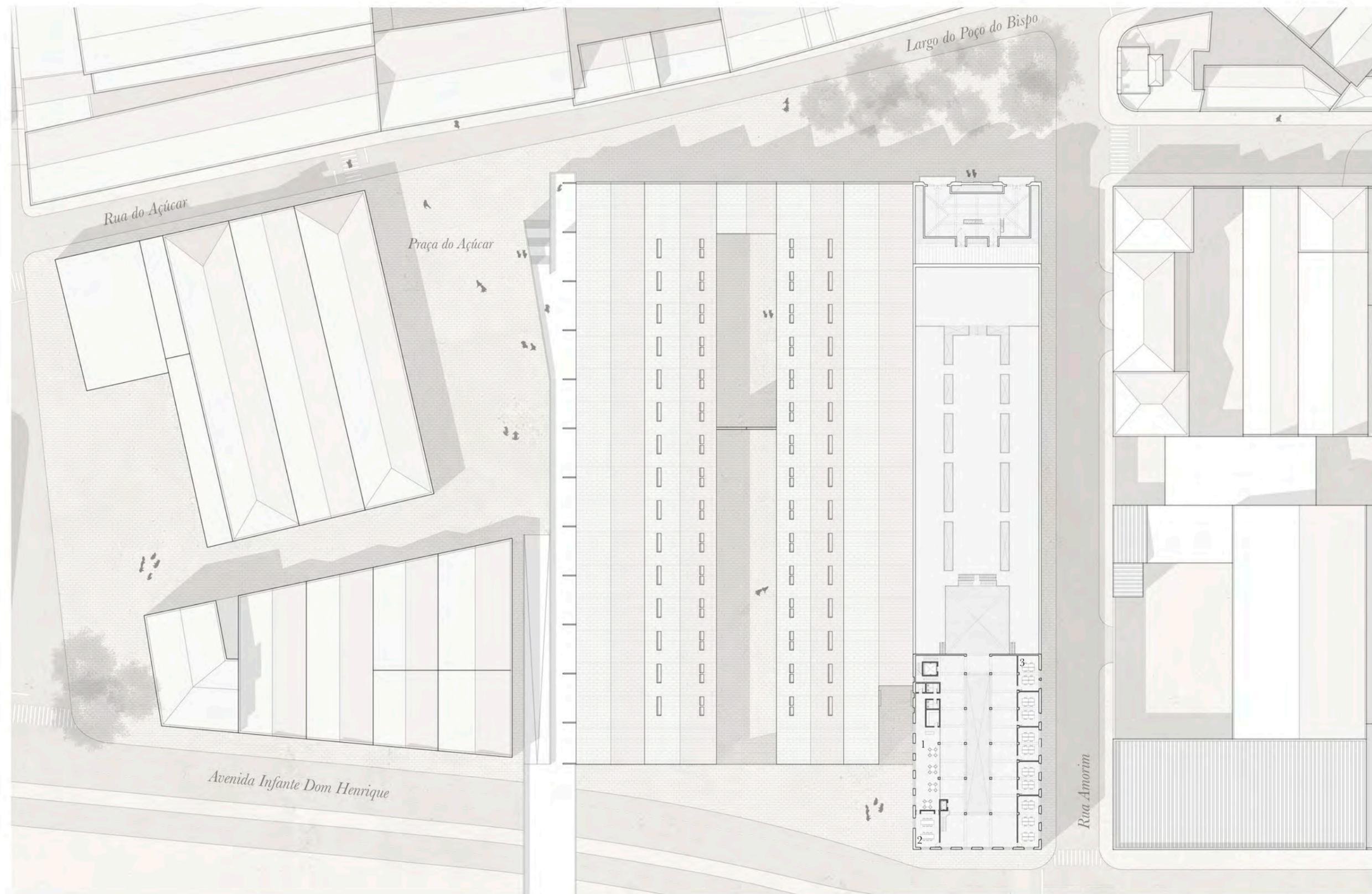


Fig. 84 - Planta do 2º piso
Legenda: 1 - Cafeteria, 2 - Refeitório, 3 - Gabinetes;

4.4.2. O Hotel

A localização privilegiada da freguesia de Marvila, banhada pelo Tejo e a poucos quilómetros do centro de Lisboa e do Parque das Nações, motivou a agregação de uma zona hoteleira, associada ao próprio museu, sendo que, neste momento, o lado oriental da cidade se encontra em crescente processo de transformação, dispondo cada vez mais de novas oportunidades e atividades.

A principal dificuldade centrou-se na adaptação do lote industrial profundo a este tipo de programa, sendo que esta tipologia não reúne as condições necessárias para a inserção de uma unidade hoteleira. Assim sendo, em primeiro lugar, concluiu-se que em prol da sua transformação, existia a necessidade de dividir o alto pé-direito da nave, em dois pisos, que fariam a distinção entre a área de maior movimento do hotel e a sua zona de quartos.

A necessidade de ventilar os quartos, principalmente para permitir a sua iluminação natural, impôs a “extração” de parte significativa de um dos armazéns, de que resultou um espaço com a largura total do armazém extraído, um pátio com aproximadamente 12.7 m, para onde estes estão orientados.

Toda a área, onde esta se insere, foi organizada segundo a métrica original da pré-existência, marcada pelos pilares, na altura visíveis no interior, que distam entre si, aproximadamente 10.3 m, segundo as plantas disponibilizadas pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Foi esta a premissa que definiu por onde seria feito o “corte” da referida nave de acesso ao pátio, sendo este semipúblico, uma vez que o restaurante do hotel é acessível até mesmo a quem ali não está hospedado.

Após a resolução destas questões de extrema importância, para se definir os limites da unidade hoteleira, partimos para a modelação do espaço interior.

Começou-se por definir a área de cada quarto. A distância entre cada pilar foi dividida em módulos de três, sendo que a largura de cada um destes corresponde à largura de um quarto. Assim sendo, foram adicionados pilares à nova estrutura metálica, tendo sempre por base a pré-existência. Em relação ao comprimento do quarto, a largura de cada uma das naves em redor do pátio foi dividida em quatro partes iguais, sendo que, os dois extremos, correspondem à largura da varanda e do corredor de acesso aos quartos. A partir destes, criou-se, simetricamente, uma

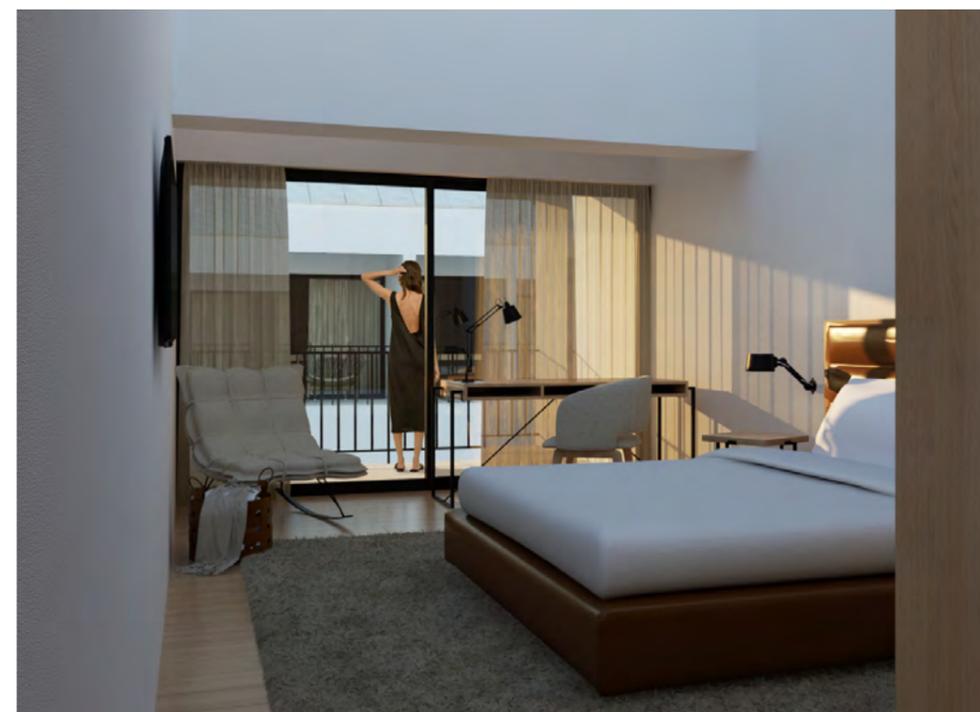




Fig. 86 - Cortes longitudinal pelo hotel / Corte transversal do conjunto

abertura na cobertura, comum a cada dois quartos ao longo da nave, que num dos lados se prolonga até ao piso térreo, de forma a permitir que a luz zenital se espalhe pelo conjunto. Assim, o comprimento de cada quarto, é definido pela marcação destes elementos, apresentando, uma área aproximada de 25m².

É importante, destacar a presença de pequenos “contentores” construídos em madeira, presentes em cada um dos quartos, onde se inserem as instalações sanitárias e o roupeiro.

A inserção das referidas aberturas para iluminação contribuiu para reduzir, significativamente, a largura do corredor. Os acessos verticais estão presentes no centro de cada uma destas e nas extremidades, na junção das três naves, foram construídas duas escadas em U, uma alusão às escadas do armazém principal da firma, simétricas à nave central, completadas por um longo foyer.

O piso inferior dá acesso ao pátio central e ao Largo do Poço do Bispo, por onde é feito o acesso principal ao hotel. É a partir deste hall, que se acede aos serviços disponibilizados, ao longo das duas naves, ao spa, restaurante, bar, zonas de lazer e ainda aos dois auditórios, os quais permitem uma utilização independente do quotidiano do hotel.



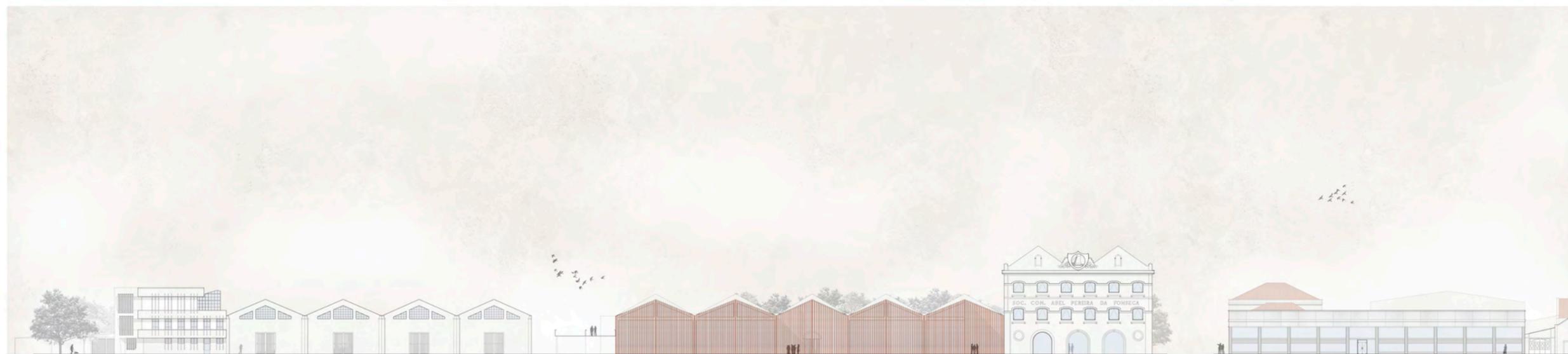
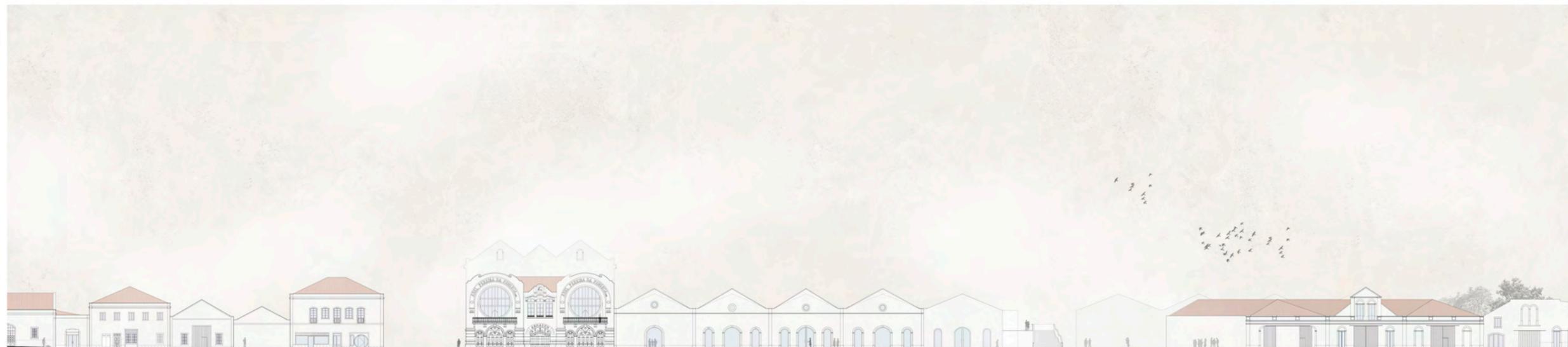


Fig. 88 - Alçado da Rua do açúcar e Avenida Infante Dom Henrique

4.4.3. A Escola Vinícola

No seguimento da unidade hoteleira, uma nova nave é adicionada e prolongada até à extremidade das quatro fachadas contínuas pré-existentes, desde a instalação da firma no edifício de gaveto, que lhe é contínuo e faz frente com a praça. A nova fachada, com a mesma altura e forma é inspirada nas pré-existentes, sendo que é reproduzida uma porta central em arco e, duas laterais de menores dimensões.

Esta nave deu origem a uma escola vinícola, que constitui a última intervenção a integrar a proposta, sendo que o armazém seguinte, pré-existente, foi demolido, com a inserção do corredor urbano e da Praça do Açúcar, onde se retoma o percurso, que resultou da estratégia definida em grupo. Desta forma, decidiu-se associar o corredor à escola, tornando possível percorrer o piso superior deste, através do qual o transeunte pode usufruir do espaço aberto ao público, loja e cafetaria, antes de dar continuidade ao percurso, até ao rio.

O acesso ao interior do edifício é feito através da nova fachada com frente para a Rua do Açúcar. No interior, uma área de receção faz a distribuição para dois corredores dispostos nas laterais da nave, através dos quais se desenvolve o programa proposto. Estes vão culminar na zona de restauração/lazer, no centro da nave, que faz a aglutinação entre a área destinada às salas de aula e a destinada à cozinha, presente na outra extremidade, onde para além de experiências gastronómicas ligadas à enologia, são confeccionadas todas as refeições do hotel.

O piso superior, apresenta-se simétrico a este. A mesma área das salas dá lugar a laboratórios, separados fisicamente do espaço de domínio público, por um corredor que se prolonga sob um o foyer central.

À semelhança das restantes naves, que constituem a intervenção, teve-se novamente em conta a métrica dos pilares pré-existentes, que mais uma vez, define a estrutura deste, bem como do corredor, construído em aço corten.

A escola surgiu como uma oportunidade de associar uma nova atividade à freguesia, dentro do mundo vinícola a que o Poço do Bispo sempre esteve associado e assim, proporcionar uma nova experiência enológica aos turistas e à comunidade e, a partir desta, um novo polo atrativo.



Fig. 89 - Galeria de betão armado - iluminação feita através do lanternim no centro

4.5. Definição material e construtiva

Após a análise do conjunto, torna-se evidente a materialidade construtiva que separa as várias fases de construção. O edifício principal, a manter, foi maioritariamente construído em betão armado e posteriormente rebocado, facto este, corroborado pelos documentos fornecidos pelo AML, relativos a escrituras e autorizações de obra requisitadas, na altura, pelo proprietário. Porém, o estado de degradação das fachadas, denuncia a presença de alvenaria de tijolo burro, na construção das paredes portantes, uma característica, que é comum às sucessivas fases de ampliação, mas que, no caso do conjunto de armazéns em correnteza, aparece conjugada estruturalmente com o ferro, nos pilares de suporte à cobertura, que pontuam as várias naves, ao longo do seu comprimento e lhes conferem amplitude. A presença do vidro, em associação com este elemento, na cobertura, possibilita a entrada de luz natural, no interior, essencial ao desempenho das funções industriais. Este aspeto é comum a dois dos três volumes que compõem o edifício principal, destinados a este tipo de atividades, sendo que o volume com frente para a Avenida Infante Dom Henrique apresenta um delicado lanternim, a iluminar o centro da galeria, construído em ferro e vidro.

Esta breve observação, reforça a importância de conhecer o edifício no seu detalhe, pondo a descoberto as principais características materiais e construtivas do conjunto, que devem ser tidas em conta, quando o que se pretende é a sua reabilitação, de forma a desenvolver soluções, que se adaptem à pré-existência, sem a pôr em causa. Assim sendo, este subcapítulo pretende analisar e descrever, todas as decisões tomadas a nível da sua composição construtiva.

Optou-se por desenvolver soluções distintas para os vários edifícios, que compõem o conjunto, tendo em conta a preservação dos valores, que lhe são intrínsecos. Deste modo, as soluções adotadas no edifício principal, diferem do restante conjunto, sendo que neste caso são comuns à pré-existência, procedendo-se à reabilitação dos elementos já existentes, contrariamente às restantes naves, que na impossibilidade de serem adaptadas ao programa proposto, abriram “portas” para se formular um novo pensamento construtivo, em que o ferro, como elemento estrutural, nunca foi esquecido.

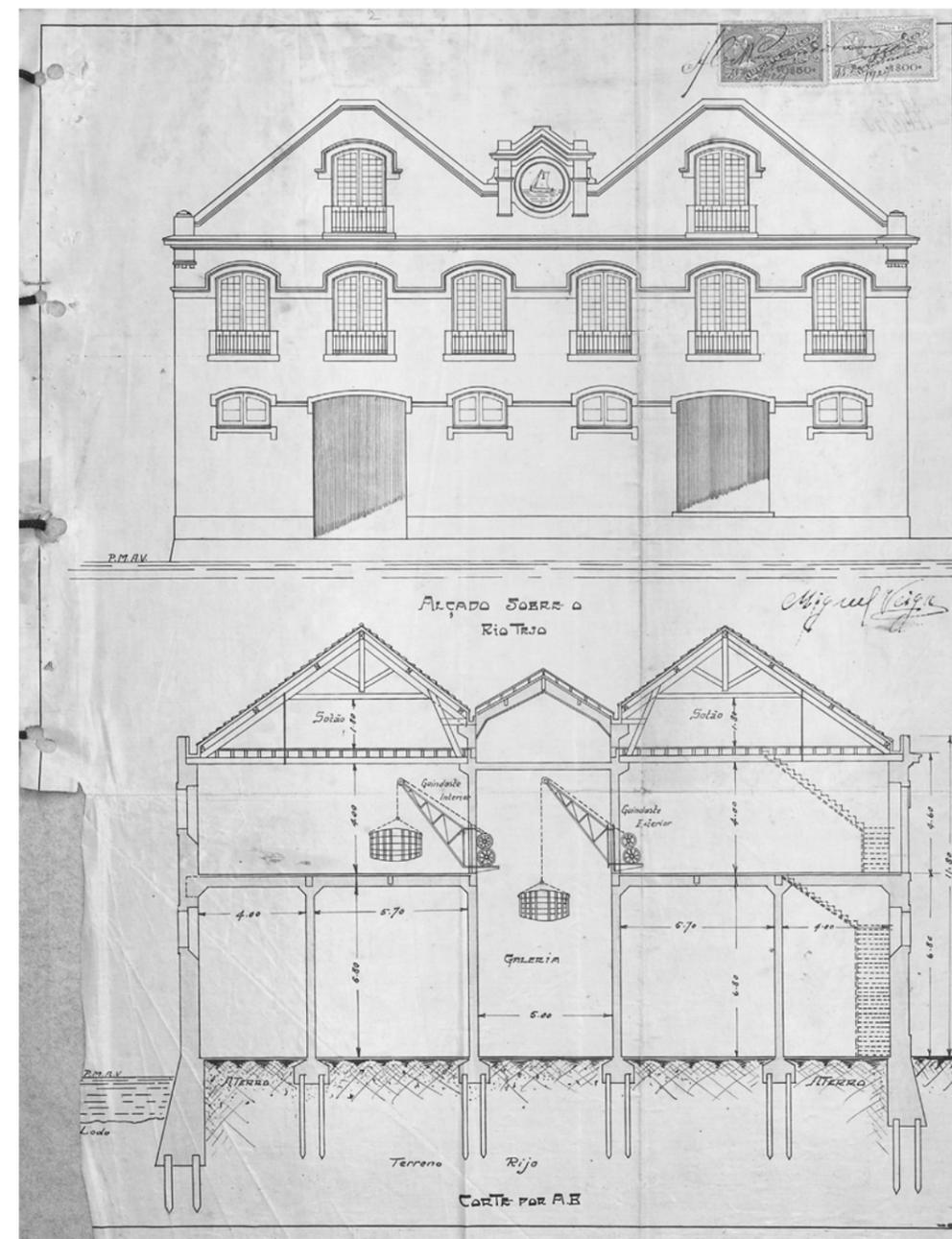


Fig 90 - Desenho do edifício com dois piso datado de 1924 - este desenho serviu de base ao desenvolvimento do corte construtivo do edifício de três pisos



Fig. 91 - Corte construtivo (Legenda no desenho em anexo)

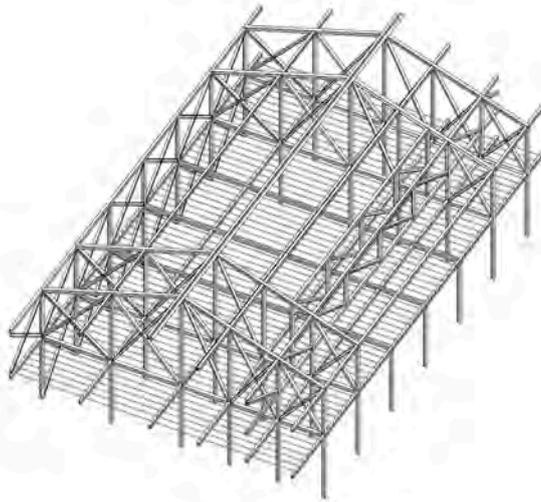
No geral, a nível estrutural, o edifício principal encontra-se intacto, sendo que, apenas existe necessidade de reforçar a laje pré-existente, na galeria do volume central, na qual foi detetada uma infiltração, fruto de intempéries. A urgência está na substituição dos elementos que compõem a cobertura, bem como da caixilharia pré-existente. O mesmo se verifica, no volume sobranceiro ao Tejo, constituído por uma malha de pilares e vigas regulares, que se distribuí ao longo dos três pisos, que compõem o volume.

As asnas, que sustentam a cobertura, que se crê serem de madeira, dada a informação fornecida pelo arquivo, datada de 1924, foram substituídas por novas, com base na Enciclopédia Prática de Construção Civil, de Fernando Pereira da Costa, que assumiu um papel fulcral, no entendimento deste processo construtivo. Procedeu-se à colocação de isolamento térmico e à devida impermeabilização da cobertura, rematada por uma rufagem de zinco, de modo a prevenir eventuais infiltrações.

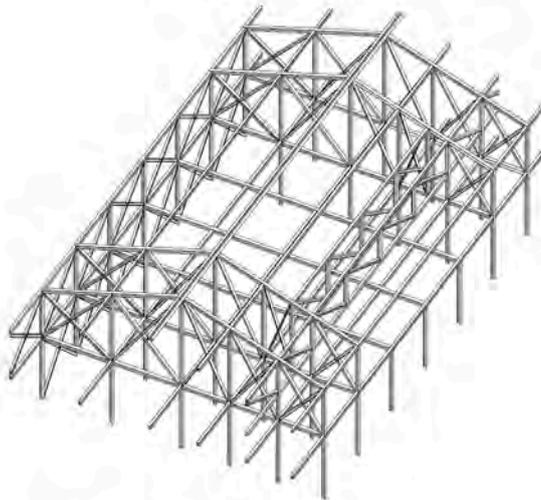
À semelhança do corte construtivo, que temos da referida data, na altura em que o armazém apenas contava com dois pisos, retoma-se o pavimento em soalho no sótão. Já nos restantes pisos, optou-se por manter a ideia dos pavimentos cimentícios, revestindo assim, o piso com microcimento, pela sua semelhança com as características originais do edifício industrial. Este, é aplicado sob um sistema de tubos de água quente (pavimento radiante), através do qual é feita a climatização do interior, tornando o espaço mais cómodo para aqueles que ali exercem funções.

Os vãos pré-existentes em madeira, foram removidos e substituídos por novos caixilhos basculantes em latão, permitindo assim uma relação franca com o envolvente. Uma porta de correr, em madeira pintada de branco, surge na extremidade interior da parede, que envolve a abertura da janela.

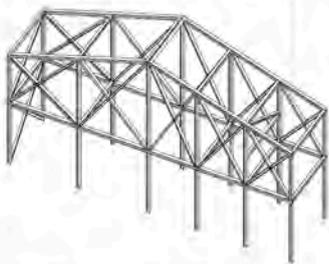
Sendo que se pretende valorizar a fachada exterior, as cantarias em pedra, que permaneceram em algumas das aberturas, são mantidas e restauradas. Relativamente, às restantes, desprovidas deste elemento, novas cantarias foram adicionadas, sendo que há muitos anos, todas as aberturas eram marcadas pela presença destas. Ao nível do revestimento das paredes, propõe-se a utilização de uma solução à base de cal hidráulica natural, tipo Secil (reabilita cal ac), que permite a consolidação e regularização da fachada.



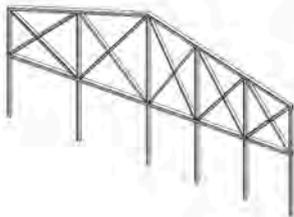
4. *Tubulares metálicos são assentes sob a estrutura - possibilitam a pavimentação e a rigidez desta*



3. *Demonstração de como vãos maiores foram vencidos*



2. *Vão-tipo*



1. *Estrutura base da parede*

Fig. 92 - Concepção estrutural do novo edifício (foi escolhida apenas uma parcela que se achou pertinente)

Em relação aos armazéns congêneres, na lateral do edifício principal, decidiu-se proceder à sua substituição, por novas naves de volumetria semelhante, como referimos anteriormente, baseadas na conceção estrutural dos armazéns que as antecedem. O “esqueleto” destas, é composto por perfis metálicos em aço (180 x 180 mm), interligados entre si, formando uma complexa ligação, semelhante à Gaiola Pombalina. A estrutura treliçada, foi revestida por placas de cimento Portland1, revestidas por uma malha de fibra de vidro, rematada pelos devidos acabamentos, que lhe conferem, uma superfície lisa e continua de cor branca à base de cal. O suporte destes é feito com o auxílio de montantes de aço galvanizado, agregados à própria estrutura do edifício e isolados através da adição de lã mineral, no seu interior. Nos casos em que seria propício o contacto direto das placas com o solo, procedeu-se ao remate destas, por meio de uma pedra calcária, (material escolhido tendo em conta que era o que mais se assemelhava, ao acabamento de cor branca, que reveste toda a nova construção. Na continuidade desta, surge uma ranhura em aço galvanizado, que conduz as águas pluviais ao sistema de drenagem utilizado, a Brickslot.

Ao nível de revestimentos interiores, é utilizado o mesmo processo, sendo que neste caso, os montantes fixos servem de suporte às placas de gesso cartonado que vão revestir as paredes; porém, nos casos onde existe suscetibilidade a humidades, permanece a solução aplicada no exterior. Em relação aos revestimentos elegidos para o pavimento, a escolha focou-se no microcimento e na madeira de pinho, tendo em conta os requisitos de cada um dos espaços, em alguns casos, influenciados pelas ideias conceptuais do projeto. No caso dos quartos, que requerem comodidade, um regulado de madeira (120 x 15 mm) estende-se sobre barrotes (50 x 50 mm), intercalados por lã mineral. Estes elementos, são dispostos sobre tubulares metálicos (40 x 40 mm), assentes na perpendicular da estrutura do edifício, sobre a qual se inserem. A transição para a varanda é marcada por lajetas em pedra (lhoz), dispostas sobre apoios, presentes em cima de barrotes de madeira, cuja distância entre si é ditada pelo tamanho das lajetas inseridas. Os apoios têm a função de nivelar o piso, sendo que o desnível entre eles, conduz as águas pluviais até à caleira. Assim sendo, esta superfície é revestida por uma chapa de zinco, rematada em ambas as extremidades, e assim prevenindo infiltrações. O desnível, deve-se às

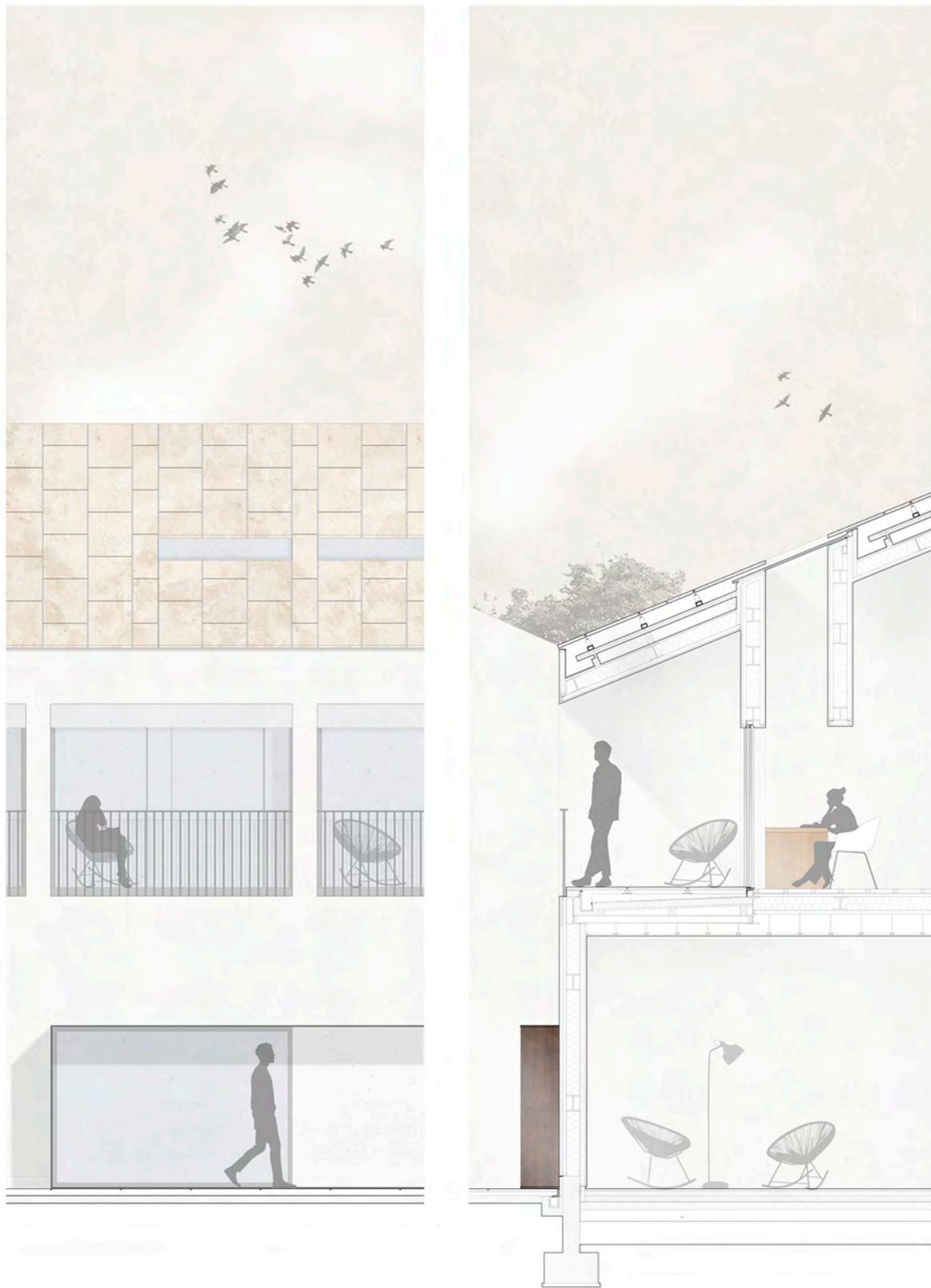


Fig. 93 - Corte construtivo pela varanda e respetivo alçado

1
0 0.3

1
1.2

diferentes alturas dos barrotes, posicionados na perpendicular de perfis de menores dimensões (100 x 100 mm), soldados aos dois maiores, que sustentam a varanda. Sobre os barrotes, uma placa de contraplacado confere rigidez ao piso, criando as condições necessárias para a colocação de poliestireno extrudido e, sobre este, uma tela pitonada, de forma a que este, em contacto com a chapa de zinco, resista á temperatura derivada da exposição solar.

O “contentor” de madeira, onde se inserem as instalações sanitárias em cada quarto, é construído desconetado da restante estrutura. Assim sendo, a estrutura autoportante que o sustenta, é composta por montantes em aço galvanizado, revestidos por placas de contraplacado em madeira de pinho.

A convencional utilização de telha a revestir a cobertura é substituída por lajetas de lioz (1500 x 600 x 40 mm), um tipo de calcário proveniente da região da grande Lisboa. Estas estão dispostas de forma contrafiada, sendo que a sua fixação é feita nas juntas verticais, por meio de perfis de suporte, em aço inoxidável, cada um deles, assente sobre um tubular metálico. Daqui, resulta uma caixa de ar, por onde é feita a ventilação e conseqüentemente, parte da climatização dos espaços interiores.

Os elementos referidos estão dispostos ao longo de um “painel-sandwich”, suportado por barrotes de madeira, distribuídos ao longo de uma placa de contraplacado, o que confere uma maior rigidez à estrutura. Nos pontos onde é suscetível a acumulação de águas pluviais, colocou-se uma caleira, rematada por uma chapa de zinco, que impede que a humidade migre para o interior.

Desta forma, o Lioz confere ao conjunto o caracter contemporâneo que uma construção deste tipo requer, desvinculando-se assim, do caracter fabril, já vincado e formatado, pela volumetria pré-existente. Este material surge em estreita ligação com uma estrutura contínua de madeira, sendo esta a fachada da nova construção, proposta, sob a Doca do Poço do Bispo, que determina o momento em que a praça, de domínio público, se funde com os pátios semipúblicos, aos quais se acede, por meio de uma porta, dissimulada, por entre as ripas de madeira, que no interior se desmaterializam numa malha de luz. Estes elementos de sombreamento, são passíveis de mover por meio de uma calha, controlando assim a exposição solar no interior, e mantendo uma relação franca com o envolvente e com o Tejo.



Fig. 94 - Esquema de montagem da cobertura contrafiada

Fig. 95 - Fotomontagem do pátio do hotel

Em relação ao pavimento, que reveste o quarteirão, optou-se por substituir a calçada portuguesa, mais uma vez, por lajetas de lioz com tratamento rugoso, que passam a definir o espaço exterior que envolve o conjunto.



Fig. 96 - Fotomontagem da nova fachada sob o Tejo



Considerações finais

*“Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do património, nem interpretar as imagens que ele nos reenvia atualmente, sem procurar, antes de mais, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi construída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos...”*⁴⁵

Concluimos assim, com uma afirmação da historiadora Françoise Choay, o nosso processo de trabalho. Concordamos que esta descreve na perfeição a atitude que devemos assumir, perante a amplitude deste tema – a intervenção no património industrial.

Este tema despertava já o nosso interesse, mas a presente dissertação aproximou-nos desta realidade tão comum a inúmeras cidades pelo mundo fora, onde a degradação do seu edificado vem comprometendo a sua própria identidade.

Neste sentido, ao olhar o território periférico, pontuado por “grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou”⁴⁶, evidências de um tempo próspero, tornou-se clara a urgência em assumir uma posição de valorização e preservação da memória do lugar – Marvila e o Poço do Bispo - através da análise e reinterpretação de um dos seus mais importantes marcos - os armazéns vinícolas da firma Abel Pereira da Fonseca. Para o desenvolvimento do trabalho foi indispensável realizar uma análise, do próprio território e do seu tecido urbano.

Não podemos deixar de referir, o conjunto industrial vizinho, a Fábrica de material de Guerra Braço de Prata, que embora não esteja diretamente relacionado com este aspeto, foi demolido, e que com isso se perdeu, parte da história da indústria portuguesa. Assim, reforçamos a incontestável verdade, de que a perda deste património, é conseqüentemente, a perda da identidade de um povo, tornando-se urgente a sua preservação e valorização dos espaços, que muitas das vezes, possibilitam a aglutinação da sociedade, neste caso, extremamente estratificada.

Ao refletir sobre o contexto em que o conjunto se insere, tornaram-se claras as premissas, que guiaram esta intervenção e se materializaram no programa proposto, do qual, podemos destacar, o museu como espaço dedicado à comunidade, de difusão e assimilação da cultura local e da memória do lugar, presente no edifício

45 Choay, Françoise – A alegoria do Património 27

46 Choay, Françoise – A alegoria do Património 184



Fig. 97 - Fernando Pessoa nas suas idas "ao Abel"

mais marcante de todo o conjunto.

Os novos programas adjacentes, formatados a partir de uma pré-existência bastante forte, assumem um carácter híbrido, na procura por uma linguagem atual, que se relacione com o passado, reforçando a ideia de que devemos procurar compreender a pré-existência, antes de intervir contemporaneamente.

Esta interpretação do conjunto em questão levou-nos a olhar para o exercício de arquitetura, com outros olhos, pois tal como a cidade, em constante mutação, a arquitetura, não é permanente, estando propensa a sofrer alterações. A reabilitação é o reflexo deste aspeto, atribuindo à própria arquitetura um novo significado, não desvirtuando os valores que lhe estão associados. Assim sendo, procurou-se atribuir ao conjunto, um novo significado, que beneficie a sociedade atual, na esperança de que um dia se voltem a proferir as palavras de Fernando Pessoa, “Vou a casa do Abel”, onde se deslocava com frequência nas suas pausas. Já na altura, o entreposto comercial da firma Abel Pereira da Fonseca era também um espaço cultural, onde a troca de conhecimentos prevalecia e a poesia e o vinho se cruzavam.

O nosso projeto deseja renovar essas já longas trocas culturais e sociais.

“A arquitetura é o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos a nossa identidade”.

John Ruskin

Bibliografia

- Alcântara**, Ana. “Lisboa operária no final do século XIX”, 27-28
- Araújo**, Norberto. “Peregrinações em Lisboa”. 2ª edição, Lisboa: Veja, 1993. Vol. XV
- Baptista**, Luis Santiago & Melâneo, Paula. “Lisboa Oriental”. Jornal arquitetos
- Barbosa**, João. “Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português”. In J. Barbosa, “Abel Pereira da Fonseca – O Rei revolucionário”. Lisboa: Oficina do Livro, 2011, 27-38
- Cabral**, Afonso. “Arquitetura e Memória: proposta de reabilitação das moagens de Mértola”. Universidade de Coimbra, 2018
- Choay**, Françoise. “A alegoria do Património”. Edição original: 1982. Edições 70, Lisboa, 2017
- Consiglieri**, Carlos. & Abel, Marília. “O formoso sítio de Marvila”. Edição da Junta de Freguesia de Marvila, 2002
- Consiglieri**, Carlos. “Pelas freguesias de Lisboa oriental: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais”. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993, vol. 2.
- Custódio**, Jorge. “A indústria portuguesa na época do Movimento moderno 1925 – 1965”, In J. Custódio, “A arquitetura da indústria”, 1925 – 1965. Barcelona: Fundação Docomomo Ibérico, 2005, 14-35
- Custódio**, Jorge. “Património industrial: conceitos de hoje, valores de futuro”. Revista Património, vol. 3, Lisboa: DGPC, 2015, pp. 82-94
- Custódio**, Jorge. “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, In I. Moita, “O livro de Lisboa”. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 435 – 494
- Caldas**, João Vieira. “A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII”. Porto, FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999
- Dias**, João. “Centro Cívico de Marvila: o corredor cultural como oportunidade de projeto”. Universidade de Coimbra, 2020
- Folgado**, Deolinda “A nova ordem industrial no Estado Novo 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa”. Lisboa: Livros Horizonte, 2012

Folgado, Deolinda. & Custódio, J. “Uma leitura industrial do território”, In D. Folgado, & J. Custódio, “Caminho do Oriente Guia do Património Industrial”. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, 9-23

Folgado, Deolinda. “Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial”. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

Garret, João Baptista de Almeida. “Viagens na Minha Terra”. Lisboa: Typ. Gazeta dos Tribunais, 1846

Grande, Nuno. “Museumania - Museus de Hoje, Modelos de Ontem”. Jornal Público, 2009

Heitor, Teresa Valsassina. “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001

Institute, Urban Land. “Building Healthy Corridors”. Washington DC, 2016

Jemene, Rafaela de Moura. “Matadouro - Matadero: Camadas de tempos visíveis”. Universidade Estadual de Campinas, 2017

Madeira, Bruno Manuel da Costa. “Novos destinos para edifícios industriais – Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca”. Lisboa, Universidade Lusófona, 2014

Matos, José Sarmiento. & Paulo, Ferreira Jorge. “Caminho do Oriente - Guia Histórico II”. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

Moreira, Inês. “Edifícios e Vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós-industriais”, Imprensa Nacional Casa da Moeda - Fundação da cidade de Guimarães, 2011

Nunes, João Pedro Silva; Sequeira, Ágata Dourado. “ O fado de Marvila. Notas sobre a origem cidadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa. N° 21, 2ª série, 2011

Pereira, Maria. “Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas”. CulturAçores – Revista de Cultura, Direção Regional da Cultura, nº2 janeiro - junho, Açores, 2015

Pereira, Nuno Teotónio. “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário”, Análise social. Lisboa, ICS, 1994. Vol. XXIX. 509 – 524

Reis, Bruna. “Marvila, Memória Industrial: A Fábrica como Equipamento Coletivo e Cultural”. Universidade de Lisboa, Março de 2015

Sampaio, Maria da Luz. “Atas do colóquio de museologia industrial: Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”. Porto, 2003

Silva, João Santana. “Marvila - Os alicerces de uma comunidade”, 2015

Silva, Margarida Reis. “Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835”. Cadernos do Arquivo Municipal, 2016

Silva, Margarida Reis. “Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo”. Cadernos do Arquivo Municipal, 2016

Fontes das imagens

1. Capa do livro “ Edifícios e vestígios: Projeto ensaio sobre espaços pós industriais”

2. Capa do livro “Atas do colóquio de museologia industrial: Reconversão e musealização de espaços industriais” - Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/8751/1/atas.pdf>

3. Capa do livro “Museumania: Museus de hoje, modelos de ontem” - Disponível em: <https://www.wook.pt/livro/museumania-nuno-grande/2124180>

4. Ruínas da antiga fábrica - Disponível em: <https://espacodearquitetura.com/projetos/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas/>

5. Praça central por onde é feito o acesso ao interior - Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas/>

6. Vista interior do núcleo museológico - Disponível em: <https://espacodearquitetura.com/projetos/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas/>

7. Planta do Piso térreo - Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas/>

8. Cortes transversais A e B - Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas/>

9. Ruína da antiga fábrica - Disponível em: <http://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/>

10. Vista da praça - Disponível em: <https://www.guilhermemachadovaz.pt/portefolio/centered-gallery/real-vinicola-casa-da-arquitetura/>

11. Interior de uma das naves - Disponível em: <https://www.guilhermemachadovaz.pt/portefolio/centered-gallery/real-vinicola-casa-da-arquitetura/>

12. Planta do piso térreo - Disponível em: <https://www.archdaily.com/884697/real-vinicola-nil-casa-da-arquitetura-guilherme-machadovaz/5a20b35fb22e381f76000027-real-vinicola-nil-casa-da-arquitetura-guilherme-machado-vaz-ground-floor-plan>

13. Corte A - Disponível em: https://www.archdaily.com/884697/real-vinicola-nil-casa-da-arquitectura-guilherme-machado-vaz/5a20b439b22e381f7600002b-real-vinicola-nil-casa-da-arquitectura-guilherme-machado-vaz-sections?next_project=no

14. Antiga câmara frigorífica - Disponível em: <https://blog.duran-subastas.com/cristina-lucas-es-capital/>

15. Visão geral do conjunto - Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mataderomadrid/8102320705>

16. Reconversão da nave 8 - Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-160715/nave-8-b-slash-arturo-franco/512aa8a0b3fc4b11a7009cca-8-b-nave-arturo-franco-photo?next_project=no

17. Reconversão da nave 16 - Disponível em: https://www.archdaily.com/295502/hangar-16-inaqui-carnicero-architecture/50aa9e31b3fc4b0b54000045-hangar-16-inaqui-carnicero-architecture-image?next_project=no

18. Vista da praça - Disponível em: <https://www.airinformacao.pt/2020/08/04/world-of-wine-ja-abriu-em-gaia/>

19. Lisboa oriental vista do Tejo, 1949 - Fotografia de Eduardo Macedo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001650

20. Os limites da Freguesia. Desenho da autora

21. Quinta da Flamengo, Poço das Cortes e quinta da Graça - Fotografia de Artur João Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/002337

22. Homens a ceifar - Fotografia de João Hermes Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/003692

23. Azinhaga - Fotografia de Eduardo Macedo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001266

24. Palácio da Mitra - Fotografia de Mario Novais. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/000281

- 25. Rua do Açúcar**, década de 60 - Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000790
- 26. Transformações urbanas sofridas durante a primeira e segunda metade do século XIX** - Desenho da autora, com base nos desenhos de João Dias
- 27. Descarga de sal na doca do Poço do Bispo, 1962** - Fotografia de Artur João Goulart. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/004696
- 28. Rua do Açúcar - Solar da antiga Quinta do Bettencourt, 1967** - Fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000784
- 29. Transformações urbanas sofridas durante a primeira e segunda metade do século XX** - Desenho da autora, com base nos desenhos de João Dias
- 30. Frente ribeirinha em 1938** - Fotografia de Eduardo Macedo Portugal.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001469
- 31. Bairro Chinês na década de 50, junto ao campo oriental** - Fotografia de Joshua Benoliel. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004886
- 32. Visita do presidente da Câmara de Lisboa às obras de urbanização de Chelas** - Fotografia de Armando maia serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S06883
- 33. Transformações urbanas sofridas no início do século XXI** - Desenho da autora com base nos desenhos de João Dias
- 34. Rua Alberto José Pessoa, junto ao Palácio dos Alfinetes** - Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/bairro-do-condado-marvila-24460225/photo-15565455>
- 35. Vista aérea do Bairro do Condado** - Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/financas/investimentos/2019/04/29/39498-marvila-perto-do-rio-e-do-centro-e-com-alma-assim-e-o-novo-bairro-trendy-da-capital?gallery-item=5>

- 36. População operária e a sua família num dos bairros clandestinos da época** - Fotografia de Fernando Martinez Pozal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000349
- 37. Plano de urbanização para a Expo 98** - Fotografia retirada do artigo: Figueira, jorge. “A Expo 98 de Lisboa: Projeto e Legado”, Arqtexto, UFRGS, Brasil, 2012
- 38. Parque das Nações** - Disponível em: <http://pavilhaolusitano.blogspot.com/2009/11/algumas-imagens-do-complexo-expo-98.html>
- 39. Fábrica de cerveja artesanal Musa** - Fotografia de Ana Viotti. Disponível em: <http://www.lisbonne-idee.pt/p5013-novo-distrito-lisboa-beer-beer.html>
- 40. Vista aérea sob os novos complexos habitacionais Prata Living Concept** - autor desconhecido. Disponível em: <https://greensavers.sapo.pt/vic-properties-inicia-descontaminacao-dos-solos-da-matinha-em-agosto/>
- 41. Vista sob o vale de Chelas**, 1999 - Fotografia de Pedro Letria. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.
Referência: PT/AMLSB/LIS000253
- 42. Dados relativos à população residente** - desenho da autora (com base nos Censos 2011)
- 43. Análise morfológica da freguesia** - desenho da autora (com base no PDM)
- 44. Dados relativos ao edificado que compõe a malha** - desenho da autora (com base nos Censos 2011)
- 45. Fotografia área da zona do Poço do Bispo e Braço de Prata** - autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.
Referência: AML. PT/AMLSB/SPT/000196
- 46. Cartaz publicitário de uma das marcas criadas pela empresa** - Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/hemerotecadigital/33351871428>
- 47. Evolução histórica do conjunto até à atualidade** - desenho da autora
- 48. Evolução do conjunto ao longo da Rua Amorim** - desenho da autora

- 49. Fachada principal sob a Praça David Leandro da Silva** - Fotografia de Augusto de Jesus Fernandes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/002254
- 50. Evolução do conjunto ao longo da Rua do Açúcar** - desenho da autora
- 51. Fachada sob o Tejo** - Fotografia de Mário Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/6795207081/in/photolist-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-5Zx42u-odf71K-o5XTGG-bmtdjM-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM>
- 52. Instalações da firma na década de 30** - Fotografia de Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.
Referência: PT/AMLSB/POR/052770
- 53. Evolução do conjunto ao longo da Avenida Infante Dom Henrique** - Desenho da autora
- 54. Instalações da firma em 1942** - Fotografia de Mário Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/8558486401/in/photolist-o5XTGG-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-bmtdjM-5Zx42u-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM-odf71K>
- 55. Fachada do edifício e veículo de transporte, década de 40** - Fotografia de Horácio Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/14496019964/in/photolist-o5XTGG-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-bmtdjM-5Zx42u-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM-odf71K>
- 56. Três eixos definidos** - Desenho da autora
- 57. Estratégia urbana** - Desenho elaborado pelo grupo
- 58. Axonometria do corredor urbano** - Desenho elaborado pelo grupo
- 59. High Line, Nova Iorque** - Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/627644/um-passeio-pelo-high-line-com-iwan-baan/54219476c07a800de50000dd>
- 60. Corte pelo corredor urbano** - Desenho elaborado pelo grupo
- 61. Maquete da estratégia urbana** - Fotografias de Nuno Grande

62. Fotografia aérea da frente ribeirinha - autor desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.
Referência: PT/AMLSB/SPT/000195

63. Implantação - Desenho da autora

64. Entre a praça e a Rua Amorim - autor desconhecido. Disponível em: <https://portugalmemoria1640news.wordpress.com/2020/09/27/sociedade-comercial-abel-pereira-da-fonseca/>

65. Galeria de Betão - Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/57202742@N05/6059172687/in/album-72157627346233715>

66. Conjunto pré-existente - Desenho da autora

67. Interior do volume sobranceiro ao Tejo - piso térreo, 1927 - Fotografia de Mário Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/3276526664/in/photolist-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-5Zx42u-odf71K-o5XTGG-bmtdjM-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM/>

68. Interior do volume sobranceiro ao Tejo - primeiro piso da galeria, 1927 - Fotografia de Mário Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/3275705917/in/photolist-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-5Zx42u-odf71K-o5XTGG-bmtdjM-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM/>

69. Estado atual da fachada principal - Fotografia da autora

70. Estado atual do edifício de gaveto com a Rua Amorim - Fotografia da autora

71. Estado atual da fachada da Rua Amorim - Fotografia da autora

72. Pormenor - Estado de degradação exterior - Fotografia da autora

73. Estado atual da fachada da Avenida Infante Dom Henrique - Fotografia da autora

74. Axonometria explodida da proposta - Desenho da autora

75. Esquema conceptual das modificações propostas - Desenho da autora

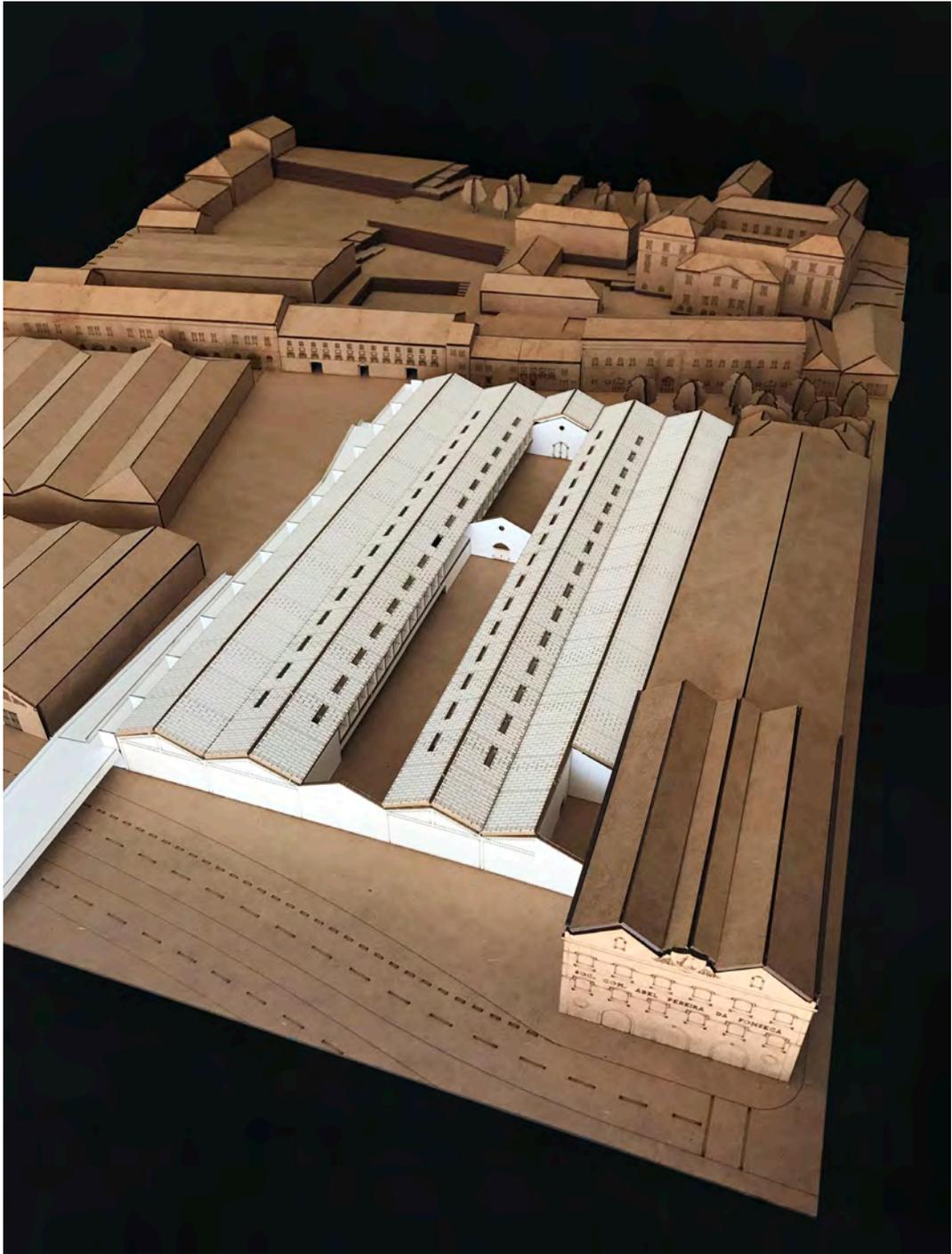
76. Demolições e acrescentos efetuados ao conjunto - Desenho da autora

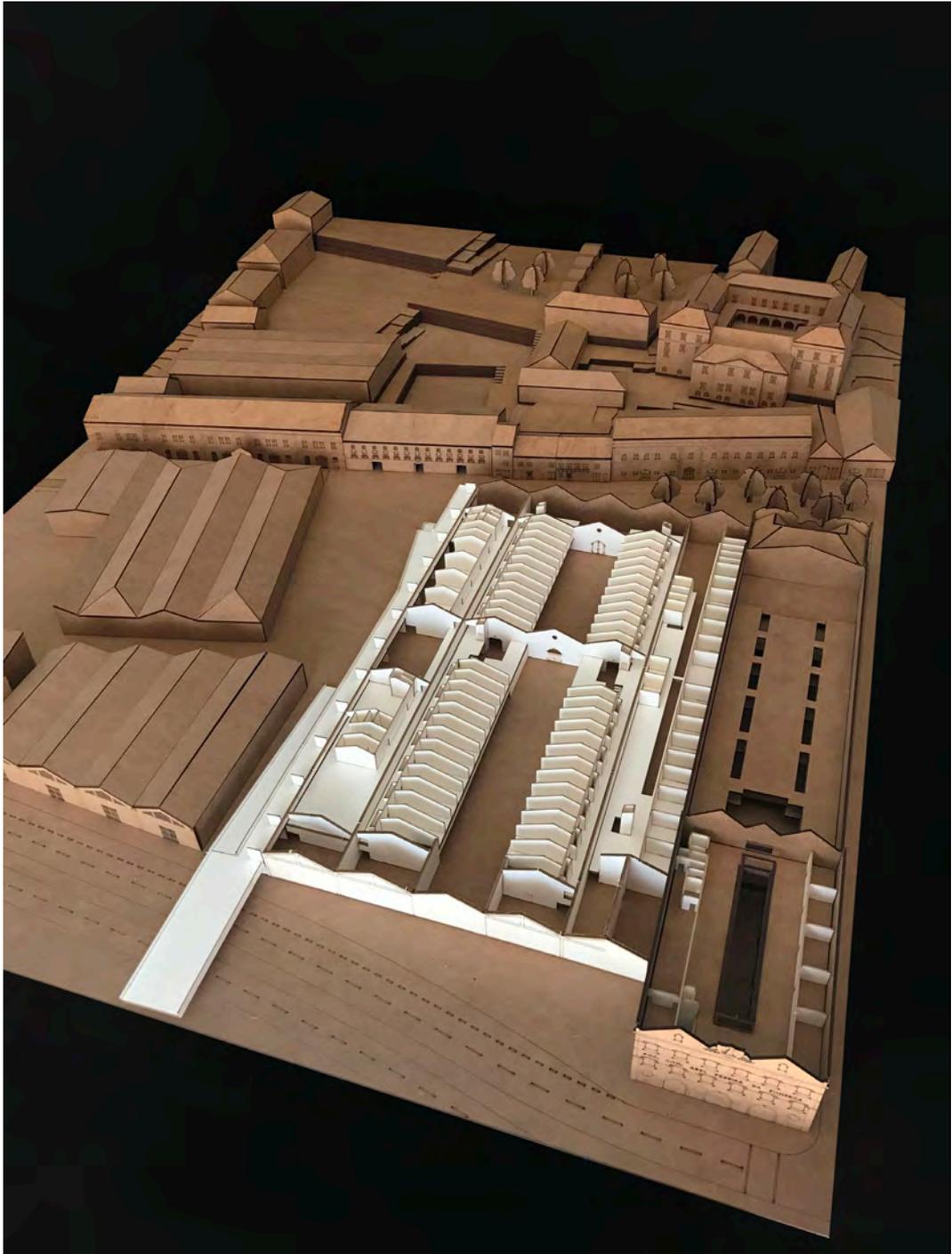
- 77. Entrada para o volume central** - autor desconhecido. Fonte: Sistema de informação para o Património arquitetónico, disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3180
- 78. Planta do piso térreo** - Desenho da autora
- 79. Fotomontagem da nave lateral** - Desenho da autora
- 80. Planta do 1º piso** - Desenho da autora
- 81. Fotomontagem da loja** - Desenho da autora
- 82. Cortes horizontais pelo museu** - Desenho da autora
- 83. Fotomontagem do pátio do hotel** - Desenho da autora
- 84. Planta do 2º piso** - Desenho da autora
- 85. Fotomontagem do quarto** - Desenho da autora
- 86. Cortes horizontal e transversal** - Desenho da autora
- 87. Fotomontagem do corredor urbano** - Desenho da autora
- 88. Alçado da Rua do Açucar e da Avenida Infante Dom Henrique** - Desenho da autora
- 89. Galeria de betão armado** - Fotografia de Mário Novais. Fonte: Galeria da biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/3276526322/in/photolist-o5XTGG-5Zx4e3-5Zx489-5ZsRkc-e3htQn-5ZsRfe-bmtdjM-5Zx42u-bmtd2i-bmtdxZ-bmtdae-bmtcUM-odf71K>
- 90. Desenho de edifício com dois pisos**, datado de 1924 - Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
Referência: Obra - 18813, Processo - 17142/DAG/PG/1924, folha 14
- 91. Corte construtivo** - Desenho da autora
- 92. Conceção estrutural do novo edifício** - Desenho da autora
- 93. Corte construtivo pela varanda e respetivo alçado** - Desenho da autora
- 94. Esquema de montagem da cobertura contrafiada** - Desenho da autora

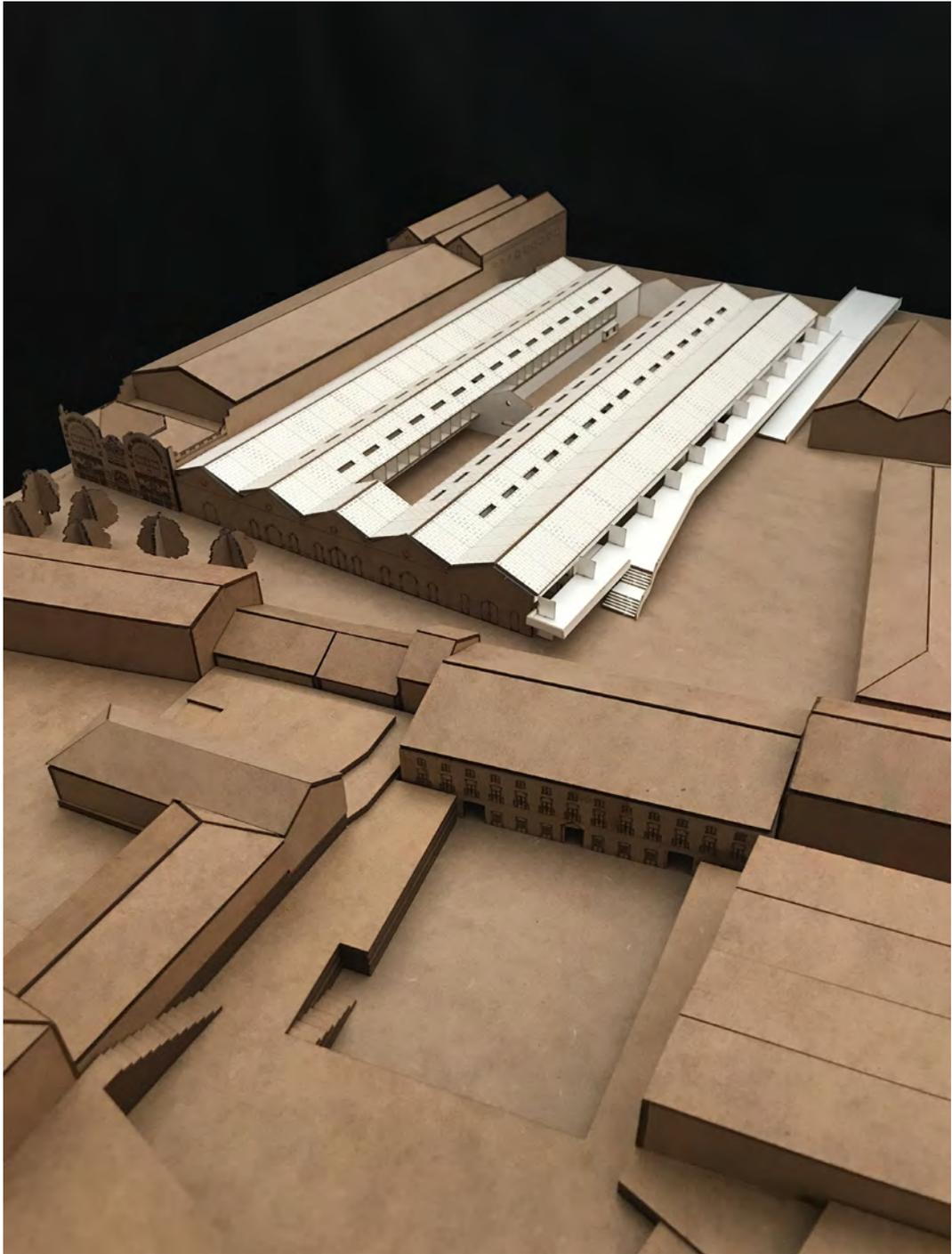
95. Fotomontagem do pátio do hotel - Desenho da autora

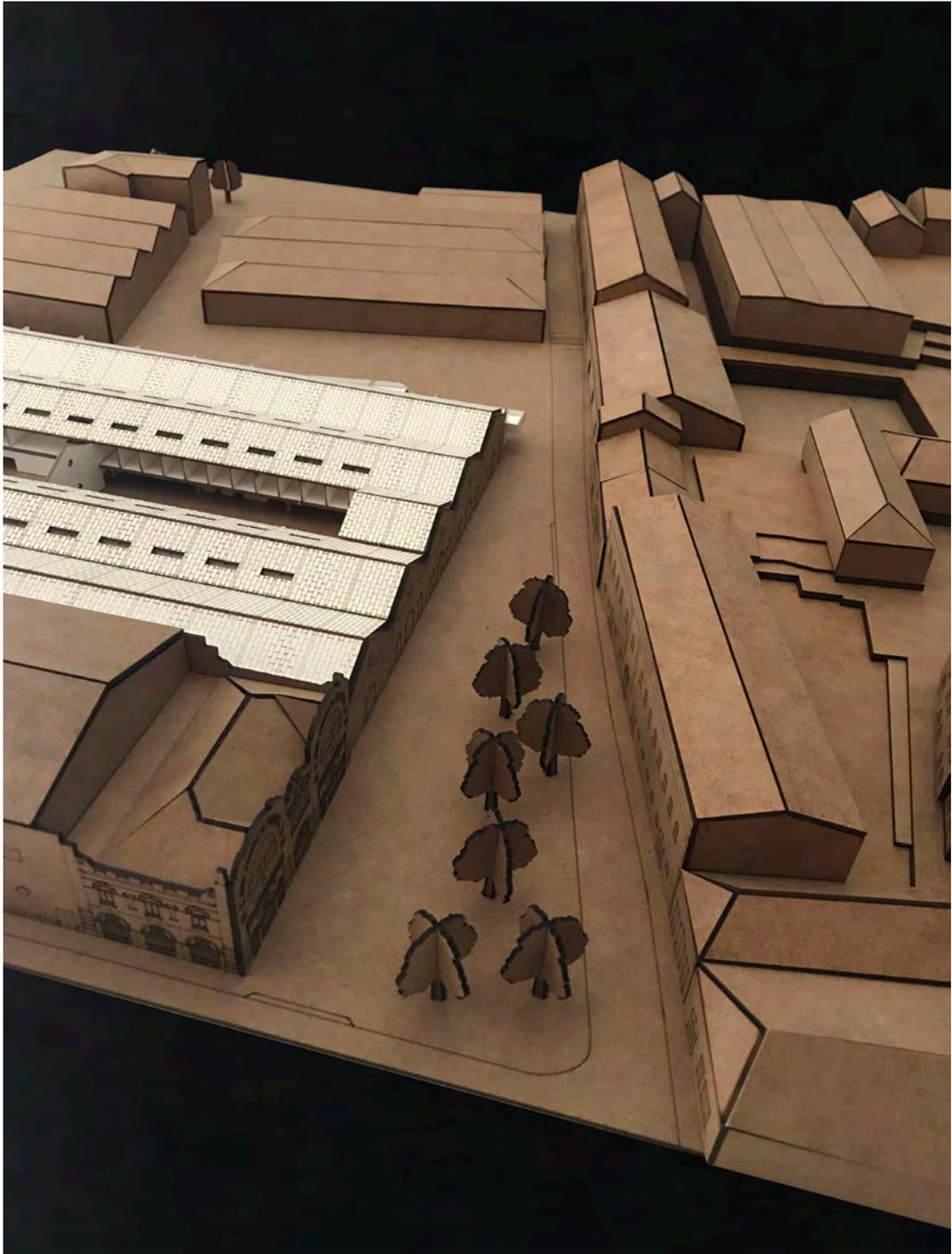
96. Fotomontagem da nova fachada sob o Tejo - Desenho da autora

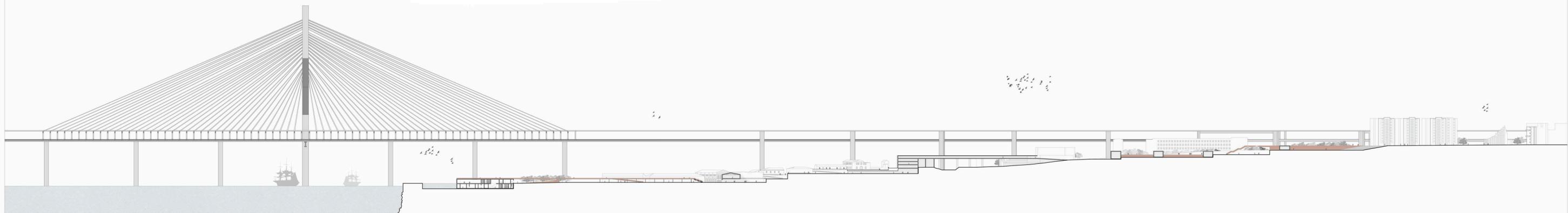
97. Fernando pessoa nas suas idas “ao Abel” - Disponível em: <https://www.dn.pt/1864/em-flagrante-delitro-9903186.html>











Legenda:

1. Centro Cívico e Interpretativo;

1.1. Cantina e Mercado;

1.2. Lar de Idosos e Residências assistidas;

1.3. Estádios, Auditório e Salas de gravação;

1.4. Reabilitação do Estádio oriental;

--- Corredor urbano

1.5. Campo de basquetebol coberto;

1.6. Campo de Futebol e respetivo edifício de apoio;

1.7. Campo de Futebol e respetivo edifício de apoio;

1.8. Campos de ténis e respetivo edifício de apoio;

2. Edifício Ponte;

2.1. Novo edifício da AMI;

2.2. Hortas Comunitárias;

3. Quarteirões habitacionais;

4. Reabilitação do quarteirão interior entre a Rua Direita e a Rua do Açúcar;

5. Reabilitação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca;

5.1. Museu Vinícola;

5.2. Wine Hotel de Marsela;

5.3. Escola de Hotelaria;

6. Museu Fluvial do Tejo;

7. Hotel e Arranjo Urbanístico à beira rio;

8. Nova utilidade para a Fábrica Braço de Prata;

8.1. Polo empresarial criativo;

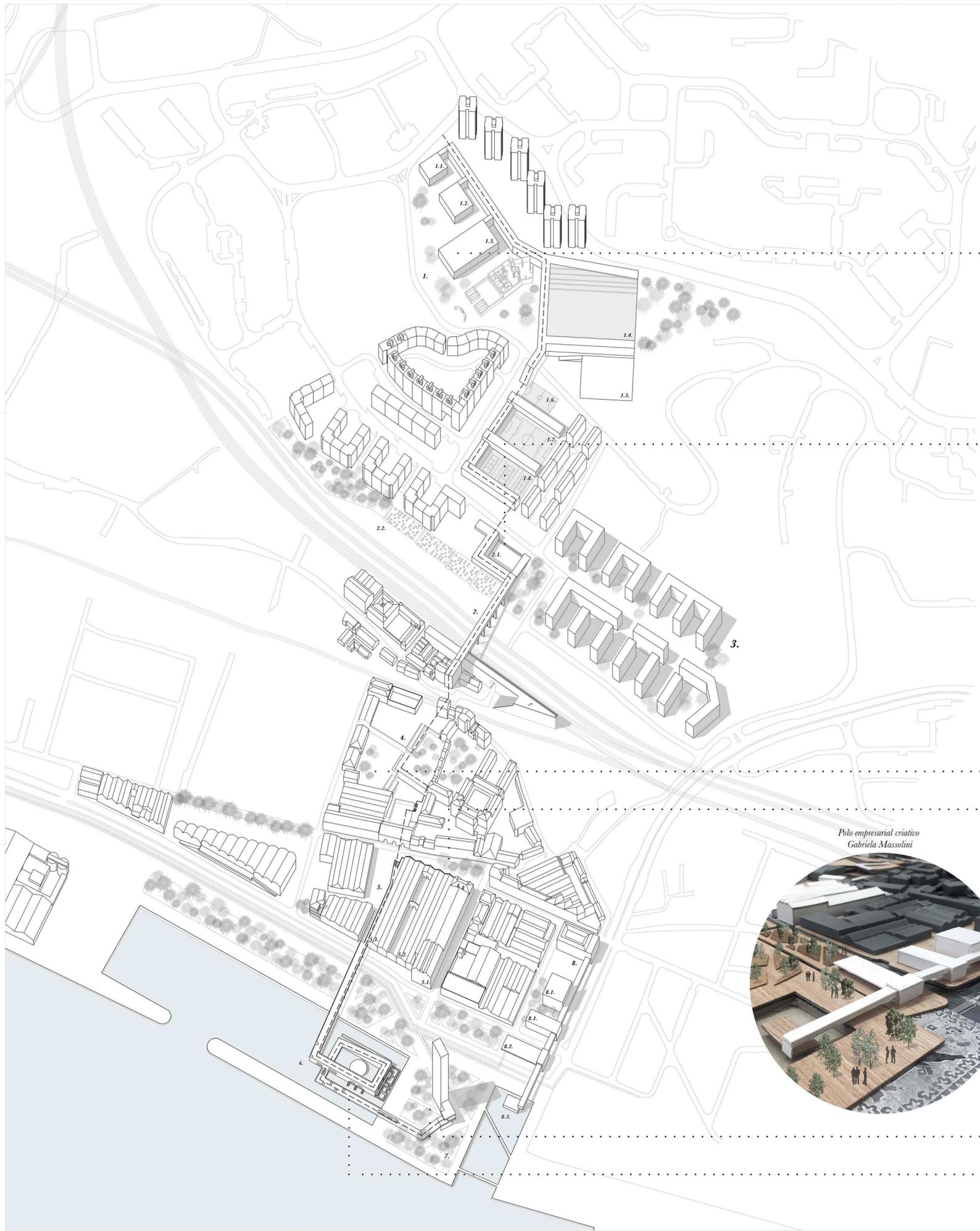
8.2. Estação de Metro à superfície;

8.3. Arranjo Urbanístico à beira rio;

Da Rua Direita ao Poço do Bispo

Proposta de Reabilitação dos armazéns Abel Pereira da Fonseca

Estratégia de grupo | Corte pelo corredor urbano - escala 1/1500

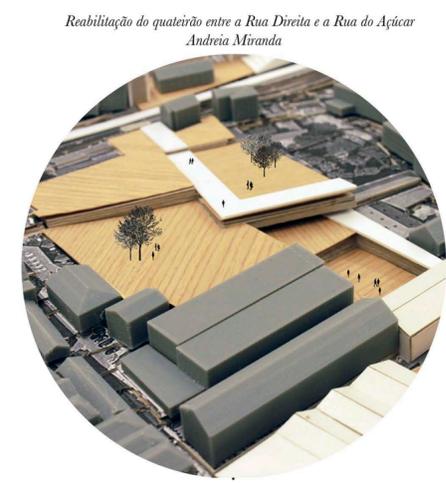


Centro Cívico e Interpretativo
Renato Leal

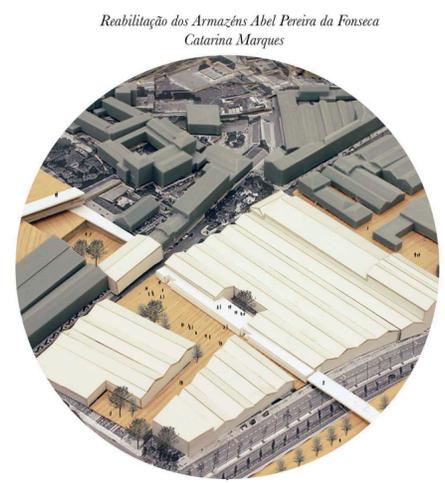


AMI - Novo edifício ponte
Cláudia Santos

Bairros



Reabilitação do quarteirão entre a Rua Direita e a Rua do Açúcar
Andreia Miranda



Reabilitação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca
Catarina Marques

Zona Histórica



Polo empresarial criativo
Gabriela Massolini



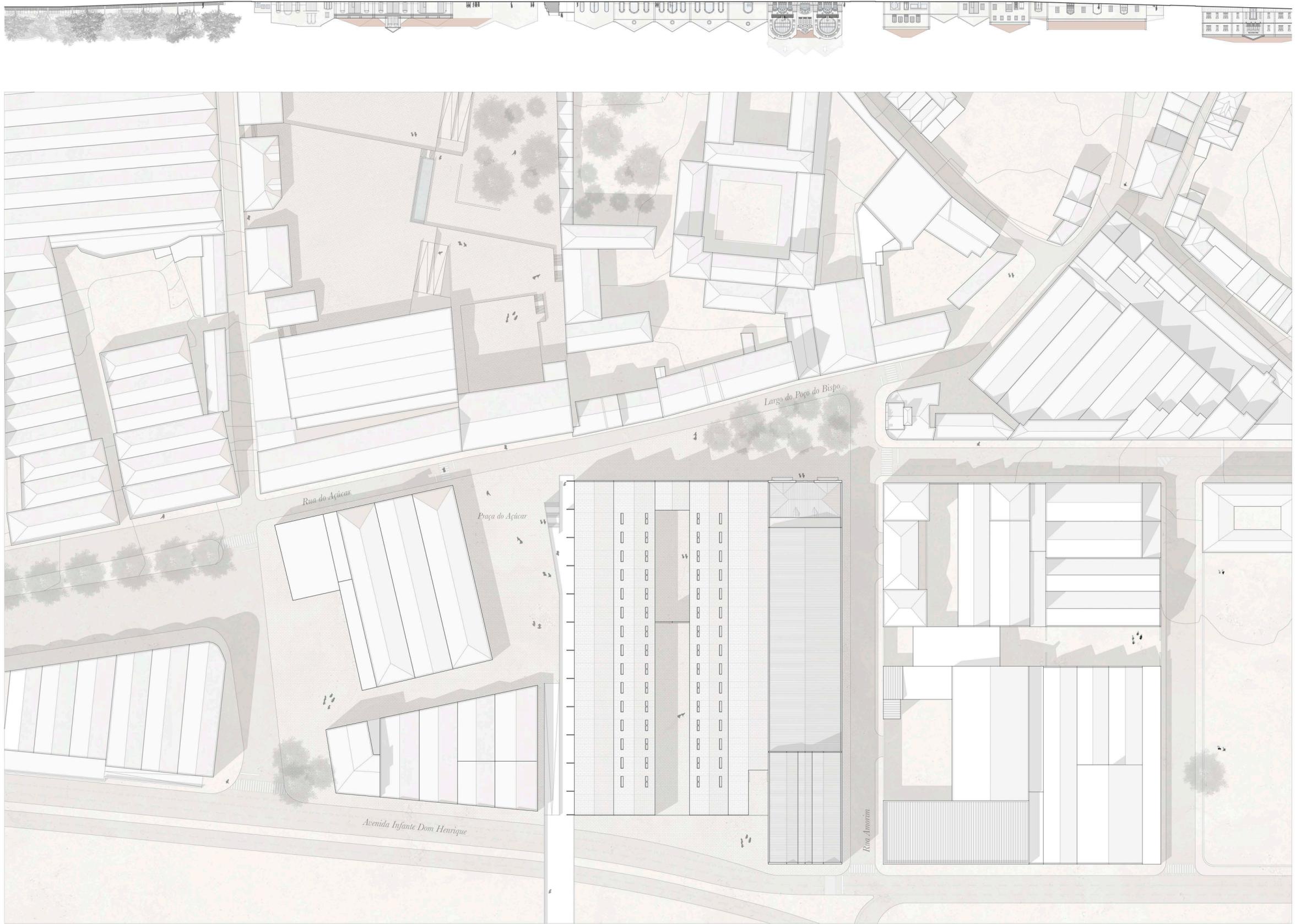
Hotel e arranjo urbanístico à beira rio
Natalia Melo

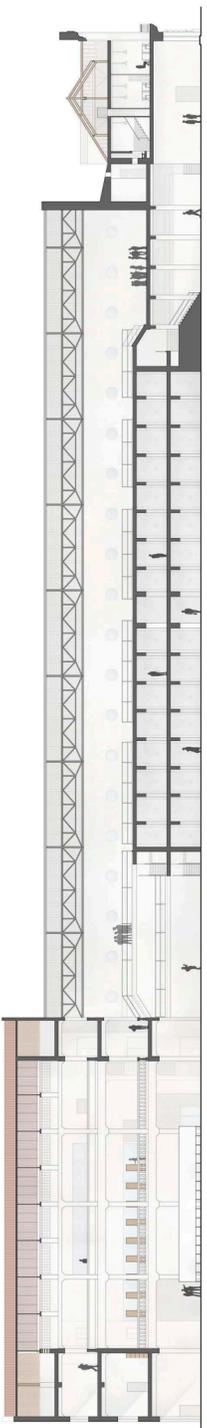
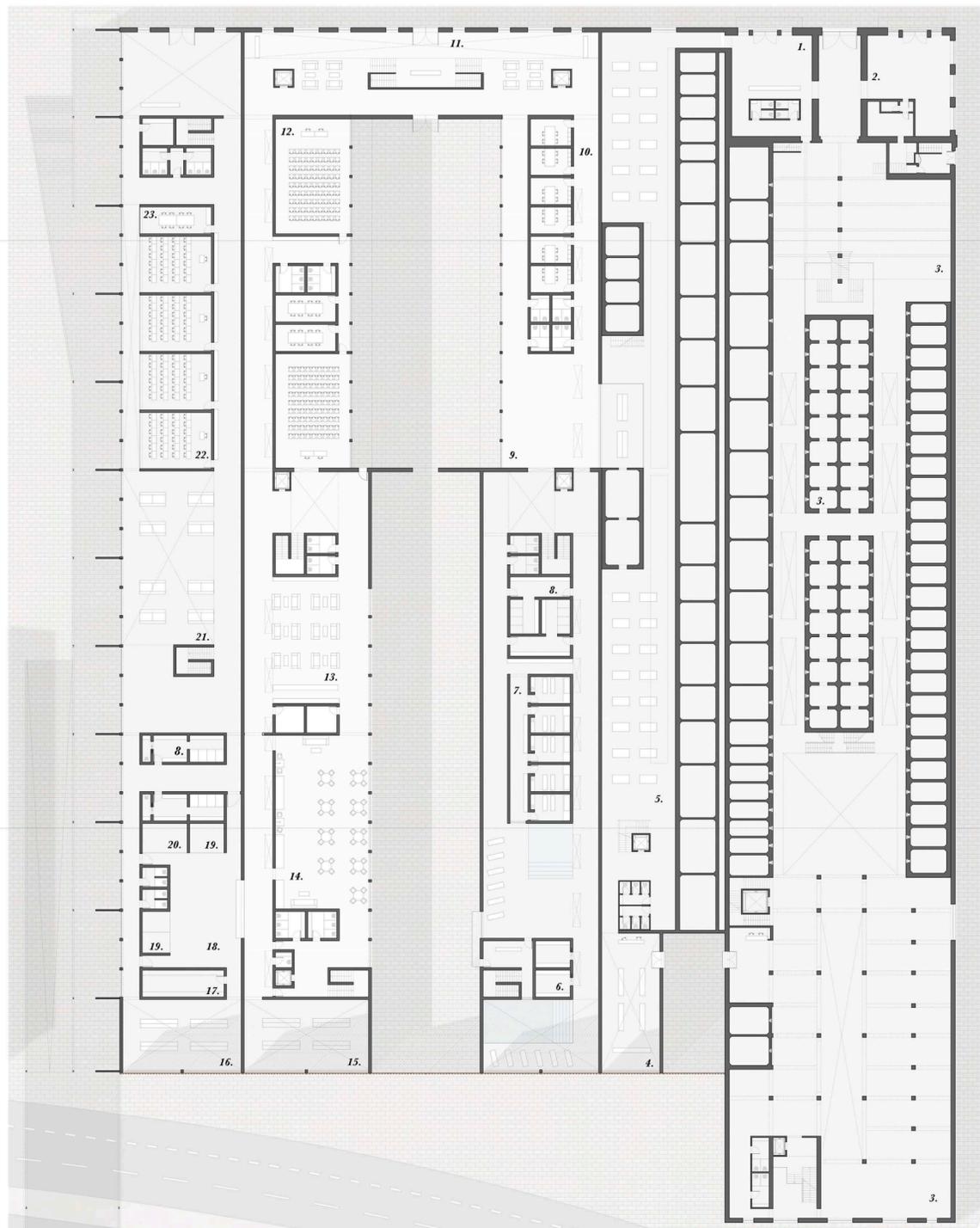
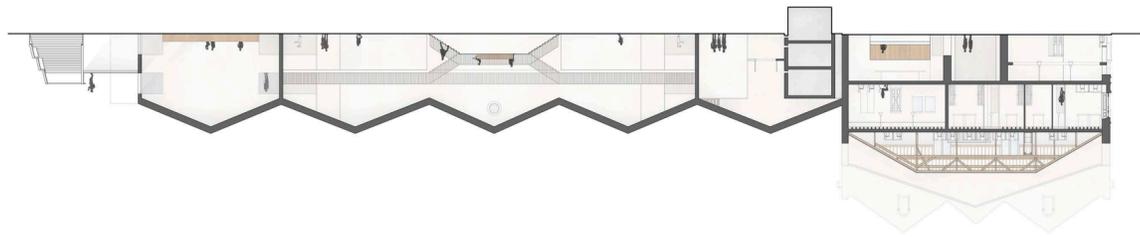
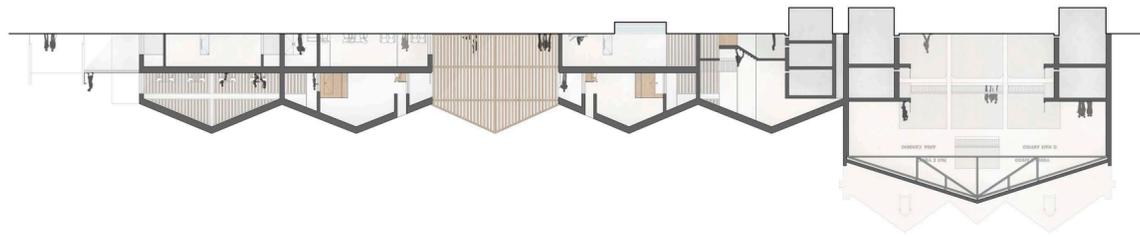


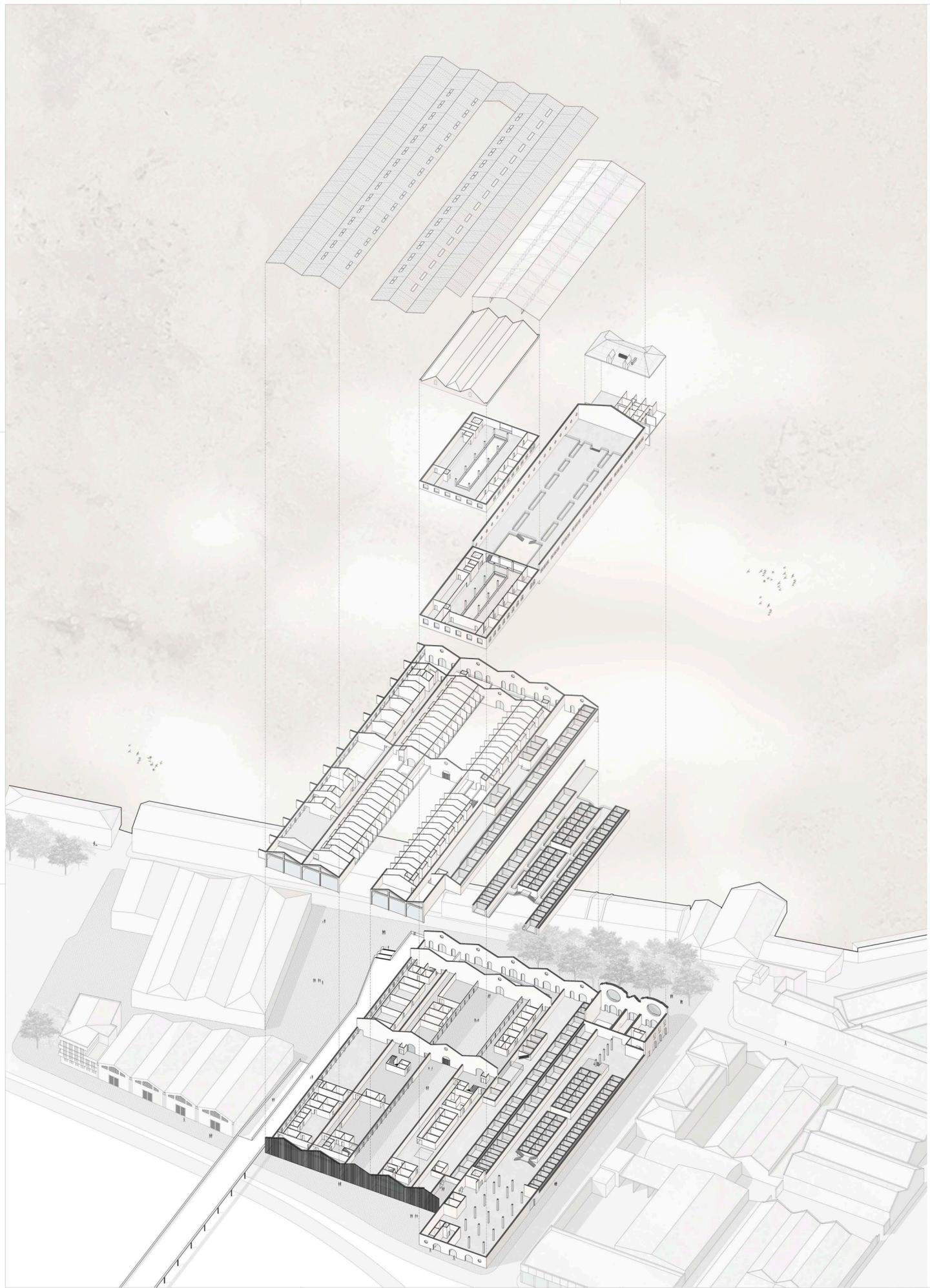
Museu Fluvial do Tejo
Andreia Antunes

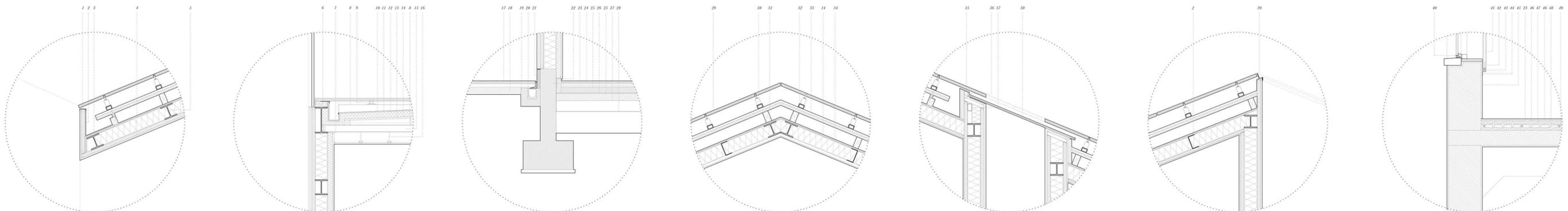
Frente Tejo

Legenda:
1. Centro Cívico e Interpretativo;
 1.1. Cantina e Mercado; 1.2. Lar de Idosos e Residências assistidas; 1.3. Estádios, Auditório e Salas de gravações; 1.4. Reabilitação do Estádio oriental; 1.5. Campo de basquetebol coberto; 1.6. Campo de Futebol e respetivo edifício de apoio; 1.7. Campo de Futebol e respetivo edifício de apoio; 1.8. Campos de ténis e respetivo edifício de apoio;
2. Edifício Ponte; 2.1. Novo edifício da AMI; 2.2. Hortas Comunitárias; 3. Quarteirões habitacionais;
4. Reabilitação do quarteirão interior entre a Rua Direita e a Rua do Açúcar; 5.3. Escola de Hotelaria;
6. Museu Fluvial do Tejo; 7. Hotel e Arranjo Urbanístico à beira rio; 8. Nova utilidade para a Fábrica Braço de Prata; 8.1. Polo empresarial criativo;
 8.2. Estação de Metro à superfície; 8.3. Arranjo Urbanístico à beira rio;
Da Rua Direita ao Poço do Bispo
 Proposta de Reabilitação dos armazéns Abel Pereira da Fonseca
 Axonometria da estratégia urbana - escala 1/2000









1. Capeamento em aço galvanizado 2. Chapa quinada em aço galvanizado, esp. 5 mm 3. Calceira, esp. 6 mm 4. Painel AQUAPANEL outdoor *Essig*, esp. 12,5 mm 5. Perfil estrutural em aço, tipo HEB, dimensões 180x180 mm 6. cantoneira de alças desiguais em aço galvanizado, esp. 5 mm 7. Perfil de chapa galvanizada com base de aço para fixação de painéis Aquapanel 8. Barrote em madeira 9. Pedestal de suporte às lajetas 10. Chapa quinada em zinco
 11. Tela pitorrada, esp. 10 mm 12. Isolamento térmico tipo XPS, esp. 80 mm 13. Barreira pára-vapor 4 mm 14. Placa de contraplacado de madeira, esp. 20 mm 15. Perfil em aço, 100x100 mm 16. suporte para fixação de teto falso 17. Pavimento exterior em lajetas de boz 18. Betonilha 19. Caixa envolvente em betão 20. *Bridslot* em aço 21. Pedra calcária para remate do pavimento com a fachada 22. Perfil metálico de remate para rodapé 23. Revestimento em microcimento, esp. 30 mm 24. Massame armado, esp. 60 mm 25. Isolamento térmico, esp. 80 mm 26. Manta geotextil, esp. 4 mm 27. tout venant, 150 mm 28. Terra compactada 29. Lajetas de boz, esp. 40 mm 30. Elemento de suporte para pedra *Haglon*, tipo HRC 31. Elemento estrutural em madeira 150x80 mm 32. Tubular metálico em aço galvanizado 33. Painel sandwich, esp. 70 mm 34. Lã mineral 35. Ripado de madeira 36. Chapa de aço inox, 50x50x5 mm 37. Tubular em aço galvanizado 38. Vidro duplo, 8+8 mm 39. Perfil T em aço galvanizado, rematado por rolagem de zinco 40. Caisilharia projetante *Nasarna serie N 1500*, aplicada de forma a garantir pré-aros e arcos ocultos 41. Contraplacado de bétula *Wiss Birch* lacado a branco mate, esp. 9 mm 42. Estrutura em madeira 43. Calha em U para aplicação de calhas de correr, em chapa quinada, esp. 2 mm 44. Cantoneira em aço, 50x50x5 mm 45. Argamassa de acabamento à base de cal hidráulica Natural, tipo SECHIL REABILITA CAL AC 46. Betonilha para regularização, esp. 40 mm 47. Placa isolante em poliestereno revestido com superfície de autofixação rápida para colocação de tubagem 48. Tubo de polietileno reticulado com barreira anti-oxigénio 49. Laje existente